



RELATÓRIO

Gestão 2021

Mensagem da Presidente

O Relatório de Gestão do Conselho Federal de Psicologia para o exercício de 2021 sintetiza a atuação do segundo ano de gestão do XVIII Plenário do CFP. Mais uma vez, os desafios impostos pela Covid-19 se fizeram presentes: 2021 foi o ano mais letal da pandemia em todo o mundo – e especialmente no Brasil, que acumulou mais de 619 mil óbitos provocados pela doença, sendo que 400 mil ocorreram no país somente nesse período. São histórias e vidas inumeráveis, como definiu o poeta cearense Bráulio Bessa.

A pandemia, portanto, ainda segue como o pano de fundo mais impactante na gestão do XVIII Plenário (2019-2022), demandando um conjunto de esforços tanto para assegurar a estrutura de funcionamento da Autarquia, em modelo remoto e, depois, híbrido, quanto para atuar nas agendas que o tema da saúde pública e da saúde mental evidenciaram.

Ao olharmos em retrospectiva, contudo, é possível constatar que, mesmo diante das incertezas e desafios instalados pela crise sanitária no país, em 2021 o Conselho Federal de Psicologia atuou no cumprimento da missão definida pelo XVIII Plenário em seu Planejamento Estratégico: “promover processos que assegurem o compromisso ético e a qualidade técnico-científica do exercício profissional, de modo a ampliar o impacto e a relevância da Psicologia no enfrentamento das desigualdades estruturais para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática, alicerçada na garantia dos Direitos Humanos, no exercício da cidadania e no bem viver”.

Cumprindo sua função precípua de orientar, fiscalizar e regulamentar a profissão no país, o CPF entregou à categoria e à sociedade um conjunto de referências técnicas e produtos de conhecimento sobre a formação e o exercício profissional da Psicologia.

Além disso, promoveu a qualificação dos serviços prestados por psicólogas e psicólogos em diversos campos, ampliando os impactos sociais de sua

atuação. Defendeu as políticas públicas como campo de exercício profissional, com vistas a contribuir para o acesso e a garantia de direitos.

Realizou inúmeras atividades com foco no diálogo, envolvendo temáticas essenciais ao fazer Psi, que, diuturnamente, impactam as populações em todos os cantos de nosso imenso e desigual Brasil.

Solidificou e ampliou redes de interação nacionais e internacionais voltadas ao aprimoramento das práticas profissionais em Psicologia, além de orientar a categoria para o exercício de uma Psicologia laica, ética e científica, respeitando a pluralidade de práticas profissionais e a diversidade dos sujeitos.

Ao longo de 2021, o Conselho Federal de Psicologia também atuou para um exercício profissional atento ao rompimento com a lógica de patologização e de medicalização da vida, promovendo a cultura e a defesa dos direitos humanos entre membros da categoria e a sociedade em geral, bem como a otimização de processos de gestão no intuito de ampliar a transparência e a participação democrática.

Os resultados são fruto da incansável atuação das conselheiras e conselheiros que integram o XVIII Plenário do CFP, assim como das trabalhadoras e trabalhadores da Autarquia. Em mais um ano no qual a Psicologia foi exaustivamente demandada, a atuação do Conselho Federal buscou reforçar à sociedade a importância e a necessidade de políticas públicas estruturantes no campo da saúde e da assistência, como foco na proteção de direitos, especialmente das pessoas e populações historicamente mais vulnerabilizadas.

O norte esteve nos marcos do Código de Ética da profissão, a fim de contribuir para a constituição de uma sociedade socialmente justa e democrática – princípios fundamentados na Lei nº 5.766, de 1971, que disciplina as atribuições do Conselho Federal de Psicologia seguindo os preceitos de nossa Constituição Cidadã de 1988, nos projetando para um fazer social da profissão.

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega
Presidente do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia

Sumário

CAPÍTULO 1 | VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....4

Atuação do Conselho para a categoria e sociedade	4
Identificação da entidade	5
Missão, visão e valores	6
Estrutura organizacional e de governança.....	7
Estrutura organizacional.....	8
Organograma	10
Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas	11
Redes sociais.....	12
Fatos externos relevantes.....	24

CAPÍTULO 2 | RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS25

Principais riscos identificados	25
Modelo de gestão de riscos e controles	28
Oportunidades	31

CAPÍTULO 3 | GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO32

Planejamento estratégico.....	32
Processo de construção do planejamento estratégico	33

Definição dos temas estratégicos da gestão	33
Indicadores de governança e gestão.....	36
Objetivos estratégicos com maior evidência.....	37
Resultados e desempenho da gestão	51
Resultados da área fim: fiscalização	76

CAPÍTULO 4 | GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....80

Setor de desenvolvimento de sistemas.....	80
Contratações mais relevantes de recursos de TI: nova CIP e aplicativo	81
Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor	81
Segurança da informação	94
Principais desafios e ações futuras.....	94

CAPÍTULO 5 | INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS97

Gestão orçamentária	97
Gestão de custos.....	99
Demonstrações contábeis	102
Principais critérios e políticas contábeis	108

CAPÍTULO

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

Atuação do Conselho Federal de Psicologia para a categoria e a sociedade

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) é autarquia de Estado que tem como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga e psicólogo. Também é seu papel zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe, tendo como referência as diretrizes e valores estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. É sob essas premissas que estão apresentadas as informações do presente relatório.

Como ciência e profissão, o exercício da Psicologia se relaciona às condições socioeconômicas, culturais e políticas vivenciadas na sociedade, com importante papel no cuidado e na proteção da dignidade humana em suas diferentes dimensões – como bem define o Código de Ética da Profissão.

Em sua missão de melhor orientar e fiscalizar a atuação das(os) profissionais da área, o Conselho Federal destaca o compromisso da Psicologia com a melhoria da qualidade de vida da sociedade, com a busca de qualificação técnica e ética no exercício profissional e na pesquisa, com o estabelecimento de diálogo fraterno visando às intervenções na Psicologia que possam ser consensuais e conjuntas, assim como com o fortalecimento do vínculo entre a ciência e a profissão.

Nessa perspectiva, são espaços estratégicos de participação das psicólogas e dos psicólogos nos processos formativos e educativos da sociedade as comunidades rurais e urbanas, os bairros e as fábricas, os sindicatos e os grupos familiares, as escolas e os centros comunitários e lugares de encontro e reprodução cotidiana da visão da cidadania sobre o país e seu modo de vida. Incidindo a Psicologia como ciência e profissão nas relações a partir da condição social, cultural e econômica da cidadania e no exercício dos seus direitos para um bem-viver.

Identificação da entidade

Criado pela Lei nº 5.766, de 1971, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) é dotado de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa e financeira. O CFP é o órgão supremo dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), com jurisdição em todo o território nacional.

Entre suas atribuições, destacam-se: orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga(o); expedir as resoluções necessárias ao cumprimento das leis em vigor e das que venham a modificar as atribuições e competência das profissionais e dos profissionais; aprovar as anuidades e demais contribuições a serem pagas pelas(os) psicólogas(os); definir, nos termos legais, o limite de competência do exercício profissional, conforme os cursos realizados ou provas de especialização prestadas em escolas ou institutos profissionais reconhecidos; elaborar e aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo; funcionar como tribunal superior de ética profissional; servir de órgão consultivo em matéria de Psicologia; julgar em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais.

Como instituição de Estado, o CFP também tem a prerrogativa de defesa intransigente da democracia como sistema político de construção social das diferenças legítimas na sociedade, que se fundem às instituições de Estado e estão protegidas pela Constituição Federal de 1988 – como os direitos inalienáveis da pessoa humana e os valores que proclamam uma sociedade justa e solidária.

Nos marcos do seu código de ética, e dentro dos preceitos da Constituição Brasileira, o Conselho Federal de Psicologia toma para si a defesa do art. 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, pois compreende que a limitação ou a universalização de tais direitos incidem diretamente na subjetividade humana e, portanto, na forma como a Psicologia, como ciência e profissão, pode ou deve atuar, com os sujeitos pessoais e coletivos.

Dessa maneira, contribuir na orientação ao exercício da Psicologia para a constituição de uma sociedade ética, solidária, socialmente justa e radicalmente democrática é o sentido estratégico que a gestão do CFP se atribui e que está alicerçado no art. 6º, alínea “b”, da Lei nº 5.766, de 1971, que disciplina as atribuições do Conselho em “orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicóloga(o)”.

O Conselho Federal de Psicologia tem sua constituição, estrutura, organização, sede e foro regulamentados pelo Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977. Na condição de Autarquia Federal Especial, o CFP goza de imunidade tributária em relação a seus bens e rendas, de acordo com o art. 150 da Constituição Federal do Brasil de 1988, tendo como principal fonte de recursos as receitas relativas ao pagamento de anuidades por psicólogas e psicólogos, bem como por personalidades jurídicas, inscritos.

Os Conselhos Regionais e o CFP são regidos pelas leis, decretos e resoluções abaixo descritas:

- ▶ Lei ordinária: Lei nº 79.822, de 1977 – Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia;
- ▶ Decretos: Decreto-Lei nº 79.822, de 1977 – Regulamenta a Lei nº 5.766, de 1971;
- ▶ Resoluções: Resolução CFP nº 17 de 2000 – Aprova o Regimento Interno do Conselho Federal de Psicologia;
- ▶ Manuais e publicações relacionados às atividades da unidade: Resolução CFP nº 10 de 2007, que institui o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis;
- ▶ Resolução CFP nº 20 de 2018, que revisa e amplia o Manual de Procedimentos Administrativos, Financeiros e Contábeis do Sistema Conselhos de Psicologia (Resolução CFP nº 10 de 2007).

Missão, Visão e Valores

O XVIII Plenário realizou seu planejamento estratégico entre os dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2020 e, nele, definiu sua missão, visão de futuro e valores de conduta da gestão, todos expressos no Mapa Estratégico da autarquia, tal como segue:

MISSÃO DA AUTARQUIA

Promover processos que assegurem o compromisso ético e a qualidade técnico-científica do exercício profissional, de modo a ampliar o impacto e a relevância da Psicologia no enfrentamento das desigualdades estruturais para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática, alicerçada na garantia dos Direitos Humanos, no exercício da cidadania e no bem-viver.

São valores do XVIII Plenário do CFP: Direitos Humanos; Respeito às Diferenças e às Diversidades; Justiça e Equidade Social; Diálogo; Transparência; Laicidade; Inclusão; Antirracismo; Antimachismo; Antilgbtifobia.

VISÃO DE FUTURO

Ser uma instituição valorizada pela categoria por seu respeito à diversidade e pluralidade da Psicologia, por seu compromisso com a garantia da qualidade ética, técnica e científica, desde os processos formativos, e reconhecida pela sociedade na defesa e promoção dos Direitos Humanos, dos valores democráticos, numa perspectiva socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Estrutura organizacional e de governança

A GESTÃO (2019-2022)

A estrutura organizacional e de governança do Conselho Federal de Psicologia foi apresentada no relatório de 2020 e nos anteriores, no entanto, nunca é demasiado descrevê-la como um sistema que envolve o relacionamento entre a sociedade, a alta administração da Autarquia, as trabalhadoras e os trabalhadores e os órgãos de controle.

Descrevemos na governança a estrutura administrativa, política, econômica, social, ambiental e legal – entre outras – posta em prática para garantir que os resultados pretendidos pelas partes interessadas sejam definidos e alcançados¹.

Em essência, a governança do Conselho Federal de Psicologia tem como propósitos conquistar e preservar a confiança das psicólogas e dos psicólogos, bem como da sociedade como um todo, articulando de forma eficiente e eficaz um conjunto de mecanismos que assegurem a realização das funções precípuas do Conselho Federal de Psicologia alinhadas ao interesse público.

Com base nesses conceitos, a governança do CFP está delineada pela natureza da Autarquia e suas finalidades definidas na Lei Ordinária nº 5.766, de 1971 e no Decreto-Lei nº 79.822, de 1977, e a partir destes expande suas relações em espaços internos e externos, compreendendo sociedade e categoria.

Na articulação com outros setores da sociedade, importa registrar que o Conselho Federal de Psicologia tem participado com diferentes graus de protagonismo de Conselhos Nacionais de Políticas Públicas e estabelecido relacionamento com outros conselhos

profissionais, especialmente com os conselhos de profissões que atuam na área da saúde.

Internamente, as responsabilidades expressas no organograma da Autarquia contam com o processo de construção e monitoramento de resultados de seu Planejamento Estratégico, que tem origem nas declarações da categoria documentadas em seus dez congressos nacionais, particularmente no décimo, que definiu as diretrizes para a gestão 2019-2022.

A execução do Planejamento Estratégico é acompanhada pelo Comitê Gestor definido exclusivamente para este fim no seminário de construção do Plano realizado entre os dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2020. O comitê gestor é composto pela Coordenação Geral, Gerência Técnica (GTec), Gerência de Comunicação (GCom), Gerência Administrativa e Financeira (GAF), Gerência de Relações Institucionais (GRI) e Ouvidoria, além de dois conselheiros do XVIII Plenário do CFP.

Nunca é demais registrar que o Conselho Federal de Psicologia tem por cultura a tomada de decisões após um exaustivo processo de participação da categoria e de profissionais especializados nas diferentes áreas da Psicologia. O diálogo político-técnico-metodológico é realizado em Núcleos Temáticos, Comissões, Grupos de Trabalho e Diretoria, subsidiados por pareceres técnicos das competentes profissionais do Conselho Federal de Psicologia ou de especialistas convidadas antes de chegar ao Plenário, quando conselheiras e conselheiros debatem e votam temas que orientam e disciplinam a prática da Psicologia no país.

¹Os temas estratégicos serão mais amplamente abordados no Capítulo 3, quando será descrito o processo de planejamento estratégico da entidade, assim como seus principais objetivos estratégicos.

1 Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/centro-de-governo/> – (última visualização: 20 março 2021).

Estrutura organizacional

PLENÁRIO

DIRETORIA

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega

Presidente

Anna Carolina Lo Bianco Clementino

Vice-presidente

Izabel Augusta Hazin Pires

Secretária – a partir de 5 de fevereiro de 2021

Norma Celiane Cosmo

Tesoureira

Fabián Javier Marin Rueda

Secretário – até 5 de fevereiro de 2021

CONSELHEIROS EFETIVOS

Robenilson Moura Barreto

Secretário Região Norte

Alessandra Santos de Almeida

Secretária Região Nordeste

Marisa Helena Alves

Secretária Região Centro-Oeste

Neuza Maria de Fátima Guareschi

Secretária Região Sul

Dalcira Pereira Ferrão

*Secretária Região Sudeste –
até 11/9/2021*

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

Conselheiro Convidado Efetivo

Maria Juracy Filgueiras Toneli

*Conselheira Convidada Efetiva –
até 11/9/2021*

CONSELHEIROS SUPLENTES

Izabel Augusta Hazin Pires

Katya Luciane De Oliveira

Losiley Alves Pinheiro

Rodrigo Acioli Moura

Adinete Souza da Costa Mezzalira

Suplente Região Norte

Maria de Jesus Moura

Suplente Região Nordeste

Tahina Khan Lima Vianey

Suplente Região Centro-Oeste

Célia Zenaide da Silva

Suplente Região Sudeste

Marina de Pol Poniwas

Suplente Região Sul

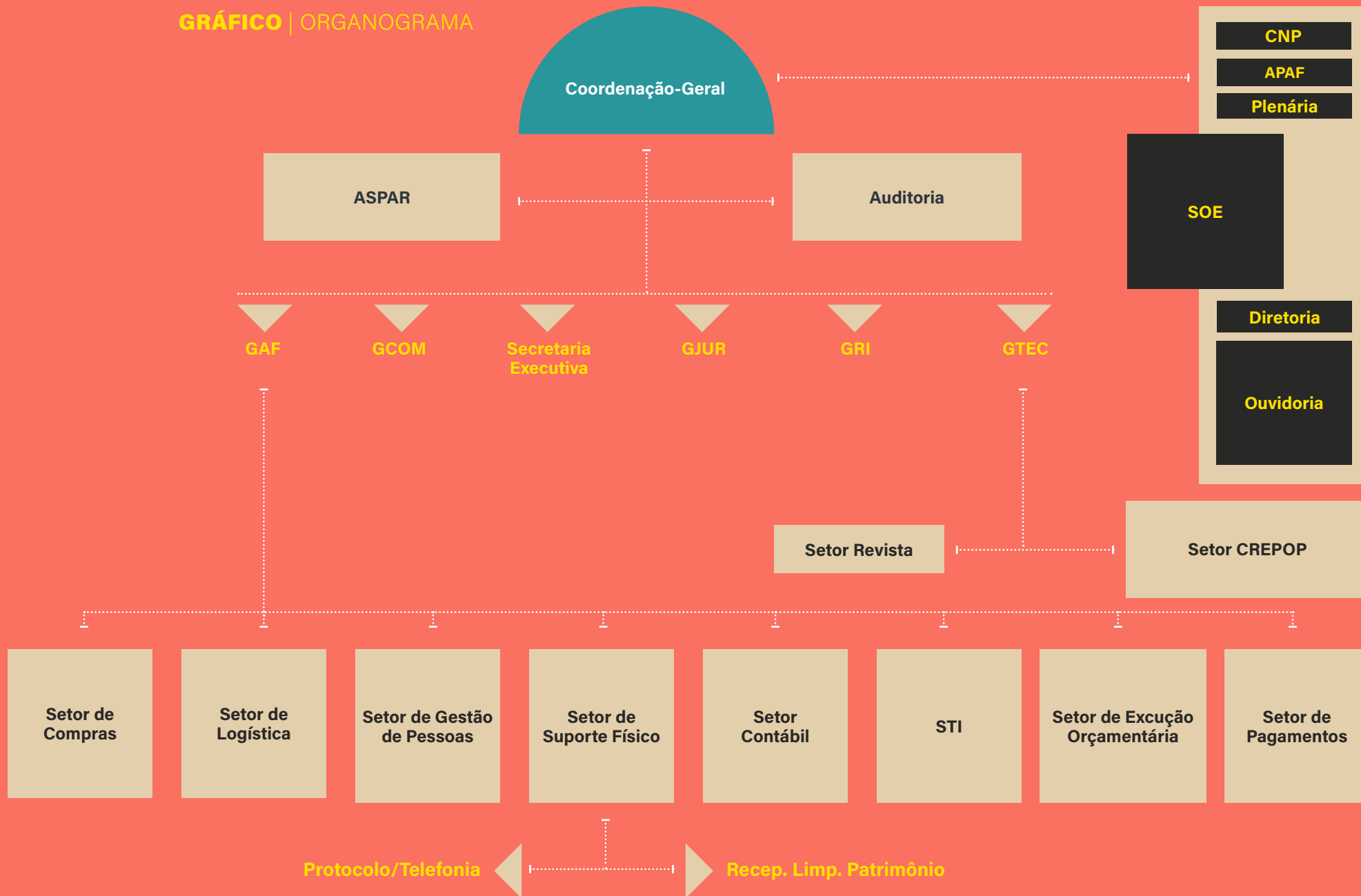
Ana Paula Soares da Silva

Conselheira Convidada Suplente

Isabela Saraiva de Queiroz

*Conselheira Convidada Suplente –
até 11/9/2021*

GRÁFICO | ORGANOGRAMA



Organograma

PLENÁRIA

Constituída pelo conjunto das(os) conselheiras(os) efetivas(os) e suplentes, é o órgão deliberativo do Conselho Federal de Psicologia, com a participação de colaboradores.

DIRETORIA

Órgão responsável pela operacionalização de diretrizes e decisões do Plenário, sendo constituída de Presidente, Vice-Presidente, Secretário-Geral e Tesoureiro.

OUVIDORIA

Setor responsável por receber manifestações diversas: reclamações, denúncias, elogios, críticas e sugestões das(os) profissionais psicólogas(os), cidadãos, outras instituições, entidades e agentes públicos quanto aos serviços e atendimentos prestados pelo Conselho Federal de Psicologia como um todo.

COORDENAÇÃO-GERAL

Coordena, orienta, articula e monitora as atividades inerentes às gerências administrativo-financeiras, de referências técnicas, de relações institucionais e de comunicação com a categoria profissional e a sociedade, integrando a gestão dos esforços de todas as unidades para atingir os resultados esperados, tendo em vista a missão, o planejamento estratégico e o plano de gestão do Conselho Federal de Psicologia. Assessora diretamente a Diretoria e o Plenário.

AUDITORIA

Esponsável por verificar os processos internos, o controle da governança, bem como a realização de auditoria interna para validar os atos de gestão.

SECRETARIA DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA

Órgão do Conselho Federal de Psicologia que tem a função, entre outras, de coordenar as atividades de orientação e fiscalização da entidade, visando à unidade das diretrizes e eficiência das ações, além de assistir o Plenário do CFP nos assuntos de sua competência.

Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

O CFP possui vários canais de acesso do cidadão à instituição para fins de solicitações, reclamações, denúncias e sugestões. Os referidos canais também proporcionam o diálogo e a interação da Autarquia com a categoria e a sociedade, além de ser um espaço de busca de informações referentes ao CFP e à Psicologia.

SITE²

O Conselho Federal de Psicologia conta com página eletrônica institucional que reúne informações sobre o CFP e o Sistema Conselhos de Psicologia. Entre os conteúdos disponíveis estão dados sobre as gestões, o regimento interno, o organograma, as representações nos conselhos de direitos e as comissões das quais o CFP faz parte. Há, ainda, normativas e referências correlatas, tais como Código de Ética, Código de Processamento Disciplinar, documentos eleitorais, leis e normas, notas técnicas, projetos de lei em monitoramento e Resoluções do CFP.

Também podem ser acessados serviços relacionados a avaliações de testes psicológicos, cadastro nacional de psicólogos, cadastro e-Psi, tabela de honorários, informações sobre orientação e ética e sobre título de especialista. A página reúne ainda notícias, publicações e produções multimídia que auxiliam o exercício profissional da categoria, função institucional do Conselho Federal de Psicologia.

As informações e conteúdos disponibilizados no site também servem como prestação de contas à categoria quanto às ações do seu Conselho Federal. No site, também há espaço para acesso ao Portal da Transparência, à Ouvidoria e dados pertinentes à categoria e à sociedade.

Ao longo do ano de 2021, a página institucional do CFP teve um total de 3.710.248 visualizações, e 1.241.608 pessoas acessaram o site. Nesse mesmo período, foram produzidos, para site e redes em geral, 600 cards e gifs (artes gráficas personalizadas para cada notícia).

As páginas mais acessadas dentro do site do CFP foram:

- ▶ [1. Página inicial – Conselho Federal de Psicologia](#)
- ▶ [2. Tabela de Honorários – CFP](#)
- ▶ [3. CFP simplifica cadastro de profissionais na plataforma e-psi](#)
- ▶ [4. Código de ética](#)
- ▶ [5. Perguntas e respostas sobre decisão do STF sobre testes psicológicos](#)
- ▶ [6. Como saber se uma pessoa é psicóloga\(o\)?](#)
- ▶ [7. Referências técnicas do Crepop](#)
- ▶ [8. Coronavírus – Comunicado sobre atendimento on-line](#)
- ▶ [9. Eventos da Psicologia](#)
- ▶ [10. Título de especialista](#)

2 site.cfp.org.br

Redes Sociais

FACEBOOK³

O Conselho Federal de Psicologia conta com perfil institucional na maior rede social do planeta. Em sua página no Facebook, o CFP disponibiliza notícias, fotos de eventos com participação de conselheiras(os) e colaboradoras(es) da Autarquia e datas comemorativas, além de transmissões ao vivo de eventos internos e externos. Também são criados eventos de interesse da categoria, por meio dos quais psicólogas e psicólogos podem obter mais informações e convidar outras(os) profissionais para atividades relacionadas a seu campo de atuação.

Como parte de suas atividades nessa rede social, o CFP faz o gerenciamento de comentários dos usuários, acompanhamento semanal da audiência, monitoramento de perfil, idade e estados de abrangência das publicações.

Em 2020, frente ao cenário de pandemia, o Facebook foi uma rede social estratégica para manter e estreitar o diálogo com a categoria. Em 2021, foram 490 postagens, que geraram **15 milhões de visualizações, 409 mil interações, 25 mil comentários e 32 mil compartilhamentos**.

Entre as postagens mais acessadas estiveram a do Dia Mundial de Conscientização do Autismo (168 mil *views*), a do Dia do Orgulho LGBTI+ (120 mil *views*) e a do pronunciamento sobre a venda dos testes psicológicos (117 mil *views*).

TWITTER⁴

O CFP também está presente na rede de microblogs de 280 caracteres por post. Com 42.300 seguidores, o Twitter do CFP compartilha diariamente notícias, eventos e assuntos de interesse da categoria.

3 facebook.com/conselhofederaldepsicologia

4 twitter.com/cfp_psicologia

5 youtube.com/c/confederalpsicologia

Em 2021, as publicações divulgadas no Twitter do CFP alcançaram mais de **1,6 milhão de visualizações** entre janeiro e dezembro. Foram publicados 994 tweets, o que corresponde a uma média de 82 tweets mensais.

Tweets mais visualizados: Dia da Psicologia, com 39 mil visualizações; e Dia de Prevenção e Combate ao Suicídio, com 19 mil visualizações.

YOUTUBE⁵

A rede social de transmissão de vídeos na internet conta com um canal exclusivo do CFP. Além de vídeos produzidos pelo próprio Conselho Federal de Psicologia, na plataforma também são realizadas transmissões das atividades do Conselho e de entidades parceiras, como *lives* e atos virtuais.

O canal do CFP no YouTube conta com **71,2 mil inscritos** – número que representa um crescimento de cerca de 25% em relação ao ano anterior. Os dados apontam que 78% desse público é feminino e 21% masculino. Quanto à idade, a faixa entre 25 a 34 anos corresponde ao maior público do canal (31%), seguida do público entre 35 a 44 anos.

- ▶ Visualizações: 4 milhões de visualizações e 385 mil visualizações únicas (por pessoa)
- ▶ Total de horas assistidas: 19 mil
- ▶ Comentários: 25 mil
- ▶ Vídeo mais assistido: Ensino da Psicologia na Pandemia



**Acesse pelo QR Code
do nosso canal oficial
no YouTube**

INSTAGRAM⁶

A autarquia também conta com um perfil na rede de publicação de fotos e microvídeos, e que ao longo dos últimos anos tem registrado o maior crescimento de usuários no país. O Instagram é a rede social que registra a maior audiência do CFP: atualmente, são 326 mil seguidores, tendo 40 mil destes aderido no último ano.

A conta do Conselho Federal de Psicologia nessa rede social atingiu, em 2021, a marca de 42 milhões de visualizações dos conteúdos postados no Feed. Foram **316 postagens e 1,2 milhão de interações, com uma média de 3,5 mil interações** por postagem e 35 mil comentários realizados.

As postagens mais acessadas foram a da programação do dia da Psicologia (218 mil), a do comunicado do CFP sobre a decisão do STF nos testes psicológicos (179 mil) e a que ressaltava a luta da Psicologia em defesa das mulheres e contra o feminicídio (170 mil).

As mulheres de 35 a 54 anos representam a maior audiência do público que segue o CFP no Instagram, o qual é 80% composto por mulheres (186 mil), 13% por homens (32 mil) e 7% por usuários que não informaram gênero (13 mil).

Há, também, um público assíduo no Instagram do CFP para os conteúdos no formato Stories – cuja exposição se expira em 24 horas. Ao longo de 2021, foram postados 556 stories, que renderam 1,4 milhão de interações e 15 milhões de visualizações.



Acesse pelo QR Code do nosso canal oficial no Instagram



BOLETIM DE E-MAIL

Para além dos conteúdos publicados em suas redes sociais, o Conselho Federal de Psicologia também utiliza como canal de comunicação e-mail marketing enviado semanalmente aos(às) psicólogos(as) cadastrados(as) na ferramenta. O boletim reúne destaques de notícias, eventos e demais assuntos de interesse da Psicologia. Até 31 de dezembro de 2021, o CFP havia enviado 42 boletins de e-mails para um público de 180 mil contatos cadastrados – 4 mil a mais, se comparado ao ano anterior. Ao todo, foram 7,5 milhões de e-mails enviados.

BOLETIM DE WHATSAPP

Na rede social de troca de mensagens, o CFP está presente com um boletim de notícias. As psicólogas e psicólogos se cadastram por meio do site e recebem semanalmente notícias relacionadas a eventos e demais informações de interesse da categoria. Em 2021, foram 909 mil mensagens enviadas, em 112 listas de transmissão, para 29.672 contatos cadastrados.

PODCAST DO CFP⁷

Em sintonia com as novas estratégias digitais de comunicação, o CFP também dispõe de canal de podcast, o **CFPCAST**. O *podcast* é um conteúdo em áudio, disponibilizado por de um arquivo ou streaming, com a vantagem de ser escutado quando o usuário desejar, e tem se popularizado ao longo dos últimos anos.

Em 2021, o CFP subiu nas principais plataformas de música 22 podcasts com temas direcionados ao exercício profissional

da categoria. O Podcast do CFP atualmente conta com mais de 33 mil plays nas plataformas de música, se consolidando como mais um dos diversos produtos de comunicação do CFP com a categoria. A plataforma mais utilizada é o Spotify, mas nossos episódios estão disponíveis também no Apple Podcast, CastBox, Anchor e Deezer.

O programa mais ouvido do ano passado foi o do mês de setembro, intitulado “Especial CDH EP04 – Ancestralidade, patologia e diagnóstico”, com 700 plays nos aplicativos. De acordo com os dados coletados, 95% dos ouvintes são brasileiros e 71% do sexo feminino. O público mais assíduo é o de 23 a 34 anos, representando 54% dos ouvintes.



7 open.spotify.com/episode/6SVArH1yP3x7jGMgsU2yr

DIÁLOGOS E TRANSMISSÕES AO VIVO

Uma ferramenta que tem se consolidado no relacionamento do CFP com a categoria e a sociedade – especialmente em tempos de pandemia – são os debates on-line. Já bastante utilizada em 2020, diante do cenário de isolamento e distanciamento social trazidos pela Covid-19 – a realização de *lives* teve **incremento em 2021, tanto em número quanto em plataformas utilizadas.**

Ao longo do ano, o Conselho Federal de Psicologia realizou um **total de 70 transmissões em tempo real**, número superior ao verificado em 2020, quando foram produzidas 66 transmissões ao vivo e on-line, entre lives, pronunciamentos e atos virtuais.

De acordo com os dados coletados, foram **53 horas assistidas pelo público**, em mais de 220 mil visualizações somente no canal oficial do CFP no YouTube. As transmissões realizadas pela página da Autarquia no Facebook geraram outras 304 mil visualizações.

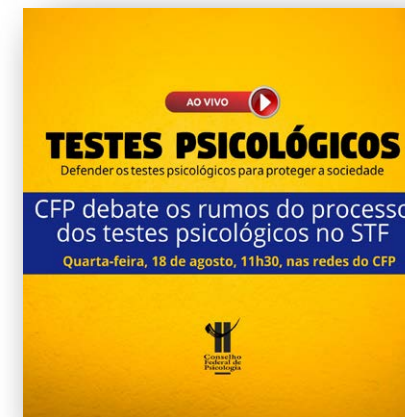
No caso do YouTube, o conteúdo mais assistido foi o debate on-line que teve como tema o Ensino da Psicologia na Pandemia, com 62 mil visualizações. Já no Facebook, o vídeo mais acessado foi o pronunciamento sobre a decisão do STF acerca da venda dos testes psicológicos, com 26 mil visualizações e 1,6 mil comentários.

Diante do interesse da categoria e da sociedade nesse formato de conteúdo, o CFP expandiu as plataformas utilizadas



e, desde novembro de 2021, passou a fazer transmissões ao vivo também pelo Instagram, com números que já alcançam 36 mil visualizações e 1.605 comentários.

Juntas, as transmissões ao vivo realizadas nas **páginas do CFP no YouTube, Facebook e Instagram totalizam mais de 595 mil visualizações.**



Entre os temas abordados nessas transmissões estão assuntos relacionados à Psicologia, seja no seu exercício profissional ou em temáticas transversais à Psicologia como ciência e profissão. E em sintonia com a conjuntura do momento, o Conselho promoveu diversos diálogos on-line sobre temas relacionados aos impactos da pandemia no exercício profissional de psicólogas e psicólogos e na saúde mental da população, cumprindo, mais uma vez, seu papel de orientar a categoria.

Essas iniciativas do CFP visam a cumprir seu dever de promover espaços de discussão sobre os grandes temas da Psicologia que levem à qualificação dos serviços profissionais prestados pela categoria à sociedade, buscando também atingir o objetivo estratégico de dialogar com as pessoas, de modo a promover o reconhecimento da Psicologia e suas entidades como referência nos debates sobre temas que envolvam a subjetividade humana, a partir de uma visão crítica que contribua para a transformação da sociedade.

ATENDIMENTO AOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO

Como parte do objetivo estratégico do CFP de dialogar com a sociedade para promover o reconhecimento da Psicologia como referência na agenda pública de temas relacionados à subjetividade humana, a Gerência de Comunicação da Autarquia mantém relacionamento com veículos de imprensa de todo o país.

Portais de internet, rádio, televisão e jornais impressos demandaram o Conselho Federal de Psicologia em questões como atendimento on-line, saúde mental, violência contra a mulher, avaliação psicológica para o porte de armas e impactos da pandemia de Covid-19, entre outros.

Entre janeiro e dezembro de 2021, foram registrados um total de 67 atendimentos a veículos de imprensa. Desses, 18 foram para sites de notícias, 16 para televisão, 10 para veículos de rádios/podcasts, 10 para jornais impressos e 13 para outros segmentos.

Ao analisarmos os principais temas demandados pela imprensa, é possível identificar que **35% das solicitações feitas ao CFP ao longo do último ano tinham como tema aspectos relacionados à saúde mental no contexto de pandemia de Covid-19**. Acerca do assunto, recebeu especial atenção a adaptação da Resolução CFP nº 11 de 2018 para a Resolução CFP nº 4 de 2020, que dispõe sobre a regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de tecnologia da informação e da comunicação – os chamados atendimentos on-line.

A fim de estimular a reflexão de temas importantes na agenda pública de debates, o CFP também publicou artigos de opinião. No jornal *Folha de S.Paulo*, por exemplo, o tema em destaque foi a Saúde Mental em Tempos Pandêmicos,

que realçou a necessidade de um cuidado de janeiro a janeiro. Já no jornal *Correio Braziliense*, o tema em foco foi a venda de testes psicológicos e os riscos trazidos à sociedade.

OUVIDORIA

Um dos principais canais de escuta do Conselho Federal de Psicologia com a categoria é a Ouvidoria, que acolhe sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias. O horário de atendimento ao público é de segunda a sexta-feira, das 9h às 16h.

CANAIS DE CONTATO COM A OUVIDORIA

Formulário on-line (SEI Usar! – Sistema Eletrônico de Informações), disponível em: site.cfp.org.br/fale-conosco/ouvidoria/etransparencia.cfp.org.br/. E-mail: ouvidoria@cfp.org.br. **Telefone: 0800 642 0110**

Em 2021, a Ouvidoria do Conselho Federal de Psicologia trabalhou com 1.759 demandas registradas no SEI Usar! – Sistema Eletrônico de Informações. Dessas, 1.751 (99,54%) foram respondidas e 8 (0,45%) fecharam o ano em tramitação. As demandas levaram, em média, cerca de 9 dias para serem respondidas.

As 1.751 manifestações respondidas foram classificadas por assunto, em quatro grandes conjuntos: **Demandas para o CFP** (1.129 – 4%); **Demandas para os CRPs** (495 – 28%); **Demandas que não são de atribuição dos Conselhos de Psicologia** (117 – 6%); **Outros** (12 – 0,6%). Assim, são detalhados a seguir os três primeiros conjuntos citados.

Das demandas para o CFP

Do total de 1.751 manifestações respondidas pela Ouvidoria, 1.129 estão classificadas como “Demandas para o CFP” e, entre estas, o assunto mais frequente é “Manifestações sobre os CRPs”. A categoria reúne processos que geraram comunicação com os Conselhos Regionais de Psicologia e que somam 700 ocorrências (62% das demandas para o CFP), geralmente com reclamação ou pedido de providência feito ao CRP que não foi resolvido.

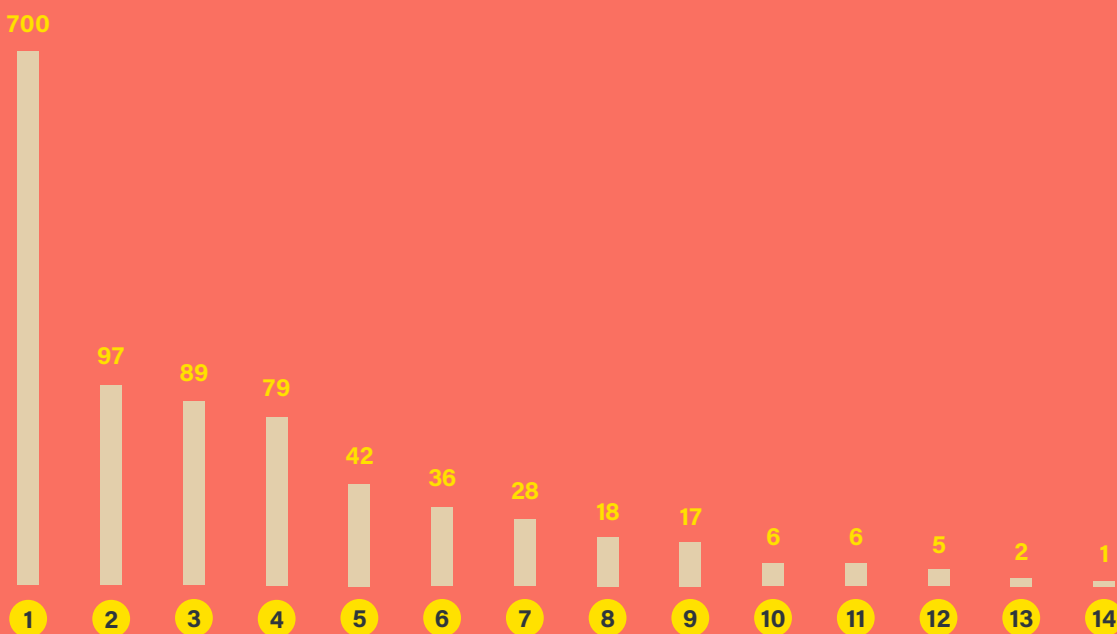
Em segundo lugar está “Pedidos de ações e pedidos de posicionamento para o CFP”, com 97 ocorrências (8% das demandas para o CFP). Nesta categoria estão

incluídas mensagens solicitando ao Conselho Federal que opine a respeito de acontecimentos na sociedade que são tidos como responsabilidade da Autarquia.

O terceiro assunto mais frequente nas demandas do CFP é “Pedidos de materiais e dados para pesquisas”, com 89 ocorrências (7% das demandas para o CFP), que abrangem os pedidos de publicações produzidas pela Autarquia ou dados da profissão.

O **Gráfico 1** mostra todos os assuntos recebidos na categoria de Demandas para o CFP.

GRÁFICO 1 | DEMANDAS PARA O CFP



- 1 Manifestações por CRPs
- 2 Pedido de ações para CFP/Pedido de posicionamento
- 3 Pedido de materiais e dados para pesquisas
- 4 Pedido de informação
- 5 Solicitação de providências
- 6 Outros
- 7 Recursos
- 8 Título de especialista
- 9 Manifestações contra o CFP
- 10 Decisão do STF sobre venda de testes psicológicos
- 11 Prêmio Virgínia Bicudo
- 12 Eventos Psi
- 13 Transparência informações administrativas do CFP
- 14 Questões administrativas internas

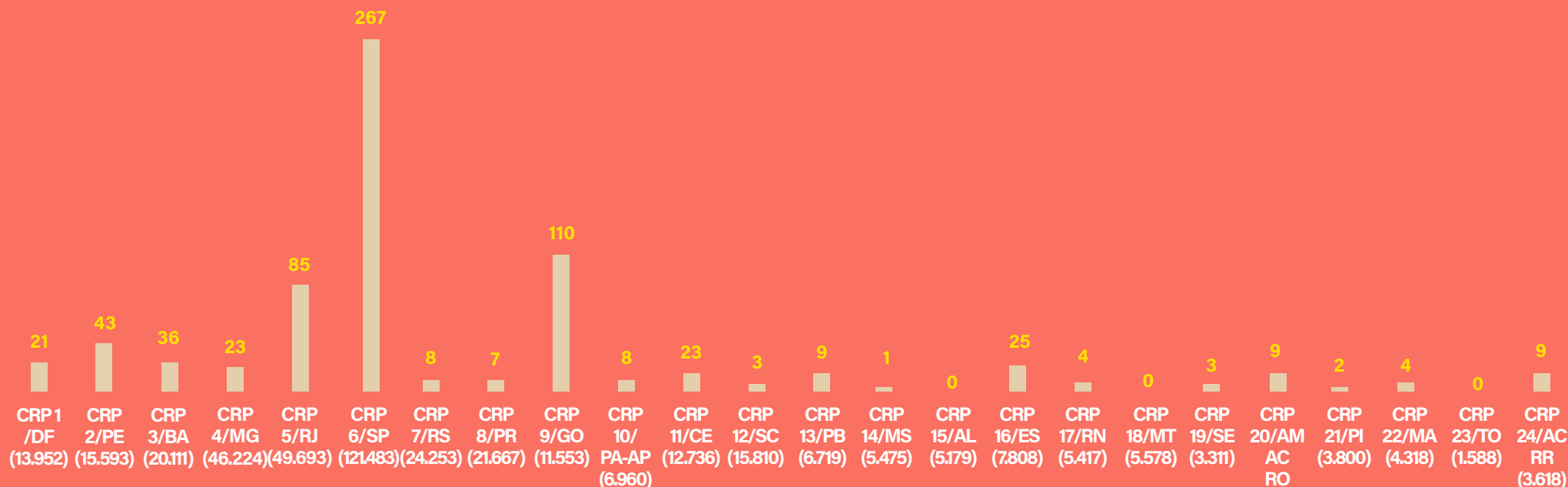
Considerando que, entre as 1.129 demandas para o CFP, um total de 700 (62%) são “Manifestações sobre os CRPs”, é possível verificar que os estados que mais acionaram a Ouvidoria do CFP em 2021 foram:

- ▶ São Paulo, que possui 121.483 psicólogos inscritos, com 267 demandas (38% do total de manifestações sobre os CRPs);
- ▶ Goiás, que conta com 11.553 psicólogos inscritos, com 110 demandas (15% do total de manifestações sobre os CRPs);

- ▶ Rio de Janeiro, que possui 49.693 psicólogos inscritos, com 85 demandas (12% do total de manifestações sobre os CRPs);
- ▶ Pernambuco, com 15.593 psicólogos inscritos e 43 demandas (6% do total de manifestações sobre os CRPs);
- ▶ Bahia, que possui 20.111 psicólogos inscritos e 36 demandas (5% do total de manifestações sobre os CRPs).

Os dados dos demais Conselhos Regionais podem ser vistos no **Gráfico 2**.

MAPA GRÁFICO 2 | MANIFESTAÇÕES POR CRP'S



Das demandas para os CRPs

Do total de 1.754 manifestações respondidas pela Ouvidoria, 495 são “Demandas para os CRPs”, que abrangem mensagens sobre atribuições que são dos Conselhos Regionais, e não do Conselho Federal de Psicologia. Nesses casos, a Ouvidoria presta as orientações para que a(o) manifestante dialogue com o respectivo regional.

O assunto mais frequente está relacionado a questões administrativas, com 152 ocorrências (30%), o que inclui pedidos relativos à carteira profissional, boletos, certidões, atualização de dados dos profissionais inscritos e outros. Em segundo lugar está o item “Denúncias contra psicólogas e psicólogos”, com 116 ocorrências (23%). Em terceiro, estão as mensagens sobre “Cadastro e-Psi”, com 109 ocorrências (22%), reunindo questões sobre o cadastro das(os) psicólogas(os) para atendimento on-line.

Todos os assuntos referentes a demandas para os CRPs podem ser vistos no **Gráfico 3**.

Pela análise dos gráficos, é possível identificar que tanto nas demandas classificadas como para o CFP quanto nas destinadas aos CRPs, questões relativas às providências dos Conselhos Regionais de Psicologia ocupam a centralidade do trabalho da Ouvidoria do Conselho Federal de Psicologia.

Nesse sentido, em 22 de outubro de 2021 foi realizado o **1º Encontro Nacional de Secretárias do Sistema Conselhos de Psicologia**, que tratou principalmente da possibilidade de implantação de ouvidorias nos CRPs. O público do evento foi convidado a contribuir com dois documentos que estão em produção: minuta de resolução sobre a Ouvidoria no CFP e nos CRPs, e também a Carta de Serviços do Sistema Conselhos de Psicologia, a ser incluída no Portal da Transparência do CFP e dos CRPs.

GRÁFICO 3 | DEMANDAS PARA OS CRPs

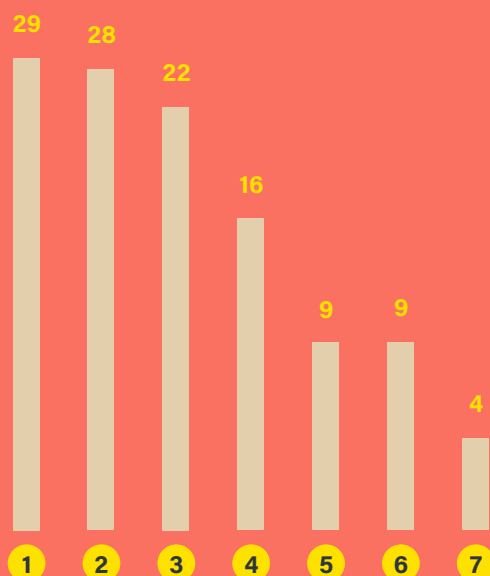


Das demandas que não são de atribuição dos Conselhos de Psicologia

Conforme pontuado, do total de ocorrências recebidas pela Ouvidoria do CFP ao longo de 2021, 6% trazem demandas que não são de atribuição dos Conselhos de Psicologia. Compõem esse conjunto consultas relacionadas a temas como formação profissional, questões sindicais e trabalhistas e denúncias sobre profissionais de outras categorias, conforme aponta o **Gráfico 4**.

A fim de aprimorar a compreensão sobre a missão e atribuições precípuas do Conselho Federal de Psicologia, em 2021 o CFP reformulou a seção “Fale conosco” de seu site

GRÁFICO 4 | NÃO É ATRIBUIÇÃO DOS CONSELHOS



- 1 Fiscalização e cursos e graduações/ Atribuições MEC
- 2 Condições de trabalho/Atribuição do Sindicato
- 3 Outras questões
- 4 Testes psicológicos em concurso público
- 5 Denúncia de manifestações em redes sociais/TV/ rádio
- 6 Denúncia contra não psicólogos(os)
- 7 Planos de saúde

institucional – incluindo informações didáticas sobre o papel da Autarquia, o funcionamento dos Conselhos Regionais e as atividades que compõem o rol de atribuições dos conselhos profissionais.



SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO – E-SIC

Outro importante canal de comunicação do Conselho Federal de Psicologia é o e-SIC (disponível em: esic.cfp.org.br e transparencia.cfp.org.br), que atende à Lei de Acesso à Informação e Transparência. Em 2021, chegaram via e-SIC um total de 49 demandas para o CFP. Destas, 45 foram respondidas dentro do prazo legal de 20 dias e quatro após recurso.

PUBLICAÇÕES

Seguindo sua missão de orientar e produzir referências para a categoria, bem como de dialogar com a sociedade, o Conselho Federal de Psicologia também elaborou campanhas e publicou materiais para a categoria, ações que estão em conformidade com as diretrizes do CFP e são sempre amparadas pelos temas e objetivos estratégicos definidos pela gestão.



Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) em Medidas Socioeducativas



Acesse pelo
QR Code a
publicação



Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no CRAS/SUAS



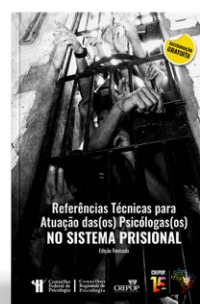
Acesse pelo
QR Code a
publicação



Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres



Acesse pelo
QR Code a
publicação



Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Sistema Prisional



Acesse pelo
QR Code a
publicação



Catálogo Nordeste Criança: Olhares da Infância



Acesse pelo
QR Code a
publicação

REVISTA PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

Periódico científico editado pelo CFP há mais de 40 anos, a revista Psicologia – Ciência e Profissão (PCP) seguiu com produção ativa ao longo de 2021, mesmo com as dificuldades ainda impostas pela pandemia da Covid-19.

Em 2021, a Revista PCP publicou 65 artigos na modalidade fluxo contínuo, o dossiê da Avaliação Psicológica (ADI 3481) com 5 artigos e 3 edições especiais, sendo elas: Formação e Trabalho (11 artigos + Editorial); Família e Desenvolvimento (21 artigos + Editorial) e Contextos Institucionais (13 artigos + Editorial).

Durante o ano, a revista recebeu 700 artigos, dos quais 205 foram aprovados no crivo de avaliação inicial e seguiram para designação de pareceristas, 5 foram submissões para o dossiê da Avaliação Psicológica (ADI 3481) e 490 foram rejeitados por não atenderem às normas da APA e aos critérios de submissão da Revista.

A professora Neuza Maria Guareschi é a editora-chefe da Revista e a Comissão Editorial é composta por um representante indicado de cada região do país, sendo: Região Sul: João Batista Martins; Região Sudeste: Reinaldo da Silva Júnior, substituído pelo professor Walter de Melo Júnior; Região Nordeste: Ísis Gomes Vasconcelos; Região Centro Oeste: Camilla Marques; Região Norte: Daiane Gasparetto da Silva.

Ainda, a Comissão de Editores Associados se manteve com os representantes: Região Sul: Adolfo Pizzinato; Região Sudeste: Ana Paula Porto Noronha; Região Centro-Oeste: Domenico Hur; Região Norte: Marcelo Calegar; Região Nordeste: João Paulo Barros.

Em 2021, aconteceram três reuniões virtuais, duas com a Comissão Editorial em 11 de março e 13 de julho, e a terceira no dia 29 de setembro, com a Comissão de Editores Associados.



REVISTA DIÁLOGOS

O Conselho Federal de Psicologia lançou em junho de 2021 a edição nº 12 da Revista Diálogo, trazendo como tema “A Prática Psicológica na Pandemia: de Norte a Sul histórias de profissionais que precisaram encontrar alternativas em meio à crise”. A edição marca o interesse do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia em debruçar-se sobre uma realidade enquanto ela ocorre, focando na situação de emergência e calamidade sanitária trazidas pela pandemia e os desafios para a população brasileira e para a Psicologia como ciência e profissão.

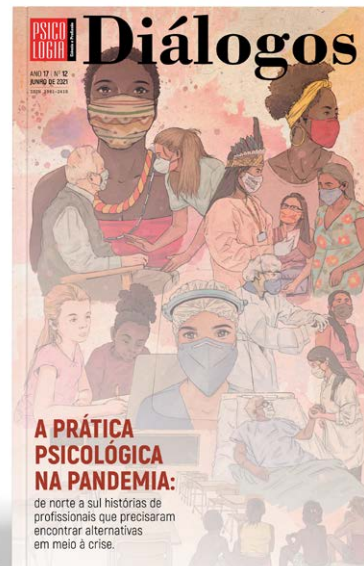
A revista Diálogos teve seu primeiro número publicado em 2004. O periódico foi criado para possibilitar um amplo diálogo sobre as práticas da Psicologia por meio da atuação e dos saberes dos mais plurais e diversos profissionais da área, que compartilham suas experiências alinhadas tanto ao cuidado

das pessoas e das coletividades quanto ao compromisso ético-político de garantia dos Direitos Humanos.

A elaboração da revista Diálogos é colaborativa, com o apoio dos Conselhos Regionais de Psicologia, e busca abarcar toda a diversidade de temáticas e reflexões no campo da atuação profissional.

A conselheira do CFP Losiley Alves Pinheiro é a editora-responsável da Revista e a Comissão Editorial Nacional é composta por: Iolete Ribeiro da Silva; Biancha Angelucci; e Daiane Bentivi.

A Comissão Editorial é composta ainda por um representante indicado de cada região do país, sendo: Darlane Silva Vieira Andrade (CRP-03/BA); Carla Rambo (CRP-24 AC/RO); Camilla Fernandes Marques (CRP-14/MS); João Batista Martins (CRP 08/PR); e Rodrigo Toledo (CRP 06/SP).



Fatos externos relevantes

Conforme já destacado, 2021 foi o ano mais letal da Covid-19 em todo o mundo, e especialmente no Brasil, fazendo com que a pandemia continuasse como pano de fundo estrutural na gestão do XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia – seja pelo impacto no funcionamento da Autarquia, seja pelas agendas que o tema da saúde pública e saúde mental evidenciaram nesse período.

Em sua função de orientar, disciplinar e fiscalizar a atuação de psicólogas(os), o CFP também lidou com o contexto de crise institucional no qual o país está imerso, um dos elementos externos que impactam as iniciativas da Autarquia nas instituições de Estado.

Soma-se a esses fatos a agenda do governo federal, que pautou temas conflitantes com o exercício da Psicologia como ciência e profissão. Entre os exemplos que podem ser citados, está a nova Lei do Trânsito – que previa a exigência de psicóloga(o) do trânsito para aplicar testes de avaliação psicológica, quesito vetado pela presidência da República em 2020, e cujo veto foi derrubado pelo Congresso Nacional em 17 de março de 2021. Com a medida, ficou reestabelecida a exigência de um médico de tráfego e da psicóloga e psicólogo do trânsito para aplicar o Exame de Aptidão Física e Mental (EAFM) e a avaliação psicológica, respectivamente, nos candidatos à concessão e renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Outra iniciativa que impactou o campo ocorreu no início de 2021, quando o governo federal publicou os Decretos nº 10.627, de 2021, nº 10.628, de 2021, nº 10.629, de 2021 e nº 10.630, de 2021 que, na prática, extinguiram a exigência de credenciamento específico para que psicólogas(os) pudessem avaliar a aptidão para a posse e o porte de arma de fogo.

No mesmo ano, foram ajuizadas no Supremo Tribunal Federal (STF) diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade contra os quatro decretos da presidência da República que flexibilizam as regras para aquisição e porte de armas de fogo, tendo o CFP pleiteado ingresso na ação como *amicus curiae*, oportunidade em que levou para debate a análise técnica do Conselho Federal de Psicologia sobre os efeitos dos referidos decretos.

Também no STF, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3481 – que tramita na Corte Superior desde 2004 e trata sobre a venda de testes psicológicos – teve decisão que culminou na liberação da comercialização de testes psicológicos, demandando um conjunto de medidas por parte do CFP.

A votação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) foi outro fato externo que influenciou a atuação do Conselho Federal de Psicologia. Isto porque a garantia do Fundeb como instrumento permanente de financiamento da educação básica pública, incorporando o Fundeb ao texto da Constituição Federal, impacta diretamente no custeio e na regulamentação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. *(Saiba mais sobre a atuação do CFP nas áreas temáticas no Capítulo 3).*

CAPÍTULO

2. Riscos, Oportunidades e Perspectivas

Principais riscos identificados

Para o triênio 2020/2022, o XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia definiu como missão “promover processos que assegurem o compromisso ético e a qualidade técnico-científica do exercício profissional de modo a ampliar o impacto e a relevância da Psicologia no enfrentamento das desigualdades estruturais para a construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática, alicerçada na garantia dos Direitos Humanos, no exercício da cidadania e no bem viver”.

Tendo tais diretrizes como perspectiva, bem como os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 em seu ano mais letal em todo o mundo, foram identificados riscos capazes de afetar o atingimento de tais objetivos, bem como medidas para mitigá-los, a saber:

Principais riscos identificados

INTERNOS

FATORES DE RISCO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	MITIGAÇÃO
Manutenção do funcionamento do Conselho Federal de Psicologia	Diante do risco iminente que a pandemia trouxe à saúde pública e, particularmente, às(aos) profissionais do CFP e às(aos) conselheiras(os), manter o funcionamento da Autarquia demanda cálculo e monitoramento dos riscos.	Alta	A autarquia manteve em funcionamento suas principais atividades com os Conselhos Regionais, os órgãos de controle, as instituições de Estado e a categoria.
Saúde das(os) profissionais	Preservar a saúde das(os) profissionais.	Alta	Em 2021, o CFP retomou parcialmente as atividades presenciais, monitorando a situação da pandemia de Covid-19.
Condições de trabalho	Diante das recomendações sanitárias de distanciamento físico, o espaço do Conselho não permite a retomada de todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores do CFP.	Média	Adotou-se o rodízio de presença entre as trabalhadoras e trabalhadores de cada setor.
Julgamentos éticos - Instância recursal	Havia muitos processos de recursos éticos aguardando uma perspectiva de segurança para que pudessem ser realizados em meio à pandemia.	Alta	Os julgamentos dos recursos de processos éticos foram retomados em formato online, garantindo a segurança e o sigilo.
Realização das plenárias	As plenárias no formato remoto demandam maior esforço cognitivo e biológico das(os) conselheiras(os) e das(os) trabalhadoras(es).	Alta	Foram realizadas plenárias híbridas durante o ano de 2021, considerando que algumas conselheiras e alguns conselheiros pertencem aos grupos de risco relativamente ao contágio pelo coronavírus.
Governança	Para um maior impacto, a coordenação das ações sistêmicas de responsabilidade do CFP necessita de uma governança articulada com todo o Sistema.	Alta	Foram mantidas reuniões com as presidentas dos Conselhos Regionais de Psicologia para a construção de decisões assertivas enquanto Sistema.

Principais riscos identificados

EXTERNOS

FATORES DE RISCO	DESCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	MITIGAÇÃO
Mercado de trabalho da Psicologia	Impacto no pagamento das anuidades.	Média	Monitoramento com relatórios mensais para acompanhar a incidência e consequente tomada de decisão.
Ações coordenadas com instituições de Estado	Atuar de forma coordenada para melhor impactar a contribuição da Psicologia durante a pandemia de Covid-19.	Média	Foram realizadas reuniões com instituições de Estado e órgãos de governo, organizações não governamentais, institutos de pesquisas em saúde, entre outros, para articular a contribuição da Psicologia no presente estágio da pandemia.
Atuação institucional nas casas legislativas	Projetos de interesse da categoria foram pautados durante o ano de 2021, em plena pandemia.	Alta	Ampliação das ações de <i>advocacy</i> com parlamentares para articular a defesa da Psicologia em projetos pautados no Senado e no Congresso Nacional.
Funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia	Atuação dos Conselhos Regionais no atendimento à categoria.	Alta	O CFP e os CRPs retomaram atividades presenciais seguindo protocolos de segurança para evitar o contágio, mantendo, assim, o Sistema de Psicologia em funcionamento e monitorando os riscos.

Modelo de gestão de riscos e controles

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Conselho Federal de Psicologia empenhou-se nas adaptações necessárias em sua estrutura para se enquadrar no modelo de gerenciamento de riscos e controles – o modelo Três Linhas de Defesa, desenvolvido pelo The Institute of Internal Auditors (IIA) e recomendado pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

O objetivo é prover a UPC de um modelo simples e efetivo para o delineamento dos papéis e responsabilidades essenciais ao gerenciamento de riscos e controle.

Segundo as constatações do IIA, a organização deve contar com diversos atores desempenhando atividades relacionadas à gestão de riscos e de controle – tais como auditores internos, especialistas em gestão de riscos e de controle, executivos de *compliance*, analistas de qualidade, investigadores de fraude e outros profissionais de riscos e controle.

No entanto, a UPC já tem o entendimento de que cada ator desse sistema deverá compreender quais os limites de suas responsabilidades e como seus cargos se encaixam na estrutura geral de riscos e controle, de modo a evitar debates desnecessários sobre as competências e áreas de atuação de cada um.

O Conselho Federal de Psicologia já definiu que o modelo do IIA é o mais eficiente e simples de ser

implantando, sendo o controle de seus gestores a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. As diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade (área de risco, comitê de risco, comitê de transparência, etc.) estabelecidas pela gerência são a segunda linha de defesa, enquanto a avaliação independente, feita pela auditoria interna, contempla a terceira linha.

Segundo o IIA, as três linhas de defesa devem existir de alguma forma, separadas e objetivamente identificadas, não importando o tamanho ou a complexidade da atividade finalística desenvolvida, pois isso assegura a efetividade do gerenciamento de riscos.

O modelo ressalta que o alto nível de independência da auditoria interna não está disponível nas outras linhas de defesa, nem mesmo na segunda. Para manter essa independência, não é aconselhável que se atribua à auditoria interna responsabilidades de gestão, como coordenar ou gerenciar o processo de gestão de riscos da organização.

A principal função da auditoria interna é prover avaliações independentes sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.

Em que pese o fato de a UPC ainda não ter instalado o modelo ideal acima descrito, o Conselho Federal de Psicologia já exerce controles sobre as ações definidas em seu Planejamento Estratégico para cada triênio.

GRÁFICO | MODELO DE TRÊS LINHAS DE DEFESA



Adaptação da *Guidance on the 8th EU Company Law Directive* da ECIIA/FERMA, artigo 41.

Atualmente, os controles internos do CFP compreendem um conjunto de atividades voltadas à avaliação do cumprimento dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico, à avaliação da execução dos programas de gestão, à avaliação da execução orçamentária e à avaliação dos gestores, visando comprovar a conformidade e o nível de execução das metas. Também busca avaliar o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento, avaliar a legalidade e a legitimidade dos atos praticados e, por fim, promover o exame dos resultados quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos sistemas administrativos e operacionais.

Integram o Sistema de Controle Interno do Conselho Federal de Psicologia a Coordenação Geral, a Coordenação Geral Adjunta, o Comitê Gestor de Transparência e o Comitê de Acompanhamento das Ações Estratégicas.

SETORES QUE AUXILIAM NO CONTROLE INTERNO

Não se pode deixar de evidenciar o **Sistema Eletrônico de Informação (SEI)**, um dos principais instrumentos de controle interno implantados no Conselho Federal de Psicologia, o qual se consubstancia em uma ferramenta de gestão de documentos e processos eletrônicos com o objetivo de promover a eficiência administrativa na gestão pública, que, por si só, constitui um poderoso instrumento de controle e acompanhamentos de processos.

Também é importante destacar a **Ouvidoria**, que, além de ser um órgão de apoio à governança, é considerada como um controle interno de destaque, uma vez que tem entre suas atribuições sistematizar as atividades de acolhimento das percepções da sociedade frente às metas e aos objetivos programados pela entidade.

A **Auditoria Interna**, ainda em fase de estruturação, já atua na orientação dos gestores em relação ao atingimento das metas e aos meios de correção. Ademais, o Conselho Federal de Psicologia se resguarda da opinião de Auditoria Independente anual, para fins de avaliação do controle da execução orçamentária e das principais atividades de riscos inerentes a atos de gestão administrativa.

Além disso, é adotada uma série de controles preventivos e defectivos – tais como procedimentos de autorização de gastos, segregação de funções (autorização, execução, registro e controle), sistemas informatizados de controles de frequência e administração de pessoal, sistema informatizado de conciliações e administração de bens patrimoniais e de almoxarifado, sistema informatizado (**Comprasnet**) para aquisição de bens e serviços, entre outros.

O CFP promove a cultura da transparência na Administração Pública e, dessa forma, aumenta gradativamente a disponibilização de dados em formatos abertos. Assim sendo, mantém atualizado o Portal da Transparência do Sistema Conselhos de Psicologia, observando os requisitos de acessibilidade e responsividade, permitindo, dessa maneira, que a informação esteja acessível à sociedade, inclusive por dispositivos móveis, e, principalmente, observando as recomendações do TCU.

A plataforma é integrada a vários outros sistemas de controle, também desenvolvidos pelo CFP, permitindo, assim, mais agilidade na publicação dos dados referentes às ações realizadas, tanto dos 24 Conselhos Regionais quanto do Conselho Federal. Essa plataforma é um importante instrumento de divulgação de dados abertos.

Por fim, o Conselho Federal de Psicologia aprofunda, apesar das dificuldades e incertezas herdadas pela pandemia, práticas de Gestão de Riscos, Controle e Transparência. Contudo, a entidade já percebe um grau de maturidade satisfatório de governança, capaz de demonstrar à sociedade o seu comprometimento com sua missão de orientar, fiscalizar e regulamentar o exercício da prática profissional da(o) psicóloga(o).

Oportunidades

A pandemia do coronavírus e a crise política e sanitária no Brasil aprofundaram a situação de vulnerabilidade de amplos setores da sociedade brasileira, com expressivo impacto na saúde mental e no bem viver da população. É nesse cenário de profundos desafios que os valores e princípios de uma instituição são colocados à prova. As psicólogas e os psicólogos que compõem o XVIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia exercitam a oportunidade de praticar os princípios de seu código de ética, em um tempo de exceções.

O XVIII Plenário atua, desde seu início, sob o pano de fundo de uma crise sanitária de escala mundial, mobilizando esforços para que os princípios registrados abaixo sejam práticas como meio e fim para o exercício da psicologia brasileira:

- ▶ O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- ▶ O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- ▶ O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- ▶ O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.
- ▶ O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.
- ▶ O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.
- ▶ O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

CAPÍTULO

3. Governança, Estratégia e Desempenho

Planejamento estratégico

Como a estrutura e o processo de governança do Conselho Federal de Psicologia já foram descritos no capítulo 1, o presente capítulo atém-se à descrição do processo de planejamento estratégico e ao resumo dos principais projetos e ações do CFP em 2021.

CONTEXTO

Embora inserido em um contexto de enorme complexidade no Brasil e no mundo, em razão da crise sanitária e de calamidade pública ocasionada pela pandemia do SARS-CoV-2, o Conselho Federal de Psicologia tem atuado de forma a realizar sua visão estratégica e funções precípuas.

O relatório do exercício da gestão no ano de 2020 já evidenciou tal cenário, mas, pelas circunstâncias, não é demasiado registrar que a visão estratégica da Autarquia foi definida pelo XVIII Plenário do Conselho Federal antes da crise sanitária global da Covid-19.

A atividade de planejamento estratégico do XVIII Plenário ocorreu entre os dias 14 e 16 de fevereiro de 2020, ainda com baixo nível de informações públicas sobre os impactos do SARS-CoV-2.

Poucos dias depois, em 11 de março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou, em Genebra, na Suíça, que a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, estava caracterizada como uma pandemia. Nove dias mais tarde, todo o território brasileiro foi enquadrado na situação de calamidade pública, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

PARTICIPAÇÃO DAS ESTRUTURAS DA AUTARQUIA NA CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico do Conselho Federal de Psicologia foi elaborado a partir da metodologia **Sistema Participativo de Gestão Estratégica**, implementado por consultoria contratada para esse fim.

Não menos importante na gestão autárquica da Psicologia brasileira, está a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos (APAF), que reúne, duas vezes ao ano, delegados de todos os Conselhos Regionais de Psicologia e do Conselho Federal para a tomada de decisões que impactam diretamente o o Sistema Conselhos de Psicologia.

Como instrumento, o **Sistema Participativo de Gestão Estratégica** constrói, de forma permanente, as ações do Conselho Federal de Psicologia em direção ao futuro, considerando a realidade imposta e as estruturas sociais que resistem ao tempo. O norte está na transformação do Brasil em uma *sociedade justa, inclusiva e democrática, alicerçada na garantia dos Direitos Humanos, no exercício da cidadania e no bem viver.*

Processo de construção do planejamento estratégico

Consubstanciado na metodologia de Sistema Participativo de Gestão Estratégica para a realização do planejamento, foram realizadas escutas privadas de gerentes, coordenadoras(es) e conselheiras(os), bem como sistematizados os documentos do 10º Congresso Nacional da Psicologia e das propostas eleitas pela categoria no sufrágio que definiu a composição do XVIII Plenário. O seminário de planejamento ocorreu em Brasília, nos dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2020, em assembleia ordinária do Plenário.

Definição dos temas estratégicos da gestão

Foram definidos quatro temas estratégicos para a gestão 2019-2022: **Defesa e Valorização da Psicologia; Direitos Humanos; Exercício da Profissão; Gestão.**

Os temas estratégicos e seus objetivos são os pilares da visão estratégica da Autarquia. Cada tema pode ter mais de um objetivo, tal como se pode observar no registro que segue acerca dos temas e objetivos do Conselho Federal de Psicologia para a gestão 2019-2022.

DEFESA E VALORIZAÇÃO DA PSICOLOGIA

Objetivos estratégicos:

- ▶ Utilizar os mecanismos de regulamentação, orientação e fiscalização para valorizar e defender o exercício profissional da Psicologia em todos os âmbitos de atuação;
- ▶ Defender a presença da Psicologia nas instâncias representativas de controle e participação social, reconquistando e rearticulando representações em que a Psicologia tem um lugar relevante;
- ▶ Ampliar a visibilidade das práticas profissionais da Psicologia, consolidadas e emergentes, nos seus diversos âmbitos de atuação, dentro e fora do Brasil;

- ▶ Ampliar o diálogo com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no que concerne às competências técnicas e éticas das intervenções de psicólogas e psicólogos.
- ▶ Nos seus 60 anos, a Psicologia brasileira evidencia seu papel e contribuição à sociedade apontando tendências e desafios em seus diferentes campos e áreas de atuação.

DIREITOS HUMANOS

Objetivos estratégicos:

- ▶ Promover a cultura de defesa dos Direitos Humanos entre membros da categoria e da sociedade em geral;
- ▶ Evidenciar, por meio das ações de regulamentação, orientação e fiscalização, a indissociabilidade entre Direitos Humanos e Psicologia no âmbito do exercício profissional;
- ▶ Orientar a categoria para o exercício de uma Psicologia laica, ética e científica, que respeite a pluralidade de práticas profissionais e a diversidade dos sujeitos;
- ▶ Contribuir para romper com a cultura de violência em relação às diferenças, afirmando os Direitos Humanos no Sistema Conselhos;
- ▶ Promover o exercício profissional que rompa com a lógica de patologização e de medicalização da vida.

EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Objetivos estratégicos:

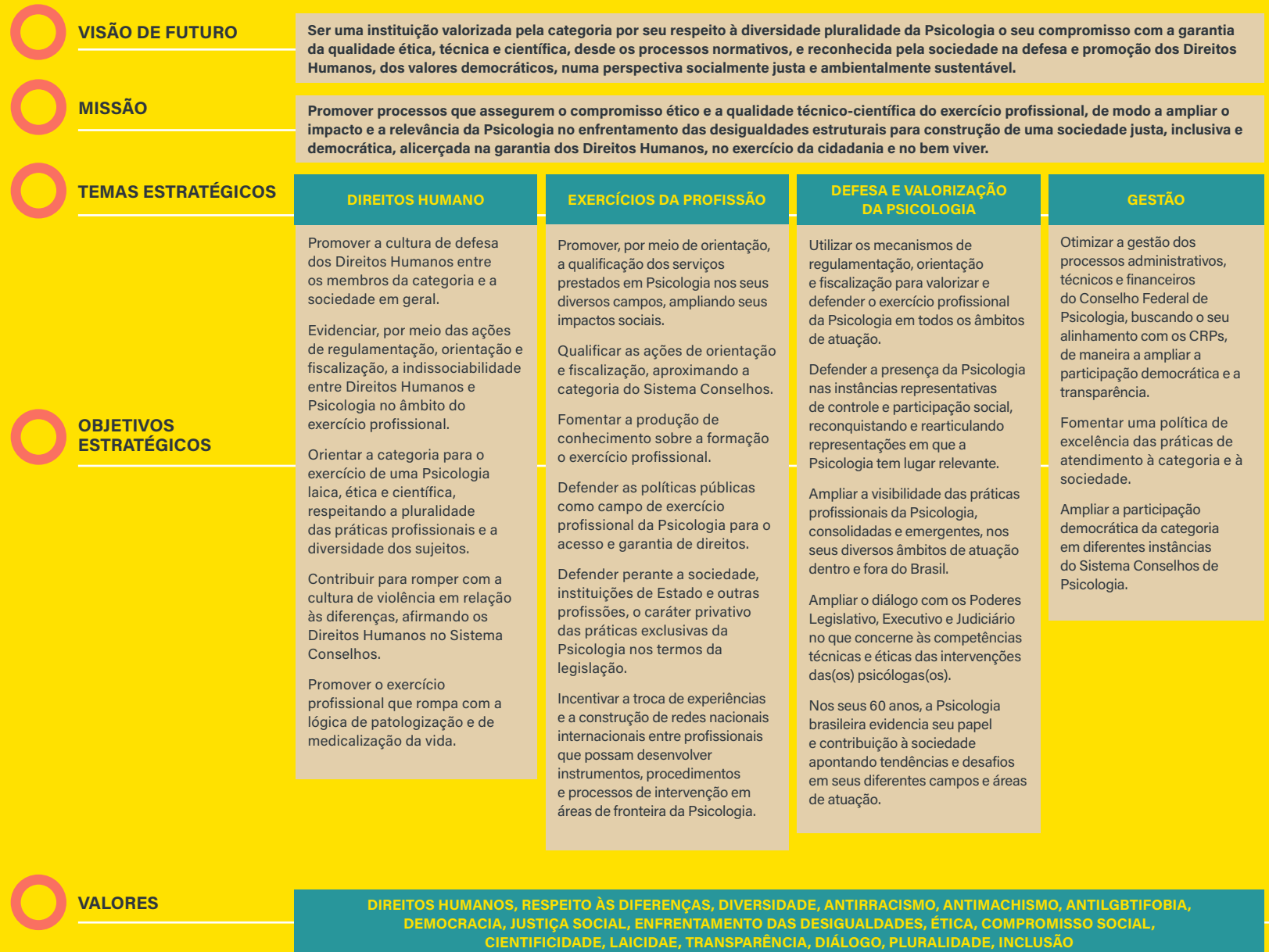
- ▶ Promover, por meio de orientação, a qualificação dos serviços prestados em Psicologia nos seus diversos campos, ampliando seus impactos sociais;
- ▶ Qualificar as ações de orientação e fiscalização, aproximando a categoria do Sistema Conselhos;
- ▶ Fomentar a produção de conhecimento sobre a formação e o exercício profissionais;
- ▶ Defender as políticas públicas como campo de exercício profissional da Psicologia para o acesso e a garantia de direitos;
- ▶ Defender, perante a sociedade, instituições de estado e outras profissões, o caráter privativo das práticas exclusivas da Psicologia, nos termos da legislação;
- ▶ Fortalecer/ampliar as redes de interação nacionais e internacionais que possam contribuir para o aprimoramento das práticas profissionais em Psicologia.

GESTÃO

Objetivos estratégicos:

- ▶ Otimizar a gestão dos processos administrativos, técnicos e financeiros do Conselho Federal de Psicologia, buscando o seu alinhamento com os CRPs, de maneira a ampliar a participação democrática e a transparência;
- ▶ Fomentar uma política de excelência das práticas de atendimento à categoria e à sociedade;
- ▶ Ampliar a participação democrática da categoria em diferentes instâncias do Sistema Conselhos de Psicologia.

GRÁFICO | MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA 2019-2022



A visão estratégica do XVIII Plenário, com seus objetivos estratégicos a serem atingidos até o final da gestão, compõe o desenho do mapa estratégico da autarquia para a gestão 2019-2022.

O mapa estratégico é uma das ferramentas da metodologia reconhecida internacionalmente como Balance Scorecard (BSC), dos autores Robert S. Kaplan e David P. Norton¹, utilizada dentro da Metodologia de Planejamento e Gestão Participativa por sua capacidade de: traduzir a estratégia em termos operacionais; alinhar a organização à estratégia; transformar a estratégia em tarefas de todos; converter a estratégia em processo contínuo; e mobilizar a mudança por meio da liderança executiva.

Indicadores de governança e gestão

O Conselho Federal de Psicologia tem articulado, no âmbito do Sistema CFP e CRPs, o aprimoramento da sua Política de Governança. Como indicativo está proposta a criação da Comissão de Gestão e Governança, que terá como missão auxiliar na política de governança da Autarquia, que atualmente compreende a seguinte estrutura:

Sociedade: cidadãos; psicólogos e outras partes interessadas.

Instâncias Externas: TCU e CGU.

Instâncias Internas: Congresso Nacional da Psicologia; Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças; Plenário do CFP (Alta Administração); Diretoria Colegiada (Alta Administração); Secretarias; e Comissões Internas.

Instâncias Internas de Apoio: Auditoria Interna; Ouvidoria; Comitê de Transparência e Comitê de Gestão Estratégica.

O exercício de 2021 teve como contexto o início da flexibilização das regras de restrição à circulação e de isolamento das pessoas, impostas pela pandemia de Covid-19, bem como o retorno gradual ao ambiente de trabalho.

No primeiro e segundo quadrimestres de 2021, a governança do Conselho Federal de Psicologia aprimorou-se cada vez mais na utilização de recursos remotos de administração e gestão, agregando dinâmica, fluidez e qualidade aos processos de decisão.

No último quadrimestre do ano, se iniciou o diálogo com as trabalhadoras e trabalhadores para se definirem formas de retorno às atividades presenciais da Autarquia. Foram editados e reeditados normativos prevendo o retorno gradual, escalonado e com segurança, conforme Portaria nº 23, de 18 de outubro de 2021.

O retorno presencial do trabalho encerrou o exercício de 2021 com a sede do CFP aberta e atividades presenciais observando os protocolos do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia, preservaram-se os mecanismos de governança existentes, assim identificados:

1 Mapas estratégicos – Balanced Scorecard: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis. Robert S. Kaplan e David P. Norton RJ, Elsevier, 2004 – 10ª Edição.

Liderança: O padrão de liderança vivenciado no Conselho Federal de Psicologia no ano de 2021 pode ser observado pelo grau de entrega de resultados das equipes, coordenações, gerências e atribuições do Plenário.

Estratégia: Como prática estratégica, o CFP conta com o assessoramento e mediação de consultoria especializada em planejamento estratégico. Em 2021 a condução do processo de governança manteve-se por longo tempo sob vigilância remota, retomando, no último quadrimestre, as atividades presenciais do Comitê Gestor do Plano.

Transparência: O Portal da Transparência compreende o principal instrumento de disponibilidade de informações aos usuários. Em 2021, o Conselho Federal de Psicologia aprimorou os trabalhos de governança do Comitê Gestor de Transparência, instituído por intermédio da Portaria CFP nº 26, de 6 de agosto de 2020. As atribuições do Comitê definidas na portaria são:

- ▶ Assegurar o cumprimento das normas relativas ao acesso à informação, de forma eficiente e adequada aos objetivos da Lei de Acesso à Informação;
- ▶ Monitorar a implementação do disposto na Lei de Acesso à Informação e apresentar relatórios periódicos sobre o seu cumprimento;
- ▶ Recomendar as medidas indispensáveis à implementação e ao aperfeiçoamento das normas e procedimentos necessários ao correto cumprimento do disposto na Lei de Acesso à Informação;
- ▶ Orientar as respectivas unidades no que se refere ao cumprimento do disposto nesta Lei e seus regulamentos.

Com isso, o CFP procura garantir a seleção, organização e disponibilização das informações de interesse da sociedade, conforme preceitua as boas práticas de transparência.

Objetivos estratégicos com maior evidência

Na apresentação deste relatório expressamos o fato de 2021 ter sido o mais letal ano da pandemia de Covid-19 em todo o mundo, especialmente nos países que não promoveram de forma eficaz medidas de contenção do avanço do coronavírus e que, além disso, atrasaram o processo de imunização e descreditaram a eficácia da vacina.

Publicação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)² destaca o efeito devastador da Covid-19 sobre a saúde mental e o bem-estar das populações das Américas, bem como o impacto da interrupção de serviços em toda a região. “Os dados existentes sugerem que um terço das pessoas que sofreram com a Covid-19 foram diagnosticadas com transtorno neurológico ou mental”, disse a principal autora do artigo da OPAS, Amy Tausch. “Estimamos que o aumento dos impactos na saúde mental seja um dos efeitos mais importantes da Covid-19 a longo prazo”, previu.

2 <https://www.paho.org/pt/noticias/24-11-2021-opas-destaca-crise-saude-mental-pouco-reconhecida-causada-pela-covid-19-nas#:~:text=%20Os%20dados%20existentes%20sugerem%20que,a%20longo%20prazo%E2%80%9D%2C%20previu> (último acesso: 11/03/22).

Diante desse trágico cenário, a Psicologia como ciência e profissão está entre as áreas de saúde mais demandadas no período da crise pandêmica, cenário que deve se manter ao longo dos próximos anos, em razão das sequelas trazidas pela doença.

Nesse contexto, os temas estratégicos e seus objetivos de maior evidência no ano de 2021 foram: Exercício da Profissão, Direitos Humanos, Defesa e Valorização da Psicologia e Gestão do CFP.

TEMA ESTRATÉGICO – EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Cada uma das ações e atividades do Conselho Federal de Psicologia, bem como um conjunto de iniciativas da Autarquia presentes neste relatório, vinculam-se a, pelo menos, um dos Temas Estratégicos e seus Objetivos expressos no Mapa Estratégico aprovado pelo XVIII Plenário do CFP.

A seguir, é apresentado um registro sintético de medidas e caminhos percorridos para o cumprimento de tais objetivos, agrupados por conjuntos de atividades e ações.

Objetivo 1

Promover, por meio de orientação, a qualificação dos serviços prestados em Psicologia nos seus diversos campos, ampliando seus impactos sociais:

- ▶ Vinte e seis Plenárias Ordinárias e Extraordinárias em formato virtual;
- ▶ Duas Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), promovidas em três momentos: maio/junho e novembro;
- ▶ Vinte e quatro encontros com os Conselhos Regionais para dialogar sobre avaliação psicológica;
- ▶ Doze reuniões por videoconferência da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica;
- ▶ Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi): avaliados 18 testes psicológicos, 5 estudos de equivalência, 2 atualizações de normas e 3 instrumentos;
- ▶ Criação de Grupo de Trabalho sobre Neuropsicologia, com início de atividades;
- ▶ Vinte e seis reuniões do Grupo de Trabalho da APAF sobre Psicoterapia;
- ▶ Dez reuniões do Grupo de Trabalho Parâmetros para Assistência Psicológica na Atenção à Saúde;
- ▶ Realização da campanha “Você sabia que a Avaliação Psicológica faz parte da sua vida?”, com série de *lives* sobre o tema;
- ▶ Seminário Crepop 15 anos: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas;
- ▶ Seminário Nacional sobre Psicoterapia: formação, qualificação e regulamentação, realizado com o apoio da Associação Brasileira de Psicoterapia e da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia;

- ▶ Terceira Reunião do Sistema Conselhos de Psicologia sobre Alienação Parental, bem como reuniões do Grupo de Trabalho sobre o tema;
- ▶ Seis reuniões do Grupo de Trabalho Diversidade Sexual e Gênero;
- ▶ *Live* “Orgulho e Diversidade”, abordando direitos sexuais e os princípios fundamentais do código de ética profissional das(os) psicólogas(os);
- ▶ Webnário Nacional Psicologia e Execução Penal, com *lives*, mesas de debate e lançamento de Referência Técnica.

Objetivo 2

Qualificar as ações de orientação e fiscalização, aproximando a categoria do Sistema Conselhos:

- ▶ Seleção de pareceristas para Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi);
- ▶ Reunião da Comissão de Direitos Humanos do CFP para tratar do PL nº 2.213/2021, que modifica a Lei de Execuções Penais – Exame Criminológico para progressão e saídas temporárias;
- ▶ Encontro Nacional Virtual de Comissões de Ética (COEs) do Sistema Conselhos de Psicologia de 2021;
- ▶ Encontro Nacional Virtual das Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs) do Sistema Conselhos de Psicologia de 2021;

- ▶ Julgamento de 23 recursos de processos administrativos; julgamento de 20 processos disciplinares.

Objetivo 3

Fomentar a produção de conhecimento sobre a formação e o exercício profissional:

- ▶ Revista Diálogos, com o tema “Psicologia em tempo de enfrentamento à Covid-19”;
- ▶ Dossiê sobre Avaliação Psicológica – Revista Psicologia: Ciência e Profissão;
- ▶ Revista Psicologia: Ciência e Profissão – Volumes I, II, III e IV;
- ▶ Edição Especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão, com o tema “Relações Raciais”;
- ▶ Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no Sistema Prisional;
- ▶ Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Medidas Socioeducativas;
- ▶ Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres;
- ▶ Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) no CRAS/SUAS;
- ▶ Dossiê de artigos sobre os 40 anos da Revista PCP;

- ▶ Catálogo “Nordeste Criança: Olhares das Infâncias”;
- ▶ Série de *lives* “Especialidades”, em comemoração ao Dia do Psicólogo, com o debate de cada uma das 13 especialidades da Psicologia;
- ▶ Live “Ensino da Psicologia na Pandemia: Aprendizados e Desafios para 2021”.

Objetivo 4

Defender as políticas públicas como campo de exercício profissional da Psicologia para o acesso e garantia de direitos:

- ▶ Seminário Crepop 15 anos: Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas;
- ▶ Posicionamento em defesa do direito à vida, no Dia Mundial da Saúde;
- ▶ Campanha contra decretos que flexibilizam a posse e porte de armas – #RevogaDecretosDasArmas #NaoSomosAlvo;
- ▶ Reunião com 24 CRPs para discutir estratégias de fortalecimento do SUS e da RAPS, no contexto da pandemia e saúde mental;
- ▶ Posicionamento em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), no marco dos 31 anos de sua criação (Lei nº 8.080, de 1990);
- ▶ Campanha para debater os impactos da PEC32: reforma administrativa para a sociedade – com site, seminário

e outras ações estratégicas sobre os impactos nas Políticas Públicas e na Psicologia;

- ▶ Posicionamento em defesa da presença da Psicologia nas políticas públicas de assistência social;
- ▶ Mobilização em torno da votação do PL nº 3.418 de 2021, que alterava o Fundeb e poderia remover a Psicologia das categorias profissionais da Educação Básica.

Objetivo 5

Defender, perante a sociedade, as instituições de estado e outras profissões, o caráter privativo das práticas exclusivas da Psicologia, nos termos da legislação:

- ▶ Pronunciamento e *live* sobre decisão do Supremo Tribunal Federal de invalidar restrições na comercialização de testes psicológicos;
- ▶ Memorial histórico da tramitação da matéria no STF e estratégias do CFP e dos CRPs em defesa da categoria;
- ▶ Propositura de Embargos de Declaração no STF diante da decisão de invalidar restrições na comercialização de testes psicológicos;
- ▶ Mobilização pela manutenção de especialistas da Psicologia do Trânsito prevista na Lei nº 14.071, de 2020;
- ▶ Diálogo com editoras sobre medidas para proteger a avaliação psicológica;

- ▶ Protocolo, no STF, de memoriais e parecer jurídico que reforçam a legalidade da restrição de comercialização dos gabaritos dos testes psicológicos;
- ▶ Debate on-line com o advogado constitucionalista e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro Daniel Sarmiento, para tratar dos impactos da decisão do STF sobre os testes psicológicos;
- ▶ Ingresso, como amicus curiae, com ação no Supremo Tribunal Federal que contesta a Política de Educação Especial.

Objetivo 6

Fortalece e ampliar as redes de interação nacionais e internacionais que possam contribuir para o aprimoramento das práticas profissionais em Psicologia:

- ▶ Reunião com o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira acerca dos efeitos da decisão do STF na ADI referente à comercialização de testes psicológicos;
- ▶ Rodas de conversas preparatórias para a 12ª Conferência Nacional de Assistência Social;
- ▶ Seminário Nacional sobre Psicoterapia: Formação, Qualificação e Regulamentação, realizado com o apoio da Abrap e da Abep;

- ▶ Apoio à realização do VI Congresso Brasileiro e Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde, promovido pela ABPSA;
- ▶ Apoio à 2ª edição do Projeto Formação para o Controle Social no Sistema Único de Saúde, realizado pelo Conselho Nacional de Saúde;
- ▶ *Live* com o tema Atuação da Psicologia em Emergências e Desastres na América Latina, com participação da Organização Pan-Americana de Saúde;
- ▶ Reunião com Associação de Psicólogos Brasileiros em Portugal, sobre desafios enfrentados por profissionais em processos de migração;
- ▶ Participação, como convidado da ONU Mulheres, do evento Commission on the Status of Women 65.

TEMA ESTRATÉGICO | DIREITOS HUMANOS

Objetivo 7

Promover a cultura de defesa dos Direitos Humanos entre membros da categoria e da sociedade em geral:

- ▶ Campanha da Psicologia pela revogação de decretos que flexibilizam a posse de armas;
- ▶ Parecer técnico sobre publicidade dirigida a crianças;

- ▶ Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia sobre as pessoas atingidas pelas chuvas na Bahia e o papel da categoria diante do contexto emergencial;
- ▶ Posicionamento Ditadura Nunca Mais, no marco dos 57 anos do golpe civil-militar que instalou a ditadura no Brasil;
- ▶ Posicionamento Dia das Mães: Luto e Luta, com destaque para a sobrecarga no exercício da maternidade no contexto da pandemia de Covi-19;
- ▶ Posicionamento no marco dos 31 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990);
- ▶ Nota de repúdio quanto à condução do governo federal na pandemia da Covid-19, assinada no âmbito do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira;
- ▶ Posicionamento em atenção à PEC nº 186/19, contra a retirada de direitos na concessão de auxílios;
- ▶ Posicionamento contrário ao PL nº 490 de 2007, que altera o Estatuto do Índio;
- ▶ Nota em solidariedade às famílias ciganas vítimas de episódio de violência ocorrido em Vitória da Conquista/BA;
- ▶ Nota de Apoio e Solidariedade ao Povo Munduruku, contra ofensiva a lideranças indígenas;
- ▶ Posicionamento no marco do Dia Internacional dos Povos Indígenas, destacando a importância do poder público para a proteção dos direitos dessa população;
- ▶ Posicionamento em defesa da garantia da segurança alimentar diante do quadro da fome no Brasil e a pandemia da Covid-19;
- ▶ Posicionamento contrário à nomeação do psiquiatra Rafael Bernardon como o novo coordenador-geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas;
- ▶ Participação na Audiência Pública no STF sobre fiscalização do sistema penitenciário brasileiro.

Objetivo 8

Orientar a categoria para o exercício de uma Psicologia laica, ética e científica, respeitando a pluralidade de práticas profissionais e a diversidade dos sujeitos:

- ▶ Quatro edições do boletim Universais e Interdependentes, da Comissão de Direitos Humanos do CFP;
- ▶ Posicionamento por uma Psicologia Anticapacitista, no marco do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência;
- ▶ Posicionamento da Psicologia contra a exploração sexual e o tráfico de mulheres e crianças, no

contexto do Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças;

- ▶ Nota sobre a vacinação contra a Covid-19, alertando para a necessidade de as medidas preventivas serem mantidas por toda a população, em conjunto com o FCFAS;
- ▶ Posicionamento pelo respeito à bissexualidade como orientação sexual, no marco do Dia Internacional da Visibilidade Bissexual;
- ▶ Manifesto sobre a divulgação de informações sobre suicídio em redes sociais e conduta ética;
- ▶ Posicionamento no marco do Dia Internacional da Redução de Danos, com pedido de informação, acolhimento, autonomia e promoção de saúde;
- ▶ Posicionamento pedindo respeito às pessoas autistas, no contexto do Dia Mundial de Conscientização do Autismo;
- ▶ Nota técnica sobre cuidado com a população LGBTI+, revisitando a Resolução CFP nº 1 de 1999;
- ▶ Posicionamento no contexto do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, com destaque às mortes por violência obstétrica;
- ▶ Posicionamento em defesa da Psicologia na construção de um ambiente de trabalho seguro, no marco do Dia Nacional de Prevenção a Acidentes de Trabalho;
- ▶ Posicionamento em defesa do direito à educação, no marco do Dia Nacional dos Profissionais da Educação e no contexto da Lei nº 13.935, de 2019;

- ▶ Live especial 100 anos de Paulo Freire: Diálogos com a Psicologia;
- ▶ Live População em Situação de Rua e a Assistência Social na Pandemia;
- ▶ Posicionamento pelo Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher e Dia Nacional de Redução da Morte Materna.

Objetivo 9

Contribuir para romper com a cultura de violência em relação às diferenças, afirmando os Direitos Humanos no Sistema Conselhos:

- ▶ Prêmio Profissional Virgínia Bicudo, voltado a fomentar a divulgação de estudos e ações exitosas no campo da Psicologia e sua interface com as questões raciais;
- ▶ Campanha “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”, com *lives*, seminário e um conjunto de ações de incidência estratégica;
- ▶ Edição Especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão, com o tema “Relações Raciais”;
- ▶ Série de podcasts para discutir relações étnico-raciais e sua interface com a Psicologia;
- ▶ Campanha “Nós Queremos Ar – Mulheres em Marcha pelo Bem Viver, pela Garantia de Direitos e pelo Enfrentamento aos Retrocessos”;

- ▶ Posicionamento pelo Dia Internacional contra a Discriminação Racial, com referência à Resolução CFP nº 18 de 2002;
- ▶ Posicionamento pelo Dia da Visibilidade Trans, reforçando o compromisso da Psicologia com a saúde mental das pessoas travestis e transexuais;
- ▶ Posicionamento pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, no marco da Lei nº 9.970, de 2000;
- ▶ Posicionamento “Psicologia e Enfrentamento às Desigualdades Raciais”, no marco do 13 de maio como dia de luta e resistência;
- ▶ Posicionamento pelo Dia Internacional de Luta contra a LGBTIfobia, reafirmando a Resolução CFP nº 1 de 1999 e a Resolução CFP nº 1 de 2018;
- ▶ Nota pública em defesa da política de classificação indicativa de conteúdos audiovisuais.

Objetivo 10

Promover o exercício profissional que rompa com a lógica de patologização e de medicalização da vida:

- ▶ Ato virtual pelos 20 anos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial no Brasil;
- ▶ Nota de Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o documento “Diretrizes para um modelo de atenção integral em saúde mental no Brasil”;

- ▶ Posicionamento pelo Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva, realçando uma Psicologia de enfrentamento a capacitismo;
- ▶ Posicionamento pelo fim de retrocessos nas políticas de saúde mental, no contexto do Dia Nacional da Luta Antimanicomial;
- ▶ Campanha Saúde Mental de Janeiro a Janeiro, estimulando o debate permanente e transversal sobre o tema;
- ▶ Posicionamento pelo Dia Internacional do Orgulho LGBTI+.

TEMA ESTRATÉGICO | DEFESA E VALORIZAÇÃO DA PSICOLOGIA

Objetivo 11

Defender a presença da Psicologia nas instâncias representativas de controle e participação social, reconquistando e rearticulando representações em que a Psicologia tenha um lugar relevante:

- ▶ Representação no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS);
- ▶ Representação no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM);
- ▶ Representação no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPRI);
- ▶ Representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS);

- ▶ Representação no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH);
- ▶ Representação no Conselho Nacional Popular LGBTI+ (CNP-LGBTI+);
- ▶ Representação no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT);
- ▶ Participação em comissões e grupos de trabalho organizados pelo Conselho de Direitos – entre os quais: Comissão de Mobilização e Organização dos FETSUAS;
- ▶ Comissão de Orientação e Fiscalização do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde; Comissão Especial de Participação Social do CNDH;
- ▶ Atuação em fóruns de articulação que reúnem entidades e movimentos sociais envolvendo agendas da saúde pública, direitos sociais, direitos humanos e defesa dos serviços e servidores públicos;
- ▶ Atuação junto a câmaras de regulação de políticas públicas.

Objetivo 12

Utilizar os mecanismos de regulamentação, orientação e fiscalização para valorizar e defender o exercício profissional da Psicologia em todos os âmbitos de atuação:

- ▶ Seminário nacional para discutir formação, qualificação e regulamentação da Psicoterapia.

- ▶ Prorrogação dos prazos dos estudos de validade, precisão e normas estabelecido pelo art. 14 da Resolução CFP nº 9, de 2018, de testes psicológicos que venceriam no período compreendido entre março de 2020 e novembro de 2022;
- ▶ Encontro do CFP junto a os 24 Conselhos Regionais (CRPs) para tratar os desafios relacionados à formação, qualificação e regulamentação na área da Psicoterapia;
- ▶ Realização da *live* “Ensino da Psicologia na Pandemia: aprendizados e desafios para 2021” promovida pelo CFP e Associação Brasileira de Ensino em Psicologia.

Objetivo 13

Ampliar a visibilidade das práticas profissionais da Psicologia, consolidadas e emergentes, nos seus diversos âmbitos de atuação, dentro e fora do Brasil:

- ▶ Live “Ensino da Psicologia na Pandemia: aprendizados e desafios para 2021”;
- ▶ Encontro com CRPs para debater estratégias de atuação na área Psicoterapia;
- ▶ Posicionamento quanto à presença da Psicologia no Trânsito, no marco do Dia Nacional do Trânsito;
- ▶ Prêmio Profissional Virgínia Bicudo, que visa identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas(os) e coletivos que envolvam a Psicologia e as relações étnico-raciais;

- ▶ Série de cinco vídeos sobre Psicologia no Esporte;
- ▶ Série de webinários regionais preparatórios para a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS.

Objetivo 14

Ampliar o diálogo com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no que concerne às competências técnicas e éticas das intervenções dos psicólogos e das psicólogas:

- ▶ Audiência Pública “Compromisso da Psicóloga e do Psicólogo com a Sociedade e com a profissão em tempos de pandemia”;
- ▶ Audiência Pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado para instruir o PL 3517/2019;
- ▶ Audiência Pública da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para debater Abuso Sexual Infantil e a Família;
- ▶ Audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental;
- ▶ Audiência pública na Câmara dos Deputados sobre prevenção ao suicídio;
- ▶ Audiência pública na Câmara dos Deputados sobre violência doméstica;
- ▶ Audiência pública no STF sobre fiscalização do sistema penitenciário brasileiro;
- ▶ Audiência pública virtual no STF sobre Educação Inclusiva;
- ▶ Mobilização do Sistemas Conselhos para aprovação de Emenda ao PL 3418/2021, que regulamenta o Fundeb;
- ▶ Mobilização junto à Câmara dos Deputados quanto a Projeto de Lei 30 horas na Psicologia, com participação em audiências públicas, oficinas para a categoria e incidência junto a parlamentares;
- ▶ Mobilização junto a parlamentares pela integridade da Lei do Fundeb;
- ▶ Mobilização junto ao Parlamento pela obrigatoriedade do ensino presencial em cursos de graduação na área da saúde (PL 1171/2019);
- ▶ Parecer sobre o PL 1705/2019 para assegurar a autonomia profissional do psicólogo;
- ▶ Reunião a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para tratar da Emenda ao PL 3418/2021, que altera do Fundeb;
- ▶ Reunião com relator do PL 3.418/2021 para apresentar emenda que mantém a Lei 13.935, de 2019, no Fundeb;
- ▶ Reunião da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) sobre o PL 1015/2015 (regulamenta a profissão de psicólogo);
- ▶ Reunião da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) sobre o PL 1214/2019;
- ▶ Reunião do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial;

- ▶ Reunião sobre o PL 2083/2020, que visa criar programa de atenção aos problemas de saúde mental ocorridos em virtude do período de distanciamento social.

Objetivo 15

Nos 60 anos da Psicologia brasileira, evidenciar seu papel e contribuição à sociedade apontando tendências e desafios em seus diferentes campos e áreas de atuação:

- ▶ Censo da Psicologia Brasileira: pesquisa pretende mapear as diversas realidades de atuação profissional da categoria;
- ▶ Revista PCP abre seleção para edição especial sobre 60 anos da Psicologia no Brasil.

Em agosto de 2021, foi realizado um conjunto de *lives*, que evidenciam a diversidade da Psicologia Brasileira nos seus 60 anos.

- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Avaliação Psicológica
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Neuropsicologia
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicologia Clínica
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicologia do Esporte
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicologia do Trânsito
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicologia em Saúde

- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicologia Escolar e Educacional
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicologia Hospitalar
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicologia Jurídica
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicologia Social
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicomotricidade
- ▶ Psicologia rumo aos 60 anos – Psicopedagogia

TEMA ESTRATÉGICO | GESTÃO

Objetivo 16

Otimizar a gestão dos processos administrativos, técnicos e financeiros do Conselho Federal de Psicologia, buscando o seu alinhamento com os CRPs, de maneira a ampliar a participação democrática e a transparência:

- ▶ Vinte e sete reuniões da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica;
- ▶ Julgados 75 recursos no CFP (2ª instância) quanto à oferta de serviços psicológicos por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
- ▶ Julgados 23 recursos de processos administrativos;
- ▶ Atualizada tabela de referência de honorários da Psicologia;

- ▶ XIII Concurso de Provas e Títulos para obtenção do título profissional de especialista em Psicologia;
- ▶ Resolução CFP nº 1 de 2021, sobre a realização de atos processuais, audiências e julgamentos por videoconferência de processos disciplinares, durante o período de pandemia de Covid-19, com o uso de tecnologias de informação em caráter excepcional, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia;
- ▶ Resolução nº 2 de 2021, sobre a confecção, a expedição e o recolhimento de carteiras de identidade profissional das(os) psicólogas(os) e outras providências;
- ▶ Resolução CFP nº 3 de 2021, sobre alterações administrativas temporárias na Resolução CFP nº 13, de 2007, e na Resolução CFP nº 9, de 2018, em razão das medidas sanitárias impostas pela Pandemia da Covid-19, entre outras providências;
- ▶ Resolução CFP nº 4 de 2021, institui os valores máximos (tetos) das anuidades para o exercício financeiro 2022;
- ▶ Resolução CFP nº 5 de 2021, aprova o Regimento Eleitoral para escolha de conselheiros federais e regionais dos Conselhos de Psicologia;
- ▶ Resolução CFP nº 6 de 2021, estabelece a primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região para o Exercício de 2021;
- ▶ Resolução CFP nº 7 de 2021, estabelece a primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia – 10ª Região para o Exercício de 2021;
- ▶ Resolução CFP nº 8 de 2021, estabelece a primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia – 19ª Região para o Exercício de 2021;
- ▶ Resolução CFP nº 9 de 2021, aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região – CRP 24;
- ▶ Resolução CFP nº 10 de 2021, sobre a confecção, a expedição e o recolhimento de carteiras de identidade profissional das/os psicólogas/os e outras providências;
- ▶ Resolução CFP nº 13 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 14 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 5ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 15 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.
- ▶ Resolução CFP nº 16 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 7ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 17 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 8ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 18 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 9ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 19 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 10ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 20 de 2021, que institui os valores das

anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região;

- ▶ Resolução CFP nº 21 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 22 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 23 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 24 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 15ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 25 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 26 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 17ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 27 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 18ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 28 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos

psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 19ª Região;

- ▶ Resolução CFP nº 29 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 20ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 30, de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 21ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 31 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 22ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 32 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 23ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 33 de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 35, de 2021, que estabelece a previsão orçamentária do Conselho Federal de Psicologia para o exercício de 2022;
- ▶ Resolução CFP nº 36, de 2021, que estabelece a primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia – 02ª Região para o Exercício de 2021;
- ▶ Resolução CFP nº 37, de 2021, que estabelece a primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de

Psicologia – 03ª Região para o Exercício de 2021;

- ▶ Resolução CFP nº 38, de 2021, que institui os valores das anuidades para o exercício de 2022 às/aos psicólogas/os inscritas/os no Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região;
- ▶ Resolução CFP nº 39, de 2021, que estabelece a previsão orçamentária do Conselho Regional de Psicologia para o ano de 2022;
- ▶ Portaria CFP nº 6, de 2021, regulamenta a elaboração de atos normativos e documentos enunciativos do Conselho Federal de Psicologia;
- ▶ Portaria CFP nº 9, de 2021, atualiza a composição da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social – CONPAS;
- ▶ Portaria CFP nº 15, de 2021, dispõe sobre constituição, atividades e finalização de Grupos de Trabalho da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF;
- ▶ Portaria CFP nº 18, de 2021, prorroga o prazo das medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15/ 2020 e suas alterações posteriores, para prevenir contágio pelo novo coronavírus (COVID-19);
- ▶ Portaria CFP nº 19, de 2021, aprova medidas administrativas para retorno gradual ao trabalho presencial no âmbito do Conselho Federal de Psicologia;
- ▶ Portaria CFP nº 23, de 2021, atualiza as medidas administrativas e de prestação de trabalho no modo remoto estabelecidas na Portaria CFP nº 15/2020 e suas alterações posteriores e dá outras providências;

- ▶ Portaria CFP nº 40, de 2021, define os membros que formarão a Comissão Eleitoral Regular (CER);
- ▶ Portaria CFP nº 41, de 2021, define membros que formarão a Comissão Eleitoral Especial (CEE);
- ▶ Portaria CFP nº 46 de 2021, cria a Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência e ao Assédio no Trabalho.

Objetivo 17

Ampliar a participação democrática da categoria em diferentes instâncias do Sistema Conselhos de Psicologia:

- ▶ Levantamento sobre atuação profissional de psicólogas(os) na Rede de Atenção à Saúde;
- ▶ Consulta pública do Crepop sobre atuação da Psicologia no CRAS/SUAS;
- ▶ Consulta pública sobre a exclusividade da Psicoterapia para psicólogas(os);
- ▶ Consulta pública do Crepop sobre atuação com os povos indígenas;
- ▶ Preparativos para 11º Congresso Nacional da Psicologia, que será realizado em 2022, com lançamento de site;
- ▶ Pesquisa sobre atuação de psicólogas(os) na Política Pública de Prevenção da Autolesão, do Suicídio e Posvenção;
- ▶ Consulta pública à categoria sobre continuidade da impressão da Revista Diálogos.

Resultados e desempenho da gestão

As ações apresentadas neste relatório trazem um panorama geral da atuação do Conselho Federal de Psicologia em sua missão institucional de orientar e fiscalizar o exercício da profissão.

Ao longo de 2021, o CFP promoveu 26 plenárias ordinárias, bem como dez reuniões com os Conselhos Regionais de Psicologia e, também, com grupos de trabalho e comissões temáticas. Foram publicadas mais de 40 resoluções, portarias e normativos voltados a otimizar a gestão dos processos administrativos, técnicos e financeiros relacionados ao exercício profissional da Psicologia.

A fim de promover a produção de conhecimento e a qualificação dos serviços prestados pela Psicologia nos seus diversos campos, ampliando seus impactos sociais, o Conselho Federal lançou, em 2021, um total de 14 publicações temáticas – entre referências técnicas, revistas, relatórios e dossiês.

Atenta a seu papel em apoiar a promoção de uma cultura de defesa dos Direitos Humanos entre a categoria e a sociedade em geral, a Autarquia publicou mais de 30 posicionamentos, notas públicas e manifestos alinhados ao exercício de uma Psicologia laica, ética e científica, respeitando a pluralidade de práticas profissionais e a diversidade dos sujeitos.

Como parte de seu objetivo de ampliar a visibilidade das práticas profissionais da Psicologia nos seus diversos âmbitos, o CFP também investiu no diálogo com a categoria e a sociedade, promovendo mais de 70 transmissões on-line e em tempo real – entre *lives*, pronunciamentos e atos virtuais. Juntas, as transmissões ao vivo realizadas nas páginas do CFP

no YouTube, Facebook e Instagram totalizaram mais de 595 mil visualizações, abarcando temas como testes psicológicos, reforma psiquiátrica, jornada de trabalho e Psicoterapia.

O Conselho Federal também manteve diálogo com os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário em questões relacionadas às competências técnicas e éticas da Psicologia em sua atuação profissional. O CFP igualmente desenvolveu um conjunto de ações voltadas a sua função institucional de fiscalizar e disciplinar a profissão. A seguir, está síntese com os destaques das ações implementadas pelo CFP no ano de 2021 nas diversas áreas de atuação da Psicologia como ciência e profissão.

RESULTADOS DA ÁREA FIM – ORIENTAÇÃO

No ano em que a pandemia de Covid-19 seguiu como pano de fundo ainda bastante impactante no cenário brasileiro e mundial, mais uma vez a saúde mental e a atuação de profissionais da Psicologia nas políticas sociais foram foco de atenção das ações implementadas pelo Conselho Federal de Psicologia.

Atento aos desafios trazidos pela crise sanitária também quanto ao ensino e à formação de suas(eus) profissionais, o Conselho Federal de Psicologia promoveu, em fevereiro, a *live* “**Ensino da Psicologia na Pandemia: Aprendizados e Desafios para 2021**”. A atividade teve transmissão ao vivo pelas redes sociais do CFP e da ABEP, com espaço aberto para sanar dúvidas de profissionais, docentes, estudantes, orientadoras(es), supervisoras(es) e coordenadoras(res) de cursos de Psicologia.

Em março, o Conselho Federal se reuniu com os 24 Conselhos Regionais de Psicologia para discutir estratégias de **fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)** no contexto da pandemia e saúde mental.

Diante dos impactos ainda mais acentuados da crise sanitária para populações de maior vulnerabilidade, o CPF também promoveu o debate virtual “**População em Situação de Rua e Assistência Social frente à Pandemia**”. O diálogo teve como enfoque as contribuições da Psicologia para a construção de conhecimento e a execução das políticas públicas direcionadas à população em situação de rua no Brasil e as principais ações adotadas pela política de Assistência Social para proteger essa população no contexto da pandemia, entre outras questões. A atividade foi organizada pela Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social do CFP (Conpas/CFP).

Com o objetivo de coletar subsídios para criação de legislação protetiva do trabalho das(os) psicólogas(os) no campo da saúde, o Conselho Federal de Psicologia lançou em fevereiro questionário para levantamento sobre **assistência psicológica no contexto da Rede de Atenção à Saúde (RAS)**. A proposta é mapear as atividades de psicólogas(os) que atuam na área da saúde com o objetivo de criar uma resolução com parâmetros mínimos de dimensionamento da força de trabalho e definições de tempo de hora assistencial dessas(es) profissionais nos três níveis de atenção à saúde.

O Conselho Federal de Psicologia também assumiu **representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS) para o triênio 2021/2024** – um importante espaço para a incidência nas políticas públicas na área. A conselheira do CFP Marisa Helena Alves, que também é coordenadora da Comissão



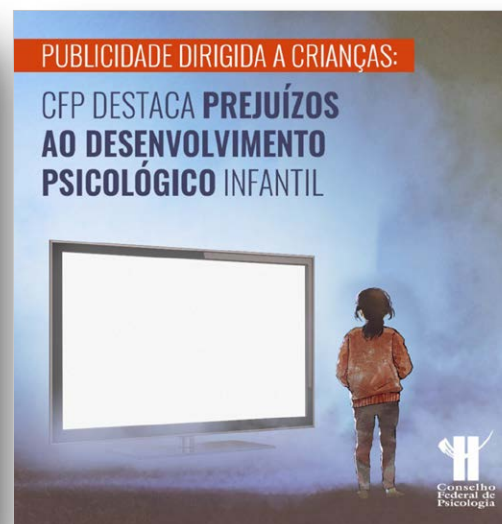
Intersetorial de Saúde Mental (CISM/CNS), tomou posse como titular no Conselho. No âmbito da CISM, o CFP coordena a realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, prevista para 2022. Os **preparativos para a 5ª CNSM** foram, inclusive, tema de audiência pública no Congresso Nacional em dezembro de 2021, com participação do CFP.

Ainda no campo da Política Nacional de Saúde Mental, em março, entidades da Psicologia, incluindo o Conselho Federal, questionaram a nomeação do psiquiatra Rafael Bernardon como o novo coordenador-geral de Saúde

Mental, Álcool e outras Drogas, do Ministério da Saúde. Em nota, as entidades ressaltam que tal nomeação segue na esteira “de todo um movimento orquestrado com o propósito de, paulatinamente, desmantelar a Política de Saúde Mental progressista e humanitária construída há anos por trabalhadores(as), usuários(as) e familiares, principalmente da luta antimanicomial”.

Para marcar os **20 anos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial** no Brasil, celebrados em 2021, o Conselho Federal de Psicologia convidou diversas entidades da Psicologia, da Saúde Mental e da luta antimanicomial para um ato virtual nas redes sociais do CFP. As celebrações em torno do aniversário da lei ocorreram em meio a muitos retrocessos e ameaças às políticas em saúde mental.

Outra importante iniciativa do CFP esteve no ingresso, como *amicus curiae*, em ação **contra normativa que permite o acolhimento de adolescentes em comunidades terapêuticas**. A Ação Civil Pública é contra a Resolução Conad nº 3 de 2020



– normativa do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad) que regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, o acolhimento de adolescentes com problemas decorrentes do uso, abuso ou dependência do álcool e outras drogas em comunidades terapêuticas.

O Conselho Federal também se uniu a organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa incondicional dos direitos de meninos e meninas e promoveu, em janeiro, o **ato virtual “Conanda Vive e Luta”**. O manifesto denunciou o desmonte do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (Conanda), instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal. Após as mobilizações, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela permanência da plena participação social no Conanda, em decisão publicada no âmbito da ADPF nº 622.

Ainda no campo dos direitos da infância, o Conselho Federal de Psicologia elaborou parecer quanto aos **prejuízos da**

publicidade dirigida à criança. No documento, a Autarquia destaca que o desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor, social e cultural da criança e do adolescente é distinto do desenvolvimento do adulto e, por estarem em fase peculiar, elas precisam ser protegidas da publicidade – que pode causar impactos que vão desde as relações familiares até efeitos na própria saúde física.

A tentativa do governo federal de rever a **política de classificação indicativa** em vigor no país também mobilizou o CFP, que,

em dezembro, assinou nota pública contra o desmonte no espaço institucional de participação da sociedade civil na referida política de proteção a crianças e adolescentes. Para o CFP e as demais organizações que subscrevem a nota, a decisão do governo federal de instituir uma nova política pública de classificação indicativa de conteúdos audiovisuais se dá em um processo unilateral que desconsidera o acúmulo das discussões sobre esse tema no país.

Também para apoiar psicólogas e psicólogos em seu exercício profissional relacionado à infância, o CFP lançou, em maio, em conjunto com a Frente Nordeste Criança, o **catálogo “Nordeste Criança: Olhares das Infâncias”**. A publicação traz como mote dois questionamentos centrais: a garantia dos direitos de crianças e adolescentes tem sido preservada durante a pandemia da Covid-19? Como as crianças têm percebido esse momento de crise sanitária e de que forma isso tem impactado suas rotinas e suas vidas?

TESTES PSICOLÓGICOS E AVALIAÇÕES

Outro tema que mobilizou a atenção do Conselho Federal de Psicologia diz respeito à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3.481, que tramita no Supremo Tribunal Federal desde 2004 sobre a venda de testes psicológicos. Em 2021, o STF publicou decisão que culminou na liberação da **comercialização de testes psicológicos**. Em conjunto com entidades relacionadas ao tema, a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) realizou sete reuniões extraordinárias para tratar da questão. Outras dez reuniões foram promovidas com editoras que comercializam esse tipo de testes para discutir possíveis encaminhamentos. A ADI nº 3.481 também foi publicada em dossiê na Revista Ciência e Profissão nº 3.481, Volume: 41.

A fim de sensibilizar e orientar sobre a importância e o impacto da avaliação psicológica para a sociedade, foram realizados cinco Diálogos Digitais, com o tema **“Você sabia que a avaliação psicológica faz parte da sua vida?”** e subtemas: Contexto Escolar e Avaliação Psicológica no Norte; Contexto Clínico e Justiça; Trânsito e Trabalho; Pacientes em Final de Vida e Suicídio; Avaliação, Diagnóstico e Neuropsicologia.

Também com o intuito de elucidar as principais dúvidas relativas à avaliação psicológica no contexto profissional e assuntos referentes ao Satepsi, a CCAP elaborou um calendário de reuniões com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). Foram realizadas 27 reuniões – uma com cada um dos 24 CRPs e outras três com Conselhos Regionais que solicitaram a discussão da avaliação psicológica para porte de armas e no contexto do trânsito.

A **avaliação psicológica para concessão de registro e porte de arma de fogo** foi outro tema em destaque. Em 2021, foram realizados dois seminários entre o CFP e os Conselhos Regionais para elucidar questões relativas ao tema. O primeiro teve como foco ações relativas aos decretos presidenciais, enquanto o segundo seminário abriu espaço para dúvidas e apontamentos quanto ao novo

texto da resolução que regulamenta a avaliação psicológica para porte de armas no Brasil.

Durante a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia (APAF) de novembro, foi atualizada a Resolução CFP nº 18 de 2008, com normas e regras da avaliação psicológica para a concessão de registros e/ou porte de armas de fogo. O coletivo também deliberou por novas atribuições para o GT APAF “Avaliação psicológica para a concessão de registro e/ou porte de arma de fogo”, criado em 2019: propor um normativo que contemple as especificidades dos povos originários, bem como estudar a possibilidade de criação de título de especialista para realização de avaliação de concessão de registro e porte de arma de fogo.

O plenário do Conselho Federal de Psicologia também criou, em 2021, um Grupo de Trabalho para discutir a **avaliação psicológica no contexto do trânsito**. O colegiado conta com especialistas ad hoc para analisar as implicações da ampliação do prazo para reavaliação psicológica na Lei nº 14.071, de 2020.. Com as modificações no novo Código de Trânsito Brasileiro, o prazo de validade dos exames de aptidão mental e avaliação psicológica para CNH passou a ser de dez anos. Além desse grupo de trabalho, também foi criado na APAF de novembro o GT “Psicologia do Trânsito”, com a finalidade de se discutirem propostas de criação e atualização de resoluções e/ou normas técnicas específicas para o contexto de avaliação psicológica do trânsito.

Ainda no que se refere à Psicologia no trânsito, em fevereiro, o Sistema Conselhos de Psicologia se reuniu para discutir as implicações de vetos que alteram a Lei nº 9.503/1997. Nesses vetos, aventou-se a retirada da exigência da especialidade em Psicologia do Trânsito e em Medicina de Tráfego, e a realização da avaliação psicológica ao infrator contumaz como forma preventiva ao retorno seguro à condução veicular. O Sistema Conselhos mobilizou parlamentares, além de retomar a divulgação de informações técnicas à categoria via site institucional e redes sociais.

● #NÃO SOMOS ALVO

Uma campanha em defesa da vida e pela revogação de decretos que flexibilizam a posse de armas foi lançada em março de 2021 pelo Conselho Federal de Psicologia, os Conselhos Regionais de Psicologia e entidades que integram o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB). A iniciativa se dá em resposta a medidas do governo federal que buscam flexibilizar a posse e o porte de armas no país – como os Decretos nº 10.627/2021; nº 10.628/2021; nº 10.629/2021; e nº 10.630/2021. Na prática, além de outras consequências, os normativos extinguíram a exigência de credenciamento específico para que psicólogas(os) pudessem avaliar a aptidão para a posse e o porte de arma de fogo.

Com as hashtags #RevogaDecretosDasArmas #NaoSomosAlvo, a campanha visa enfrentar os retrocessos e avançar na efetivação dos direitos já consagrados por legislações nacionais e tratados internacionais, convocando a sociedade a mobilizar as(os) parlamentares de seus respectivos estados para que barrem as ameaças contidas nos decretos recém-publicados.

Além disso, o CFP solicitou requerimento como *amicus curiae* da ADI nº 6.675, relativa aos referidos decretos, no intuito de subsidiar o Supremo Tribunal Federal com conceitos e fundamentos que, sob o ponto de vista da Psicologia, norteiam as regras para a aquisição de armas de fogo, além de munições pela população civil, caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) e outros profissionais.



● COMISSÃO CONSULTIVA EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (CCAP)

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP) tem, entre suas atribuições: emissão de pareceres em resposta a demandas dirigidas ao CFP em matéria de avaliação psicológica; elaboração e propostas de atualizações de documentos técnicos e normativos do CFP relativos à avaliação psicológica; elaboração e propostas de diretrizes para o ensino e formação continuada em avaliação psicológica; condução do processo de avaliação dos instrumentos submetidos ao Satepsi e discussão de temas e proposição de ações no âmbito da avaliação psicológica. Em 2021, a CCAP realizou 12 reuniões por videoconferência.

● SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS (SATEPSI)

O Satepsi – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – é um sistema informatizado de avaliação de instrumentos submetidos à apreciação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP. O objetivo é avaliar a qualidade técnico-científica dos instrumentos submetidos, assim como divulgar informações sobre as condições do uso profissional de instrumentos psicológicos à comunidade e às(aos) psicólogas(os). Em 2021 foram avaliados 18 testes psicológicos, cinco estudos de equivalência entre formato lápis e papel e on-line, duas atualizações de normas e três instrumentos submetidos pelos CRPs com o intuito de se saber se esses seriam ou não testes psicológicos.

Considerando as implicações da pandemia de Covid-19 na realização de estudos para atualização de normas de testes psicológicos, foi publicada a Resolução CFP nº 3, de 31 de maio de 2021, que dispõe sobre a prorrogação dos prazos dos vencimentos dos estudos normativos até novembro de 2022.

PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A luta empreendida nas últimas duas décadas para que profissionais da Psicologia e do Serviço Social pudessem integrar as equipes de educação básica da rede pública de ensino não cessou com a promulgação da Lei nº 13.935 de 2019.

Em 2021, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) – em conjunto com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) e a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) – realizou diversas ações no sentido de concretizar o que determina a lei sancionada em dezembro de 2019.

No início de abril, entidades das duas categorias realizaram um **encontro** com vistas à elaboração conjunta de uma Agenda Nacional de Implementação da Lei. Em junho, foi promovido um **debate** (ao vivo) pelas redes sociais sobre a regulamentação da Lei nº 13.935 de 2019. O diálogo abordou as atribuições profissionais das categorias na educação básica, além de apresentar a versão 2021 do Manual de Orientações para Implementação da Lei.

Uma ameaça à implementação da lei passou a exigir novas ações do coletivo de organizações da Psicologia e do Serviço Social.

Três projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional colocavam sob **risco** os avanços logrados até o momento: o PL nº 3.339/2021, o PL nº 3.418/2021 e o PL nº 2.751/2021. Esses projetos de lei propunham alterações em dispositivos da Lei nº 14.113/2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – garantia de que a Lei nº 13.935/2019 seja, de fato, implementada.

Mais de 70 entidades assinaram, em novembro, uma **nota conjunta** pela garantia da presença de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas escolas. No documento, o coletivo destaca que quaisquer políticas e medidas que tentam barrar o fortalecimento do campo educacional são sempre inapropriadas e ensejam uma ampla mobilização no sentido de impedir os retrocessos iminentes. Ainda em novembro, conselheiras do CFP e do Conselho Regional de Serviço Social do Mato Grosso do Sul se **reuniram** com a secretária estadual de Educação para avaliar como se dará a implantação da lei no estado.

No último mês do ano, o CFP e entidades da Psicologia e do Serviço Social **intensificam a mobilização** com parlamentares pela integridade da Lei do Fundeb. Outro **posicionamento** – assinado pela Coordenação Nacional em Defesa da Lei nº 13.935 de 2019 (CFP, CFESS, Abepss, Abep, Fenapsi e Abrapee) – enfatizou a defesa de que o Fundeb fosse destinado apenas à educação pública, e não à iniciativa privada,



ressaltando, ainda, as visitas realizadas aos gabinetes de deputados e deputadas federais em Brasília (DF) no intuito de sensibilizar as(os) parlamentares.

Às vésperas do final do ano, a Câmara dos Deputados **finalizou a votação do** PL nº 3.418/2021, que altera a Lei do Fundeb. De acordo com o texto aprovado, os recursos do Fundeb alocados na parcela de 30% podem ser utilizados pelos municípios, estados e o Distrito Federal para custear a remuneração de profissionais da Psicologia e do Serviço Social que atuam nas equipes multiprofissionais da rede pública de educação básica, conforme estabelece a Lei nº 13.935/2019.

Também no campo da Educação, o Conselho Federal de Psicologia atuou em **defesa da educação verdadeiramente inclusiva**, ingressando como *amicus curiae* em ações no Supremo Tribunal Federal que contestam a Política de Educação Especial, estabelecida pelo Decreto nº 10.502 de 2020 do governo federal. Em agosto, o CFP participou de audiência pública virtual, no Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.590, que trata do tema.

As mudanças trazidas pelo decreto representam verdadeiro retrocesso e risco de retorno à segregação dessa população. Importante pontuar que o referido decreto foi construído pelo Ministério da Educação sem qualquer participação e consulta às entidades representativas do movimento das pessoas com deficiência, aos

setores da sociedade civil, às pessoas com deficiência, aos familiares e às(aos) pesquisadoras(es) que investigam e contribuem para uma maior compreensão do complexo processo de ensino-aprendizagem, entre os quais estão aquelas(es) das áreas de Psicologia e Educação.

Em dezembro de 2020, o CFP protocolou pedido de admissão, como *amicus curiae* no STF, tanto na ADI nº 6590 quanto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 751. Ambas contestam o Decreto nº 10.502/2020. Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal referendou, por maioria, a liminar concedida pelo ministro Dias Toffoli, que suspende os efeitos do Decreto nº 10.502 de 2020.

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Conselho Federal também promoveu rodas de conversa preparatórias para as Conferências de Assistência Social. A atividade foi realizada nas cinco regiões do país e teve como objetivo mobilizar a participação da Psicologia no atendimento às demandas mais emergentes no âmbito da Assistência Social. Os diálogos foram conduzidos pela Comissão Nacional da Psicologia na Assistência Social (Conpas) do CFP e reuniram cerca de 200 participantes.

Durante as rodas preparatórias foi feito levantamento de proposições conjuntas a serem capilarizadas



para as etapas municipais da **12ª Conferência Nacional de Assistência Social**, que teve como tema: “Assistência Social: Direito do Povo e Dever do Estado, com Financiamento Público, para Enfrentar as Desigualdades e Garantir Proteção Social”. Com instâncias realizadas de abril a dezembro de 2021, as conferências de Assistência Social avaliam a política de Assistência Social e definem diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Conpas também organizou, nos meses de setembro e outubro de 2021, webinários preparatórios para a **II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no SUAS**, que será realizada em 2022 com o tema “O fazer da Psicologia no SUAS no contexto da pandemia”.

A proposta de realização dos webinários foi concretizada em articulação com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs). O objetivo foi viabilizar diálogos preparatórios sobre os temas propostos – que convergem para os eixos da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social e para o fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social, sobretudo no contexto da pandemia.

Os webinários, de alcance nacional e com acesso estendido a toda a categoria, foram transmitidos on-line. Os temas de cada webinário também se constituirão como eixos temáticos da Mostra de 2022, da qual a categoria poderá participar apresentando práticas relacionadas aos eixos.

Ao longo de 2021, a Conpas realizou um total de 12 reuniões virtuais, dialogando sobre pautas diversas relacionadas ao contexto da assistência social para a efetivação das ações necessárias no âmbito de suas atribuições.

PSICOLOGIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EXECUÇÃO PENAL

Compartilhar experiências e refletir sobre os desafios encontrados para implementar as políticas públicas que garantam o acesso aos direitos das pessoas que cumprem alguma sanção penal. Com esse objetivo, o Conselho Federal de Psicologia promoveu, em abril de 2021, a segunda etapa do Webinário Nacional Psicologia e Execução Penal.

Na ocasião, foi lançada a **Referência Técnica para atuação de Psicólogas(os) no Sistema Prisional**, publicação do CFP produzida por meio do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop). O webinário nacional foi promovido pelo Sistema Conselhos de Psicologia, por meio do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-05/RJ), e resulta de deliberação do CFP e dos 24 CRPs reunidos na Assembleia de Políticas, de Administração e das Finanças (APAF), de dezembro de 2019. O encontro buscou oportunizar o acesso à produção do conhecimento para o exercício de práticas libertárias no campo da Psicologia no âmbito da execução penal, com a finalidade de potencializar o diálogo com a sociedade civil.

Fiscalização do sistema penitenciário: a fim de prover orientação à categoria em benefício de um trabalho embasado nos direitos da pessoa privada de liberdade, tanto o CFP quanto os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) têm atuado historicamente no tema.

Em junho, a Autarquia participou de uma audiência pública convocada pelo Supremo Tribunal Federal para debater sobre as possíveis formas de garantir a fiscalização do sistema penitenciário brasileiro. O CFP integrou o bloco “Especialistas em Saúde no Sistema Prisional”, com participação da Andréa Esmeraldo (CRP nº 11/1617), integrante da Comissão de Direitos Humanos (CDH/CFP). Entre os aspectos pontuados,

a interseccionalidade entre os Direitos Humanos de pessoas privadas de liberdade e o superior interesse de crianças e adolescentes – possibilidades de proteção da convivência familiar e comunitária.

CUIDADOS COM A POPULAÇÃO LGBTI+

Em junho, o Conselho Federal de Psicologia lançou uma **nota técnica sobre a Resolução CFP nº 1 de 1999** – que estabelece normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação à orientação sexual. Ao revisar a Resolução CFP nº 1/1999, a nota técnica aborda questões sobre os Direitos Humanos, os direitos sexuais e os princípios fundamentais do código de ética profissional das(os) psicólogas(os); a contribuição da Psicologia na compreensão do sujeito LGBTI+; os avanços na despatologização das orientações não heterossexuais; e as práticas da Psicologia em diversos campos, bem como a ilegitimidade das terapias de reorientação sexual.

O documento reafirma a importância da escuta, do acolhimento, da compreensão e do auxílio às pessoas com sofrimentos das mais diversas ordens. A nota técnica foi lançada durante a *live* “Orgulho e Diversidade”, transmitida pelas redes sociais do CFP, que contou com mais de 16 mil visualizações.

Grupo de Trabalho Diversidade Sexual e Gênero: constituído na APAF desde dezembro de 2017, o colegiado teve seus objetivos atualizados na APAF extraordinária

de junho de 2021 frente às demandas de movimentos sociais LGBTI+. Ao longo do ano, o GT realizou seis reuniões, em formato virtual, com o objetivo de finalizar a nota técnica sobre a Resolução CFP nº 1 de 1999.

EVENTOS PREPARATÓRIOS PARA O 11º CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA

Entre maio e setembro, o CFP dedicou atenção aos **eventos preparatórios para a realização do 11º Congresso Nacional da Psicologia (CNP)**, que acontecerá em 2022, trazendo como tema “O Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais”.

As etapas preparatórias do evento buscam mobilizar a categoria por meio de discussões de base, encontros temáticos, mesas redondas, debates on-line e outras atividades. O objetivo é favorecer a organização das(os) psicólogas(os) para o levantamento de propostas a serem apreciadas e votadas nos Pré-Coreps, bem como tornar público o processo do CNP.

O Congresso Nacional da Psicologia é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos, que agrega o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os 24 Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). É no encontro que são definidas as diretrizes e ações políticas que devem ser priorizadas para o triênio subsequente, ou seja, para a próxima gestão dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia.



DIREITOS DAS MULHERES

Em junho, o CFP tomou **posse no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)**, órgão deliberativo e participativo responsável por propor políticas públicas que promovam a igualdade entre mulheres e homens, formado por representantes do governo, de entidades da sociedade civil, de sindicatos e confederações. O CFP tem assento na instância com a representação da psicóloga e conselheira da Autarquia Alessandra Santos de Almeida, para atuar durante o triênio 2021-2024.

Em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, o CFP reafirmou o seu compromisso com a garantia de direitos para assegurar a saúde mental das mulheres, especialmente em tempos de pandemia da Covid-19, com o lançamento da campanha “Nós queremos ar – **Mulheres em marcha pelo bem viver, pela garantia de direitos e pelo enfrentamento aos retrocessos**”.

O Conselho Federal buscou chamar atenção para as determinantes sociais em saúde mental – conceito oriundo da Saúde Coletiva – de forma a convocar a categoria a apropriar-se da Resolução CFP nº 8 de 2020, que estabelece normas de atuação do exercício profissional em relação à violência de gênero.

Em outubro, o CFP também esteve na Câmara dos Deputados, para debater o tema em audiência pública que discutiu a “Violência doméstica e familiar contra a mulher”, realizada na Comissão de Segurança Pública,



destacando o papel da Psicologia no enfrentamento desse desafio.

POPULAÇÕES INDÍGENAS

Atento à necessidade de promover a cultura de defesa dos Direitos Humanos entre a categoria e a sociedade em geral, o CFP e vários Conselhos Regionais de Psicologia manifestaram solidariedade aos povos indígenas e se posicionaram **contra o PL nº 490/2007 – proposta que altera a Lei nº 6.001 de 1973 (Estatuto do Índio)** e tenta estabelecer que as terras indígenas passem a ser demarcadas pelo Congresso Nacional.

Em nota, os Conselhos destacam que compete à União – por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai) – demarcar as terras indígenas, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, alertando, ainda, que a Constituição Federal estabelece que as terras tradicionalmente ocupadas por indígenas se destinam à sua posse permanente.

Em junho, no contexto dos ataques contra lideranças indígenas da Terra Indígena Munduruku, no estado do Pará, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia publicou manifesto destacando a grave ofensiva ocorrida contra essa comunidade – que foi atacada a tiros e teve casas incendiadas. “Conclamamos todos os movimentos sociais, entidades, parlamentares progressistas e defensores dos Direitos Humanos a

exigir o fim dos ataques contra os povos indígenas, a retirada dos garimpeiros, a prisão e indiciamento dos responsáveis pelos atos criminosos e a garantia de vida das lideranças do povo Munduruku”, destacou o CFP.

EMERGÊNCIAS E DESASTRES

A atuação da Psicologia em Emergências e Desastres na América Latina foi tema de *live* promovida em outubro pelo Conselho Federal de Psicologia. A atividade teve como convidada a representante da Equipe Regional de Resposta a Emergências de Saúde da OPAS/OMS (Organização Pan-Americana de Saúde, ligada à OMS), Sílvia Bentolila, que falou sobre experiências envolvendo a atuação da Psicologia na gestão de riscos e desastres no contexto da América Latina.

Na oportunidade, o CFP lançou, por meio do Centro de **Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (Crepop)**, as **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres**. O material propõe uma reflexão crítica e histórica sobre a inserção da Psicologia no campo das emergências e desastres, ampliando as possibilidades da atuação de psicólogas e psicólogos no gerenciamento de riscos e vulnerabilidades.

O CFP também promoveu, em setembro, uma oficina para membros dos Conselhos Regionais para a coleta de informações e experiências dos CRPs no tema Emergências e Desastres. A atividade contou com palestra do Secretário Nacional de Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, Alexandre Lucas, e dos membros do GT interno “Emergências e Desastres”.

Em dezembro, diante dos desastres no contexto das intensas chuvas no sul da Bahia, o Sistema Conselhos de Psicologia publicou nota se solidarizando com as vítimas e destacando o papel da categoria diante do contexto emergencial. “As intensas chuvas que atingem a região sul do estado da Bahia nas últimas semanas têm deixado um rastro de tragédias, convocando a sociedade a se mobilizar em torno das famílias desassistidas. A atuação da Psicologia no contexto de emergências e desastres pode contribuir para minimizar os sofrimentos da população”.

EXERCÍCIO DA PSICOTERAPIA

O exercício da Psicoterapia tem sido debatido exaustivamente no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. Em abril de 2021 o CFP promoveu um seminário nacional a fim de viabilizar diálogos com a categoria e entidades da Psicologia para lançar uma consulta pública sobre a temática. Durante a atividade foi apresentada consulta pública sobre a **Psicoterapia como atividade exclusiva para profissionais da Psicologia** e a categoria teve até o dia 26 de maio de 2021 para responder aos itens do questionário, que obteve 17.580 participantes.

A sistematização das informações foi apresentada na APAF de novembro de 2021. Ao longo do ano, o Grupo de Trabalho da APAF sobre Psicoterapia realizou um total de 26 reuniões virtuais, dialogando sobre pautas diversas relacionadas à Psicoterapia. O GT também dedicou-se à elaboração de um documento sobre a temática de Psicoterapia e à tarefa de revisão da Resolução CFP nº 10 de 2020, que especifica e qualifica a Psicoterapia como prática da(o) psicóloga(o).

Em outubro, o Conselho Federal de Psicologia e todos os 24 Conselhos Regionais estiveram reunidos de forma virtual para

tratar dos desafios relacionados à formação, qualificação e regulamentação na área da Psicoterapia. O encontro discutiu, ainda, o normativo do MEC que trata das competências dos Programas de Residência Médica em Psicoterapia no Brasil.

CENSO DA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Em 2021, o CFP também decidiu por uma importante e robusta iniciativa: a **realização de um Censo da Psicologia Brasileira**. Trata-se de um amplo levantamento de dados e informações para revelar a evolução de atributos-chave da atuação de psicólogas e psicólogos no país.

A demanda surgiu da necessidade de conhecimento para se pensar o futuro da profissão, em um contexto crescente de dificuldades para as(os) trabalhadoras(es). Entre elas, a análise do processo de precarização do trabalho que aflige o campo da Psicologia parte de um fenômeno crescente no mundo do trabalho em geral. Também está em foco um aspecto que emergiu com maior intensidade no contexto da pandemia da Covid-19, que diz respeito ao avanço do uso de novas tecnologias de comunicação e informação (avaliando os seus impactos).

A pesquisa será, também, uma oportunidade para conhecer a realidade da avaliação psicológica, assim como explorar concepções acerca de Direitos Humanos e democracia, tão centrais no atual momento, e como elas se relacionam com o exercício profissional da Psicologia.

Para marcar o Dia da Psicóloga e do Psicólogo – e o marco dos 59 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil e o início da **contagem regressiva para as comemorações dos #Psi60anos** –, o Conselho Federal de Psicologia realizou, em 27 de agosto de 2021, um dia especial de atividades.

Foram 13 *lives* dedicadas a cada uma das especialidades da Psicologia, com debates conduzidos por especialistas da área, de modo a possibilitar um novo olhar diante do atual cenário da profissão e dos desafios futuros da categoria. A programação incluiu: Abertura – Psicologia Rumo aos 60 Anos; Psicologia Escolar e Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicomotricidade; Psicologia em Saúde; Psicopedagogia; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicologia Social; Neuropsicologia; e Avaliação Psicológica.

Também com o objetivo de evidenciar a trajetória dos 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil, articulando-a com o futuro da ciência e profissão, em outubro o CFP lançou edital de chamamento para envio de artigos que irão compor edição especial da Revista Psicologia: Ciência e Profissão (PCP). O fascículo especial discutirá as práticas e saberes da Psicologia, articulando esses campos em uma análise das experiências com as perspectivas futuras da profissão no Brasil, buscando evidenciar, a partir da trajetória de 60 anos, como foram produzidas as práticas psicológicas para o enfrentamento dos desafios atuais e futuros da sociedade.



AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL NO TRABALHO DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS)

Considerando os objetivos de garantir a segurança e a saúde das(os) trabalhadoras(es) no contexto das normas regulamentadoras emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, as deliberações do 9º Congresso Nacional da Psicologia e as demandas da categoria, o CFP propôs a criação de um grupo de trabalho para elaboração de resolução para **regulamentar a realização de avaliação psicossocial** no trabalho da(o) psicóloga(o), em atendimento às normas regulamentadoras emitidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (atual Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia). O grupo de trabalho finalizou o texto de resolução e este foi aprovado na APAF de novembro de 2021.

IMPACTOS SOCIAIS DA REFORMA ADMINISTRATIVA

A fim de debater os impactos sociais da reforma administrativa proposta pela PEC nº 32/2020, em setembro o CPF lançou a **Campanha da Psicologia em Defesa do Serviço Público e do Fortalecimento do Estado Democrático de Direito**.

A atividade abordou como a reforma administrativa proposta pela PEC nº 32 se relaciona aos projetos de sociedade em disputa para o Brasil; quais os impactos previstos sobre as políticas públicas e sobre as condições de acesso a direitos básicos pela população brasileira mais vulnerabilizada; e como a atual proposta impacta os fazeres da Psicologia no Brasil, marcadamente nas políticas públicas.



DEFESA DA JORNADA DE 30H

Em parceria com entidades da Psicologia, o CFP publicou, em novembro de 2021, nota pública em defesa do PL nº 1.214/2019, que trata das **30h semanais de trabalho da categoria**. Entre as razões apontadas pelas entidades representantes dos 418.703 psicólogas e psicólogos, estão as dificuldades inerentes ao exercício da profissão, que lida diretamente com problemas ligados aos cuidados com a saúde, que tornam insalubres as extensas jornadas de trabalho. Além disso, trata da questão do adoecimento constatado da psicóloga e do psicólogo que cumprem jornadas extenuantes de trabalho, o que impacta na sua saúde e, por conseguinte, no próprio equipamento em que está lotado.

Em dezembro, a comissão da Câmara dos Deputados aprovou parecer favorável à jornada semanal de até 30 horas para a Psicologia. O PL nº 1.214/2019 segue agora para tramitação em caráter conclusivo na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

CONCURSO DE PROVAS E TÍTULOS

Em outubro de 2021, o CFP abriu inscrições para o **XIII Concurso de Provas e Títulos para Concessão do Título Profissional de Especialista em Psicologia**. O concurso estabelece a concessão do título para as especialidades de Avaliação Psicológica; Neuropsicologia; Psicologia Clínica; Psicologia do Esporte; Psicologia do Trânsito; Psicologia em Saúde; Psicologia Escolar e Educacional; Psicologia Hospitalar; Psicologia Jurídica; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia Social; Psicomotricidade; e Psicopedagogia. As provas foram programadas para acontecer em todas as capitais federais.

● ATUAÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO

GT DEMANDAS DO JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO ÀS(AOS)

PSICÓLOGAS(OS) QUE ATUAM NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA

SOCIAL E DE SAÚDE – O Grupo de Trabalho da APAF “Demandas do Judiciário e Ministério Público à(aos) Psicólogas(os) que Atuam nas Políticas Públicas de Assistência Social e de Saúde” realizou, em 2021, duas reuniões virtuais, dialogando sobre a temática com vistas ao delineamento de uma nota técnica sobre o assunto. O grupo tem dado continuidade às atividades para efetivação do documento.

GT ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

– Em 2021, o Grupo de Trabalho “Atuação da Psicologia no Contexto das Medidas Socioeducativas” reuniu-se uma vez, em 23 de fevereiro, para apreciar contribuições dos plenários dos Conselhos Regionais que têm representação no GT à minuta de resolução.

GT PARÂMETROS PARA ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA NA ATENÇÃO À SAÚDE

– Já o Grupo de Trabalho “Parâmetros para Assistência Psicológica na Atenção à Saúde” reuniu-se por dez vezes de forma remota e, presencialmente, nos dias 7 e 8 de dezembro, para elaboração de minuta de resolução que está em fase de finalização do texto.

GT PSICOTERAPIA – O Grupo de Trabalho da APAF sobre “Psicoterapia” realizou, ao longo de 2021, um total de 26 reuniões virtuais, dialogando sobre pautas diversas relacionadas à Psicoterapia, para efetivação das ações propostas para o referido GT.

GT ALIENAÇÃO PARENTAL – O grupo de trabalho interno do CFP sobre “Alienação Parental” reuniu-se em 26 de janeiro de 2021 para tratar das articulações regionais feitas para a discussão do tema. A 3ª Reunião do Sistema Conselhos de Psicologia sobre Alienação Parental ocorreu em 25 de fevereiro de 2021.

GT FORMAÇÃO E ESPECIALIDADES – O Grupo de Trabalho “Revisão da Resolução CFP nº 13 de 2007”, constituído na APAF de dezembro de 2007, finalizou a revisão das emendas para a nova resolução sobre registro de especialidades em Psicologia. As emendas foram aprovadas na reunião da APAF de novembro de 2021, após ampla consulta aos Conselhos Regionais de Psicologia e às entidades do FENPB. Com a aprovação das emendas, a nova minuta de resolução, que regulamenta regras para a

concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas, segue para homologação pelo pleno do CFP e publicação no Diário Oficial da União.

GT NEUROPSICOLOGIA – A fim de fomentar o debate e possibilitar a construção de orientações que subsidiem os processos de avaliação e intervenção que caracterizam o trabalho da(o) neuropsicóloga(o), o CFP aprovou a criação de um grupo de trabalho sobre Neuropsicologia. O colegiado é constituído por representantes da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP e das entidades científicas da Neuropsicologia e avaliação psicológica, a saber: Instituto Brasileiro de Neuropsicologia (IBNeC), Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNp) e Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap). O grupo de trabalho iniciou suas atividades em 2021 e fez uma reunião on-line.

GT ALIENAÇÃO PARENTAL – O grupo de trabalho interno do CFP sobre “Alienação Parental” reuniu-se em 26 de janeiro de 2021 para tratar das articulações regionais feitas para a discussão do tema. A 3ª Reunião do Sistema Conselhos de Psicologia sobre Alienação Parental ocorreu em 25 de fevereiro de 2021.

GT FORMAÇÃO E ESPECIALIDADES – O Grupo de Trabalho “Revisão da Resolução CFP nº 13 de 2007”, constituído na APAF de dezembro de 2007, finalizou a revisão das emendas para a nova resolução sobre registro de especialidades em Psicologia. As emendas foram aprovadas na reunião da APAF de novembro de 2021, após ampla consulta aos Conselhos Regionais de Psicologia e às entidades do FENPB. Com a aprovação das emendas, a nova minuta de resolução, que regulamenta regras para a concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas, segue para homologação pelo pleno do CFP e publicação no Diário Oficial da União.

GT NEUROPSICOLOGIA – A fim de fomentar o debate e possibilitar a construção de orientações que subsidiem os processos de avaliação e intervenção que caracterizam o trabalho da(o) neuropsicóloga(o), o CFP aprovou a criação de um grupo de trabalho sobre Neuropsicologia. O colegiado é constituído por representantes da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP e das entidades científicas da Neuropsicologia e avaliação psicológica, a saber: Instituto Brasileiro de Neuropsicologia (IBNeC), Sociedade Brasileira de Neuropsicologia (SBNp) e Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap). O grupo de trabalho iniciou suas atividades em 2021 e fez uma reunião on-line.

CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Federal de Psicologia (Crepop) é uma ação estratégica do Sistema Conselhos de Psicologia e está presente em 23 Conselhos Regionais de Psicologia, além de uma coordenação nacional no CFP.

As referências técnicas são o principal resultado do trabalho do Crepop em todo o Sistema Conselhos de Psicologia, servindo de orientação à categoria profissional atuante nas políticas públicas. É importante ressaltar que a construção das referências parte de um longo processo que inclui a realização de pesquisas com a categoria, constituição de comissão de especialistas para elaboração do texto, consulta pública e, finalmente, lançamento. Atualmente, o Crepop totaliza 23 referências técnicas publicadas, sendo que, em 2021, quatro novos títulos foram lançados:

- ▶ Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) em Medidas Socioeducativas;
- ▶ Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) no CRAS/SUAS;

- ▶ Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres;
- ▶ Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos (os) no Sistema Prisional.



Para celebrar os 15 anos de funcionamento do Crepop, o CFP criou um selo comemorativo. Trazendo o símbolo da Psicologia ao centro, a marca identifica a conexão entre as ações que ocorrem em todo o território nacional, além da diversidade das políticas públicas. O selo foi aplicado em todas as publicações lançadas em 2021 e utilizado pelo CFP e pelos CRPs em atividades diversas.

SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA: CREPOP 15 ANOS

Em comemoração pelo aniversário de 15 anos do Crepop, o CFP organizou o seminário on-line **“Defesa e Resistência da Psicologia nas Políticas Públicas”**. Durante a atividade foram promovidas mesas de debate sobre quatro referências temáticas: CRAS; Medidas Socioeducativas; Riscos, Emergências e Desastres; e Rede de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso e Exploração Sexual. O evento contou com um público de 1.450 pessoas inscritas, 1.344 visualizações no YouTube e 935 na página do Facebook do CFP.

O Crepop realizou um ciclo de pesquisa para compreender a **atuação profissional de psicólogas(os) na política de prevenção da autolesão, do suicídio e posvenção**. A pesquisa on-line contou com a participação de 1.193 profissionais. Já a coleta qualitativa, realizada pelos CRPs, resultou em 203 profissionais entrevistadas(os).

Reuniões com CRPs

Por força das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, o Crepop tem realizado todas as suas reuniões de forma virtual. O formato tem facilitado a definição de uma agenda comum. Além disso, o custo da atividade é baixo e há a possibilidade de se contar com um maior número de participantes, já que não há deslocamentos. Ao longo de 2021, foram realizadas sete reuniões do Crepop CFP com os Regionais:

- ▶ Reunião com equipe (29 e 30 de abril de 2021);
- ▶ Reunião de avaliação do ciclo 2020 – Acolhimento do SUAS (19 de maio de 2021);
- ▶ Treinamento das novas técnicas (15 de junho de 2021);
- ▶ Reunião de treinamento (de 10 a 12 de junho de 2021);
- ▶ Reunião de implantação do SEI (15 de outubro de 2021);
- ▶ Reunião de implantação do SEI (22 de novembro de 2021);
- ▶ Reunião nacional (4 de dezembro de 2021).

Acompanhamento das comissões

O Crepop acompanha 16 comissões responsáveis por redigir ou atualizar as referências técnicas. Em 2021, foram

realizadas 50 reuniões das comissões – o que corresponde a uma média de uma por semana. Os temas são os seguintes: Sistema Prisional (3); Povos Quilombolas (5); Povos Indígenas (3); CAPS (7); Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (6); População LGBTQIA+ (7); CRAS (12) População em Situação de Rua (3); Riscos, Emergências e Desastres (4).

Consultas públicas

A consulta pública é o momento em que o texto prévio de uma referência técnica é disponibilizado para a avaliação da categoria – que envia contribuições, apontamentos, sugestões e críticas à comissão de especialistas para avaliação da pertinência. **Em 2021 foram realizadas duas consultas públicas:** uma sobre a referência técnica para atuação com os povos indígenas e outra sobre a referência técnica para atuação no CRAS.



Edital de fomento ao Crepop nos CRPs (2020 e 2021)

Atividade interna, o edital de fomento visa garantir a presença e manutenção do Crepop nos Conselhos Regionais de Psicologia. Atualmente, 16 CRPs mantêm convênio com o CFP, que realiza acompanhamento sistemático das ações desenvolvidas, bem como da aplicação dos recursos financeiros. A atividade visa apoiar as ações regionais e viabilizar a coleta qualitativa de dados – ação fundamental ao processo de elaboração das referências técnicas. O edital cumpre deliberações de APAF e do Congresso Nacional da Psicologia quanto à manutenção do funcionamento do Crepop no Sistema Conselhos de Psicologia.

Assessoramento em pesquisas

Diante do conhecimento acumulado na realização de pesquisas, principalmente por meio de coleta on-line, o Crepop é chamado a contribuir com outras investigações realizadas pelo CFP. Em 2021, o Crepop atuou na tabulação e elaboração de relatórios da Consulta Pública sobre Psicoterapia como Prática Privativa (17.580 respondentes), bem como processou os dados e elaborou relatórios do Levantamento sobre Atuação Profissional na Rede de Atenção à Saúde (2.139 respondentes).

DIÁLOGOS INSTITUCIONAIS COM ENTIDADES DA PSICOLOGIA, OUTROS CONSELHOS PROFISSIONAIS E CONSELHOS DE DIREITOS

Em 2021, o Conselho Federal de Psicologia deu sequência aos diálogos institucionais com outras categorias profissionais, visando ao intercâmbio de experiências exitosas e ao aprimoramento das práticas em orientação,

fiscalização e disciplina da categoria, além do fortalecimento da imagem dos conselhos perante a sociedade.

Foram também realizadas uma série de reuniões e outras atividades em órgãos colegiados de participação e controle social, nos quais o CFP cumpriu a sua função de “órgão consultivo em matéria de Psicologia”, conforme prevê a sua lei de criação. A Autarquia se fez presente, ainda, de forma qualificada, em reuniões realizadas para o debate de pautas específicas e em eventos de grande impacto para a categoria, a sociedade e os movimentos sociais – nas chamadas representações pontuais.

Ao todo, foram **457 atividades efetivamente desenvolvidas em espaços de representação** permanente e atividades de representação pontuais ou extraordinárias. Em comparação com o ano de 2020, quando foram realizadas 432 atividades, houve um crescimento de quase 6% no número total de atividades institucionais para as quais o CFP foi convidado ou nas quais atuou como organizador.

Essas atividades incluem reuniões promovidas pelos espaços de representação, nos quais a Autarquia conta com assento em caráter permanente ou durante o mandato conquistado, além de atividades extraordinárias, nas quais a participação do CFP se deu de forma pontual, como o atendimento a convites para palestrar em congressos ou seminários e participar de solenidades de outros conselhos profissionais e reuniões únicas com objetivos e pautas específicas, entre outras.

Essas ações colaboram para que o CFP tivesse incidência social, a partir das contribuições da Psicologia, como ciência e como profissão, em atendimento ao art. 6º da Lei nº 5.766, de 1971. Ao final do ano de 2021, o CFP contava **73 espaços de representação**, contra 64 no fim do ano anterior.

Incidência em políticas públicas

Por meio de sua presença em tais espaços institucionais, além de concretizar a sua atribuição legal de servir de órgão consultivo em matéria de Psicologia, o CFP atua para que as políticas públicas em diversas áreas – tais como Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos – reconheçam os saberes e os fazeres da Psicologia, colaborando para a normatização das práticas psicológicas efetuadas em seus âmbitos e com o processo de orientação das(os) profissionais que atuam nessas políticas.

Ao longo do ano de 2021, em um contexto continuado de crise sanitária global em decorrência da pandemia de Covid-19, diversos órgãos governamentais, entidades e organizações com os quais o CFP se relaciona mantiveram a realização de suas atividades majoritariamente na modalidade virtual.

Alguns poucos espaços de representação que ensaiaram a retomada de suas atividades presenciais no final de 2020 viram-se obrigados, nos primeiros meses de 2021, a regressar ao formato virtual. Ao longo do ano, de acordo com o avanço do processo de vacinação da população brasileira e a consequente redução no número de novos casos e óbitos, algumas poucas reuniões passaram a ser realizadas em formato híbrido. É o caso de algumas atividades do Conselho Nacional de Saúde e de suas Comissões Intersetoriais. A participação presencial, contudo, seguiu sendo a exceção na maioria dos espaços.

Nesse contexto adverso, além de novas articulações e ações especificamente voltadas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 como crise sanitária, mas também econômica, política e social, o Conselho Federal de Psicologia não apenas manteve como intensificou a sua agenda interinstitucional.

Visando ao intercâmbio de experiências exitosas e ao

aprimoramento das práticas em orientação, fiscalização e disciplina da categoria, em especial no contexto da pandemia de Covid-19, a Autarquia se fez presente nas reuniões do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão) e do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS ou Conselhinho).

A incidência da Autarquia em espaços de controle e participação social tidos como permanentes, responsáveis pela fiscalização e o aprimoramento de políticas públicas, incluindo-se conselhos, comitês, fóruns, comissões e frentes, se deu por meio da presença efetiva em 282 reuniões e atividades, seja como titular, suplente ou observador.

O CFP atua nesses chamados “espaços de representação permanente” após ingresso por meio de convite ou por processos eleitorais ou seletivos que dão direito ao exercício de um mandato por um período pré-definido em edital, respaldado por outros normativos.

Em 2021, o CFP participou e concluiu dois desses processos, com os seguintes resultados:

- ▶ **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – 2021/2024:** o processo eleitoral teve início no mês de fevereiro e foi concluído em junho de 2021. O CFP foi eleito para uma das sete vagas de titularidade na categoria de “Organizações de Caráter Sindical, Associativa, Profissional ou de Classe que Atuem na Defesa da Democracia e na Promoção da Igualdade Social e dos Direitos das Mulheres”. A representante do CFP no processo eleitoral e no exercício do mandato é a conselheira federal Alessandra Almeida.
- ▶ **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes (Conanda) – 2021/2022:** após longa

batalha judicial e intensa mobilização de organizações da sociedade civil, a retomada plena dos trabalhos do Conanda foi sinalizada por meio da abertura do processo eleitoral para a composição de sua gestão para o biênio 2021-2022, o que se deu em março de 2021. Em fevereiro de 2020, o Conselho Federal de Psicologia foi eleito para assumir a presidência do Conanda. Em dezembro do mesmo ano, após encerramento do mandato da última gestão eleita para o Conanda, houve inércia do governo para a publicação do edital de chamamento para novas eleições. Até a posse da nova gestão, foram quase cinco meses sem funcionamento, mas com intensa mobilização política do CFP e de outras entidades. Nesse processo eleitoral, o CFP participou na condição de entidade eleitora (apenas votante), pois o edital vedava a candidatura para um terceiro mandato consecutivo. Acompanharam o CFP, fortalecendo a presença e a participação da Psicologia no pleito, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) e o Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap). Mesmo sem mandato no Conanda, o CFP participa dos debates sobre a pauta por meio do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA).

Outros espaços de atuação

Além das reuniões e atividades de caráter continuado, em 2021 o CFP se fez efetivamente presente em **81 atividades institucionais de caráter pontual**, como reuniões de trabalho específicas e não vinculadas a um espaço de representação no qual a entidade tem assento permanente. Também se enquadram nessa categoria a participação em eventos, seminários e congressos.

Conforme apontado pelo gráfico a seguir, mais de 17% das reuniões e atividades nas quais o Conselho Federal

de Psicologia se envolveu sob o acompanhamento da Gerência de Relações Institucionais (GRI/CFP) foram organizadas pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), incluindo reuniões do Pleno, de comissões e subcomissões, entre outras.

Em segundo lugar, aparece o Conselho Nacional de Saúde (CNS), com 14,2% das atividades monitoradas pela GRI. No ano anterior o resultado foi semelhante, com esses mesmos dois órgãos colegiados ocupando as duas primeiras posições.

O quadro aponta para o devido investimento da Autarquia na incidência nas políticas voltadas à garantia e à proteção dos Direitos Humanos e na promoção da saúde para as mais diversas populações, atentando para as suas especificidades. O que se dá não apenas nos espaços formais de controle e participação social, como os Conselhos Nacionais de Direitos citados, mas também nos espaços de livre articulação das entidades da sociedade civil. Nesse aspecto, as reuniões e atividades organizadas pela Plataforma DHESCA Brasil aparecem como o terceiro maior bloco de atividades (8,5%).

Merece destaque também o Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS – Conselhinho), com 5,9% do total de atividades. Esse colegiado reúne representantes das 14 profissões da área da saúde em reuniões plenárias mensais, além de reuniões específicas de suas comissões de Educação e de Orientação e Fiscalização.

Também como espaço de incidência nas políticas de saúde, encontra-se o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas), com 3,3% das atividades.

Outros espaços também relacionados à promoção e defesa dos Direitos Humanos e das garantias fundamentais

receberam grande atenção do CFP – tais como o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), com 3,9%, e o Conselho Nacional de Assistência Social, com 3,5%.

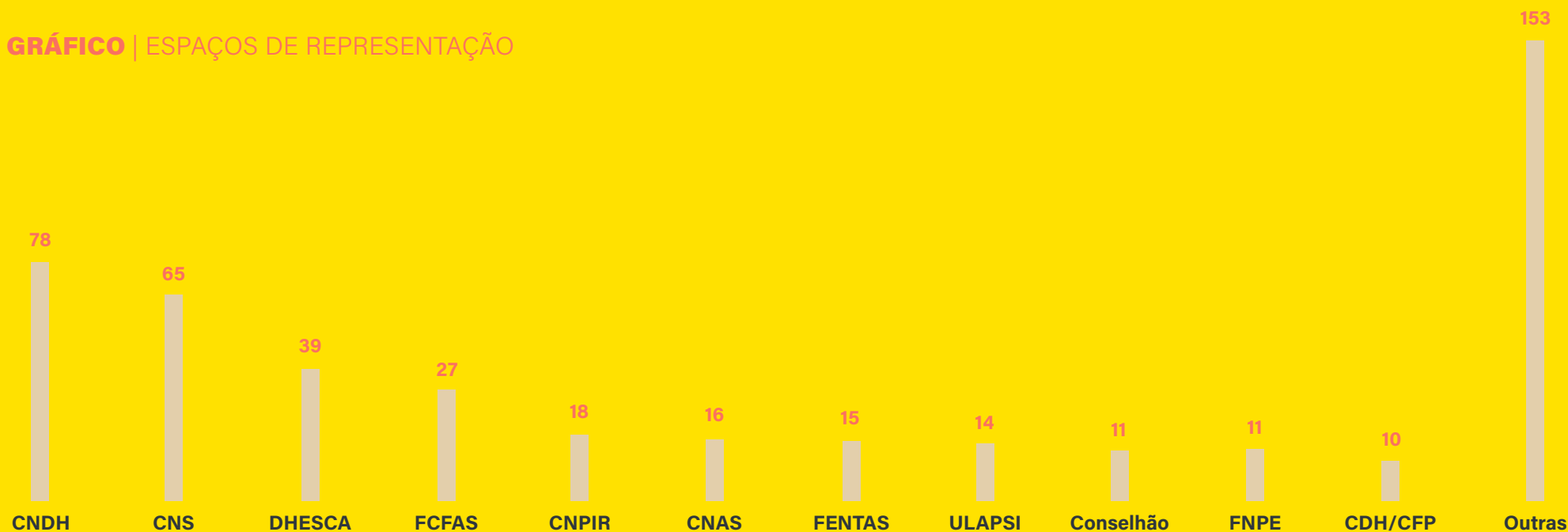
As reuniões e atividades propostas pela União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (Ulapsi) correspondem a 3,1% do total, demarcando também os esforços do CFP na compreensão da atuação e da produção da Psicologia contextualizada e socialmente engajada.

Como elemento novo no quadro de incidência política e social do CFP em 2021, destaca-se o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). Com mais de 40 entidades, o fórum promoveu intensa e diversa agenda de atividades em memória do Centenário de Paulo Freire, culminando com ações híbridas, em Recife, no mês de setembro.

No âmbito do FNPE, o Conselho Federal de Psicologia também vem contribuindo para a organização da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), cuja etapa nacional ocorrerá em julho de 2022, em Natal (RN). Ao longo do último ano, 2,4% das atividades de relações institucionais do CFP estiveram relacionadas ao FNPE.

E, ainda, 2,2% do total de atividades de incidência e articulação foram organizadas pela Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CDH/CFP), promovendo reuniões e encontros com as Comissões de Direitos Humanos dos Conselhos Regionais. Os diálogos resultaram em notas públicas, manifestos e ações conjuntas da Campanha Nacional de Direitos Humanos, cujo tema é “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”.

GRÁFICO | ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

A CDH/CFP é uma comissão de caráter permanente que integra a estrutura do Conselho Federal de Psicologia, criada por meio da Resolução CFP nº 11, de 22 de novembro de 1998.

Suas atribuições são:

- ▶ Incentivar a reflexão sobre os Direitos Humanos inerentes à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia;
- ▶ Intervir em todas as situações em que existam violações dos Direitos Humanos que produzam sofrimento mental;
- ▶ Participar de todas as iniciativas que preservem os Direitos Humanos na sociedade brasileira;
- ▶ Apoiar o Movimento Internacional dos Direitos Humanos.

O ano de 2020 ficou marcado pelo início de duas ações de grande impacto da CDH/CFP. As ações permaneceram ao longo do ano de 2021 e, em consonância com as atribuições da comissão, foram de grande contribuição para o cumprimento do planejamento estratégico da gestão do XVIII Plenário do CFP (2019-2022).

Boletins Universais e Interdependentes

Tinha, inicialmente, periodicidade mensal e depois bimestral, com cinco edições lançadas entre maio e dezembro de 2020, e trimestral em 2021, com quatro edições lançadas entre janeiro e dezembro de 2021. A publicação organizada pela CDH/CFP pautou-se no calendário de datas comemorativas mobilizadoras. Cada edição contou com a participação

de integrantes da comissão e de convidados para abordar diferentes temas na interface entre a Psicologia e a promoção dos Direitos Humanos, por meio de editoriais, artigos, depoimentos, entrevistas, podcasts, vídeos e cards. De caráter dinâmico, incorporando formatos modernos de comunicação e propondo reflexões sintonizadas com os grandes temas nacionais, o boletim vem contribuindo para os processos formativos e para a reflexão sobre o exercício profissional pautados nos Direitos Humanos.



**Acesse pelo QR Code
o Boletim Universais
e Interdependentes**

Campanha Nacional de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia

Historicamente, o CFP, por meio da sua Comissão de DH, lança uma campanha nacional para abordar algum grande tema de Direitos Humanos com intersecção com o exercício profissional da Psicologia. O XVIII Plenário do CFP **elegeu o tema do racismo como mote para a campanha dessa gestão**, em referência aos 20 anos da Resolução CFP nº 18/2002, que estabeleceu as normas de atuação para psicólogas e psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, colocando em evidência a necessidade urgente de se enfrentarem todas as formas de racismo e reafirmando o compromisso da Autarquia com a defesa dos direitos da população afetada.

A campanha conta com a participação de todos os Conselhos (Federal e Regionais) de Psicologia e prevê uma série de ações que devem ser realizadas até dezembro de 2022. Entre elas, vídeos, podcasts, série de cards, *lives* temáticas, publicações e ações de reconhecimento e valorização de boas práticas profissionais.

A ideia é contribuir para o aprimoramento do exercício profissional da categoria em seus mais diversos campos, considerando os temas do racismo, da branquitude e da interseccionalidade de raça, etnia, classe, gênero e deficiência. Pretende também incitar o debate sobre práticas psicológicas antirracistas, assim como promover reflexões sobre as relações étnico-raciais entre a sociedade, visando contribuir para a superação do racismo em diversos contextos sociais.

Em 2021, também foi realizado o **I Seminário Nacional de Psicologia e Enfrentamento ao Racismo**, que promoveu, ao longo do ano, um total de 12 encontros com duração de 2 horas cada. Foram ofertadas 250 vagas para funcionárias(os), conselheiras(os) e colaboradoras(es) do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia. Ao final do seminário, foram certificados 190 participantes. O evento foi avaliado pelos cursistas e 79,1% dos participantes deram nota máxima à atividade.

Também em 2021, a Comissão de Direitos Humanos lançou o edital do **Prêmio Profissional Virgínia Bicudo**. A premiação tem como objetivo identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas(os) e coletivos que envolvam a Psicologia e as relações étnico-raciais, fundamentadas nos Direitos Humanos e que tenham impacto na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista. Serão premiados dez artigos, sendo dois de cada região do país.

Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia

O Conselho Federal de Psicologia também mantém diálogos institucionais com outras entidades da Psicologia e, por isso, integra o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB, que conta com 27 entidades.



● CAMPANHA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO

Em 2021, foi lançada série de podcasts da campanha, com o objetivo de colocar em debate questões como racismo, branquitude, negritude, resistência indígena e quilombola, violência, família, gênero e sexualidade, deficiência, saúde mental, políticas públicas, entre outros. Episódios lançados e disponíveis no site do CFP e nas plataformas áudio:

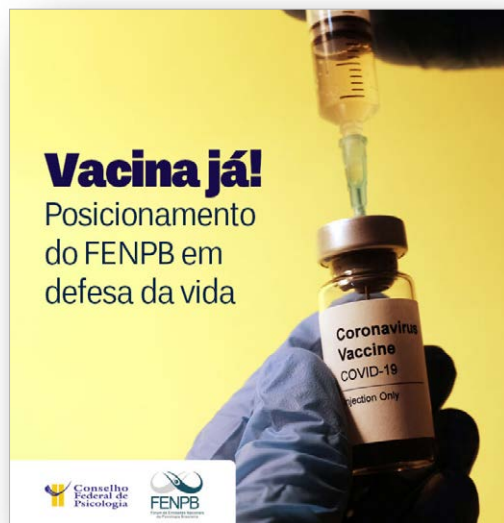
Abertura – Racismo: é coisa da minha cabeça ou da sua?

Episódio 2 – Abordagens Clínicas e Negritude
#abordagensclinicas

Episódio 3 – Saúde Mental: População Negra, Indígena e Quilombola

Episódio 4 – Ancestralidade, Patologia e Diagnóstico

Episódio 5 – Intelectuais Negras Contribuindo para a Construção da Psicologia



A autarquia é atualmente responsável pela secretaria executiva do fórum e, em 2021, realizou oito reuniões para tratar das questões relevantes para a Psicologia nacional, como as especialidades, questões políticas relacionadas à sociedade e à psicologia como ciência e profissão.

Entre as iniciativas esteve a criação de um repositório sobre Covid-19 em uma

plataforma de rede sociais, a discussão sobre a realização de estágios e práticas nos cursos de graduação em Psicologia no contexto da pandemia, bem como as definições das comissões executiva e científica para a 6ª Edição do Congresso Brasileiro Psicologia (CBP).

Em janeiro, o Conselho Federal de Psicologia, em conjunto com outras instituições que integram o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, assinou uma nota de repúdio elaborada pelo FENPB sobre as decisões tomadas pelo governo federal e o Ministério da Saúde em sua condução diante da pandemia da Covid-19.

MONITORAMENTO DE AÇÕES LEGISLATIVAS

A Assessoria Parlamentar (Aspar) do Conselho Federal de Psicologia tem como atribuições a análise e o monitoramento da tramitação dos projetos de lei de interesse da categoria. Sua atuação se dá a partir de planejamento e execução de estratégias com vistas a posicionar a Psicologia nas mais diversas pautas, em especial no exercício profissional, na participação em

políticas públicas e na promoção e garantia dos Direitos Humanos.

Ao longo de 2021, mais de 300 proposições legislativas tiveram sua tramitação monitorada pelo Conselho Federal de Psicologia. A Autarquia também esteve presente em audiências públicas, reuniões com assessorias em gabinetes de deputados e senadores e em seminários temáticos.

Exercendo sua atribuição legal de servir de órgão consultivo em matéria de Psicologia, o CFP disponibilizou pareceres e notas técnicas com subsídios para qualificar a apreciação de parlamentos quanto a projetos em debate. Foram ainda oficiadas(os) deputadas(os), senadoras(es) e gestoras(es) públicas(os) acerca de temas afeitos a projetos de lei de interesse da categoria. Entre as ações da Assessoria Parlamentar do CFP em 2021, destacam-se:

- ▶ **11/02/2021** – Audiência com parlamentar sobre o PL nº 4.887 de 2020, que regulamenta o exercício da profissão de constelador familiar sistêmico ou terapeuta sistêmico. Solicitado o arquivamento do projeto.
- ▶ **25/02/2021** – Reunião do Sistema Conselhos de Psicologia sobre projetos que dispõem sobre porte de arma e Psicologia de trânsito.
- ▶ **01/03/2021** – Reunião com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) para tratar da regulamentação da Lei nº 13.935 de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.
- ▶ **15/03/2021** – Reunião do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial.
- ▶ **26/03/2021** – Reunião com a Associação Brasileira de Municípios (ABM) para tratar a regulamentação da Lei nº 13.935 de 2019.
- ▶ **07/04/2021** – Envio de ofícios às(aos) senadoras(es) solicitando apoio para aprovar o PDL nº 55 de 2021 e apensados que sustam os Decretos nº 10.630, 10.628, 10627 de 2021, que dispõem sobre armas de fogo, publicados em 12 de fevereiro de 2021, que extinguíram a exigência de credenciamento

específico para que psicólogas(os) avaliem a aptidão para a posse e o porte de arma de fogo.

- ▶ **24/04/2021** – Seminário Nacional sobre Psicoterapia: Formação, Qualificação e Regulamentação, Realizado com Apoio da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) e Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap).
- ▶ **03/05/2021** – Reunião sobre a jornada de 30 horas para as(os) profissionais de Psicologia para discussão de estratégias.
- ▶ **18/05/2021** – Envio de ofícios a gestoras(es) estaduais, municipais e entidades municipais com minuta de projeto de lei para a regulamentação da Lei nº 13.935 de 2019.
- ▶ **20/05/2021** – Audiência pública Psicólogos e Assistentes Sociais nas Escolas e Implantação da Lei nº 13.935 de 2019.
- ▶ **17/05/2021** – Audiência pública da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) para debater o abuso sexual infantil e a família.
- ▶ **25/05/2021** – Audiência pública sobre Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica, realizada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
- ▶ **15/06/2021** – Envio de ofícios às(aos) Senadoras(es) membros da Comissão de Educação encaminhando o Parecer CFP nº 1 de 2021/GTEC/CG com manifestação contrária ao PLC nº 31 de 2010, que regulamenta o exercício da atividade de Psicopedagogia.
- ▶ **01/07/2021** – Reunião do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs) para tratar da PEC nº 108 de 2019, que dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais.

Em 02/09/2021, o Poder Executivo solicita a retirada de tramitação da PEC nº 108 de 2019.

- ▶ **01/07/2021** – Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos do CFP para tratar do PL nº 2.213 de 2021, que modifica a Lei de Execuções Penais – Exame criminológico para progressão e saídas temporárias. Foi discutida a necessidade de realização de estudos, análises e reflexões sobre o PL nº 2.213 de 2021.
- ▶ **19/07/2021** – Reunião sobre o piso salarial das(os) psicólogas(os) com parlamentares federais e distritais, com a participação do Conselho Federal de Psicologia (CFP), da Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) e dos Sindicatos dos Psicólogos do Distrito Federal (SindPsi-DF).
- ▶ **21/08/2021** – Oficina sobre a jornada de 30 horas para as(os) Psicólogas(os).
- ▶ **27/08/2021** – Audiência pública “Compromisso da Psicóloga e do Psicólogo com a Sociedade e com a Profissão em Tempos de Pandemia”. Realização: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte e Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Norte (CRP-17 RN).
- ▶ **30/08/2021** – Audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados para tratar do PL nº 1.214 de 2019 e do PL nº 2.079 de 2019 – Jornada de 30 horas e piso salarial das(os) profissionais da Psicologia.
- ▶ **15/09/2021** – Audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal para instruir o PL nº 3.517 de 2019, que dispõe sobre o acompanhamento integral para educandas(os) com dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.

- ▶ **24/09/2021** – Reunião da Coordenação da Regulamentação da Lei nº 13.935 de 2019 sobre a prestação de serviço de Psicologia e Serviço Social na rede pública de educação básica.
- ▶ **06/10/2021** – Reunião da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) sobre o PL nº 1.015 de 2015, que altera a Lei nº 4.119 de 1962, que “dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo”, para fixar o piso salarial da categoria.
- ▶ **04/11/2021** – Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados aprova o parecer ao PL nº 5.414 de 2016, que altera o art. 80 da Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- ▶ **07/11/2021** – Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados aprova o parecer ao PL nº 1.171 de 2019, que dá nova redação ao art. 80 da Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- ▶ **17/11/2021** – Reunião da Comissão de Finanças e Tributação (CFT). Pauta: PL nº **07/12/2021** – Reunião com o relator do PL nº 3.418 de 2021, na Câmara dos Deputados, para apresentar emenda que mantém a Lei nº 13.935 de 2019 no Fundeb.
- ▶ **18/11/2021** – Elaboração do Parecer nº 54/2021/GTEC/CG sobre o PL nº 1.705 de 2019, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para assegurar a autonomia profissional da(o) psicóloga(o).
- ▶ **07/12/2021** – Reunião com o relator do PL nº 3.418/2021, na Câmara dos Deputados, para apresentar emenda que mantém a Lei nº 13.935/2019 no Fundeb.
- ▶ **08/12/2021** – Reunião com parlamentares na Presidência da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para tratar da Emenda ao PL nº 3.418 de 2021, que altera do Fundeb.
- ▶ **07 e 08/12/2021** – Mobilização do Sistemas Conselhos de Psicologia na Câmara dos Deputados para aprovação de Emenda

ao PL nº 3.418 de 2021. Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

- ▶ **10/12/2015** – Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que “Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo”, para fixar o piso salarial da categoria. Aprovado requerimento de retirada de pauta.
- ▶ **10/12/2021** – Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados para tratar a organização da V Conferência Nacional de Saúde Mental.
- ▶ **14/12/2021** – Reunião da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF). Pauta: PL nº 1.214 de 2019 – aprovado o parecer do relator que acrescenta artigo à Lei nº 4.119 de 1962, para fixar a duração do trabalho do Psicólogo em até 30 horas semanais.
- ▶ **14/12/2021** – Audiência na Câmara dos Deputados com o relator do PL nº 2.079 de 2019, que dispõe sobre o piso salarial das(os) profissionais de Psicologia.

O Conselho Federal de Psicologia também mantém diálogos institucionais com outras entidades da Psicologia. Para este fim, o CFP participa do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB.

Com a pandemia de Covid-19 as reuniões passaram a ser remotas, com encontros mensais para discussões de temas relevantes para a Psicologia como ciência e profissão. Entre as iniciativas esteve a criação de um repositório sobre Covid-19 em uma plataforma de rede sociais, a discussão sobre a realização de estágios e práticas nos cursos de graduação em Psicologia no contexto da pandemia, bem como as definições das comissões executiva e científica para a 6ª Edição do Congresso Brasileiro Psicologia (CBP).

Resultados da área fim: fiscalização

Esta seção reúne dados mais diretamente relacionados à disciplina e fiscalização da atuação profissional, destacando que os três pilares da missão precípua do CFP – orientar, disciplinar e fiscalizar – são exercidos de forma transversal.

O CFP realiza tal função institucional por meio de sua Secretaria de Orientação e Ética (SOE), instância superior e de recurso do Sistema Conselhos de Psicologia nas funções que lhe competem.

Importante ressaltar que a SOE tem também como objetivo a gestão dos julgamentos de processos éticos, a revisão das normativas de orientação e fiscalização, bem como o fornecimento de diretrizes para atuação dos conselheiros e fiscais das(os) conselheiras(os) Regionais de Psicologia.

Além disso, promove anualmente os encontros das Comissões de Ética (COEs) e das Comissões de Orientação e Fiscalização (COFs). Confira a seguir as atividades e ações realizadas pela SOE no decorrer de 2021.

RESOLUÇÕES E INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Em 3 de fevereiro de 2021 foi publicada a Resolução CFP nº 1, prorrogando para o dia 1º de abril de 2021 a entrada em vigor da Resolução nº 36, de 21 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a realização de atos processuais, audiências e julgamentos por videoconferência de processos disciplinares, durante o período de pandemia de Covid-19, com o uso de tecnologias de informação em caráter excepcional, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia.

A edição de tais instrumentos normativos compreendeu a urgência de se retomar a função precípua do Sistema Conselhos de Psicologia ao disciplinar a categoria, promovendo a possibilidade de atuação remota alinhada com o seu Código de Ética – sem deixar de lado as possibilidades de fiscalização por parte dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia.

JULGAMENTO DE PROCESSOS DISCIPLINARES

Nos meses de maio a novembro de 2021, procedeu-se ao julgamento, de forma remota, dos processos disciplinares. A quantidade de julgamentos de processos disciplinares foi distribuída da seguinte forma: Três processos disciplinares foram julgados em maio;

- ▶ Três processos disciplinares foram julgados em junho;
- ▶ Dois processos disciplinares foram julgados em julho;
- ▶ Três processos disciplinares foram julgados em agosto;
- ▶ Três processos disciplinares foram julgados em setembro;
- ▶ Dois processos disciplinares foram julgados em outubro;
- ▶ Quatro processos disciplinares foram julgados em novembro.

Ao longo de 2021, portanto, um total de 20 processos disciplinares foram julgados pelo CFP.

ACOMPANHAMENTO E SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS

A Secretaria de Orientação e Ética (SOE) elaborou um documento com os procedimentos e parâmetros para a construção, pelos Conselhos Regionais, do “Planejamento Anual das Atividades de Fiscalização do Exercício Profissional”.

Além de receber o relatório completo (quantitativo e qualitativo) sobre as atividades de fiscalização dos Conselhos Regionais referente a 2021, a SOE prestou acompanhamento, orientação e supervisão de questões específicas quanto à ética profissional e de orientação e fiscalização do exercício profissional, bem como sobre procedimentos disciplinares conforme o Código de Processamento Disciplinar (CPD). Esse caráter de acompanhamento e supervisão merece destaque, pois está presente em todas as reuniões.

COE E COF: ENCONTRO NACIONAL

O Encontro Nacional de COE e COF ocorre ordinariamente, uma vez ao ano, na sede do Conselho Federal de Psicologia. Participam os presidentes das Comissões de Orientação e de Fiscalização (COFs) e os presidentes das Comissões de Ética (COEs), bem como os técnicos das respectivas Comissões.

Durante os encontros, é fomentado o diálogo entre a técnica e a ética, no qual se articulam os 24 Conselhos Regionais de Psicologia, visando à qualidade do exercício profissional, à troca de experiências e saberes que englobam a orientação e à fiscalização.

Conforme orienta a Resolução CFP nº 010 de 2017, que institui a Política de Orientação e Fiscalização, em seu art. 6º, VI – “Programar, convocar e realizar reuniões anuais sobre assuntos de sua competência, com as(os) psicólogas(os) agentes de orientação e fiscalização, garantindo a representatividade de conselheiras(os) e a participação de funcionárias(os) de todos Regionais”, foi realizado em 2021, de forma virtual, o Encontro Nacional de Comissões de Ética (COE) e Comissões de Orientação e Fiscalização (COF), sendo o Encontro Nacional de COE no dia 21 de outubro e o Encontro Nacional de COF em 25 de outubro.

O diálogo abordou a troca de experiências entre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia sobre a realização dos julgamentos de processos éticos por videoconferência, além de apresentar às(aos) presidentes de COFs a versão final da Nota Técnica sobre Publicidade Profissional nas Redes Sociais.

Foram realizadas, ainda, de forma virtual, três Reuniões de Orientação das COEs (respectivamente, em 9 de fevereiro, 9 de março e 23 de março), nas quais foram debatidas questões sobre a implementação da Câmara de Mediação, tramitação dos processos e criação de fluxo para efetivar a realização do julgamento on-line, conforme determina a Resolução CFP nº 36 de 2020.

Outras ações da SOE foram destinadas à orientação sobre julgamento on-line, fiscalizações e diversos temas afeitos à profissão.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

No ano de 2021, o Conselho Federal de Psicologia julgou um total de 23 recursos de processos administrativos, conforme a tabela a seguir.

MÊS DE REFERÊNCIA	QUANTIDADE DE PROCESSOS JULGADOS
Janeiro	Não houve.
Fevereiro	Não houve.
Março	Não houve.
Abril	8
Maio	3
Junho	Não houve.
Julho	Não houve.
Agosto	Não houve.
Setembro	Não houve.
Outubro	8
Novembro	4
Dezembro	Não houve.
Total geral	23

SERVIÇOS PSICOLÓGICOS VIA TICS

No ano de 2021, foram julgados 75 recursos no Conselho Federal de Psicologia (2ª instância) referentes a serviços psicológicos por meio de TICs. O número representa um aumento de 341% em relação ao ano de 2020.

RECURSOS APLICADOS NAS ATIVIDADES FINALÍSTICAS

Os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia têm como principal função orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de psicóloga(o) em obediência ao que dispõe a Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971.

As atividades de fiscalização são coordenadas a nível nacional, e sua execução realizada de forma regionalizada por seus respectivos Conselhos. Não sendo implementada diretamente pelo Conselho Federal de Psicologia, a Autarquia não tem custos diretos na função fiscalizadora.

Os custos das atividades de fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia são apurados e demonstrados individualmente nos relatórios de gestões de cada conselho regional.

Para as funções de orientar e disciplinar, o CFP apura os custos diretos aplicados no decorrer do exercício.

No ano de 2021 o CFP gastou R\$ 1.302.013,12 diretamente em atividades relacionadas a orientação e disciplina do exercício profissional.

RELAÇÃO DOS GASTOS 2021 (ORIENTAR E DISCIPLINAR)

ATIVIDADES/AÇÕES	VALOR APLICADO
Ações do Planejamento Estratégico 2020/2022	R\$ 853.265,24
Revista Ciência e Profissão	R\$ 54.410,00
Revista Diálogos	R\$ 52.151,44

ATIVIDADES/AÇÕES	VALOR APLICADO
Crepop	R\$ 132.144,08
Publicações dos CRPs	R\$ 188.892,20
GTs da APAF	R\$ 21.150,16
TOTAL	R\$1.302.013,12

GASTOS COM INDENIZAÇÃO A CONSELHEIRAS (OS)

O Plenário do Conselho Federal de Psicologia é composto por 22 conselheiros, sendo nove efetivos, nove suplentes e quatro convidados.

Por serem cargos honoríficos, as conselheiras (os) do CFP não são remuneradas (os) no exercício de suas funções. Recebem apenas verbas de caráter indenizatório. As verbas indenizatórias pagas a conselheiras (o) são: diárias e ajudas de custos.

No ano de 2021 os valores de diárias e ajudas de custos praticados pelo CFP para colaboradores, funcionários e conselheiros foram: Diária – R\$ 710,00 para eventos de um dia e R\$ 610,00 para atividades com duração de mais de um dia; e Ajuda de Custo – R\$ 360,00 para atividades fora da localidade do participante e R\$ 180,00 para eventos realizados na mesma localidade do participante.

Nos pagamentos de diárias para eventos que o Conselho custeia a hospedagem, os valores das diárias são pagos pela metade.

No ano de 2021, o CFP pagou a conselheiras(os) o total de R\$ 41.940,00 a título de diárias e R\$ 1.800,00 a título de ajuda de custos.

Ao longo deste relatório destaca-se os inúmeros eventos realizados de forma remota, o que acarretou a diminuição das despesas com indenizações a conselheiras (os) nos anos de 2020 e 2021.

VERBAS INDENIZATÓRIAS PAGAS A CONSELHEIRAS(OS) EM 2021	VALOR
Diárias a Conselheiras(os)	R\$ 41.940,00
Ajuda de Custos a Conselheiras(os)	R\$ 1.800,00
TOTAL	R\$ 43.740,00

INDENIZAÇÕES A CONSELHEIRAS(OS) – ÚLTIMOS 3 ANOS	
2019	R\$ 422.039,34
2020	R\$ 64.715,00
2021	R\$ 43.740,00

DESPESA DE PESSOAL

Os gastos do Conselho Federal de Psicologia com pessoal (efetivos e comissionados) no ano de 2021 foi de R\$ 17.840.875,20, dividido nos seguintes grupos: Remunerações: R\$ 11.940.923,58, Encargos: R\$ 3.588.767,47 e Benefícios: R\$ 2.311.184,15.

As despesas de pessoal tiveram acréscimo de 11,63% em relação ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DESPESA DE PESSOAL – ÚLTIMOS TRÊS ANOS

DESPESA DE PESSOAL		
ANO	VALOR	VAR. %
2019	R\$ 16.433.612,43	-
2020	R\$ 15.981.853,79	-2,75%
2021	R\$ 17.840.875,20	11,63%

Excluídas as despesas com indenizações trabalhistas decorrentes de decisões judiciais.

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA

Além da despesa de pessoal, em 2021 o CFP realizou contratação de mão de obra terceirizada no montante de R\$ 381.252,32.

MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA	
Serviços de Limpeza, Conservação e Jardinagem	R\$ 265.159,60
Serviços de Apoio Administrativo e Operacional	R\$ 116.092,72
TOTAL	R\$ 381.252,32

DESPESA DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Fazendo uma relação das despesas de pessoal com a receita corrente do exercício (excluídas as receitas de Fundo de Seções/Sustentabilidade, pelo fato do CFP ser apenas o arrecadador), ao final de 2021 observa-se que as despesas de pessoal consumiram 40,16% da receita corrente líquida.

ANO	DESPESA DE PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% PESSOAL/ RECEITA
2019	R\$ 16.433.612,43	R\$ 36.508.911,13	45,01%
2020	R\$ 15.981.853,79	R\$ 37.984.646,54	42,07%
2021	R\$ 17.840.875,20	R\$ 44.428.012,81	40,16%

Excluídas as despesas com indenizações trabalhistas decorrentes de decisões judiciais.

CAPÍTULO

4. Gestão da Tecnologia da Informação

Para assegurar a conformidade legal da Gestão da Tecnologia da Informação, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) observa e tem continuamente aprimorado a aplicação de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo governo federal. O CFP aumentou seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

Setor de Desenvolvimento de Sistemas (SDS)

O SDS é responsável por desenvolver novos sistemas, pesquisar e implementar novas tecnologias, realizar manutenção e dar suporte técnico aos sistemas desenvolvidos, bem como documentar o processo de desenvolvimento, especificar requisitos e desenvolver sites e hotspots. Compete ao SDS assessorar a gestão do CFP, comissões e Regionais em questões tecnológicas. O setor é responsável pela gestão de sistemas complexos envolvendo a base cadastral da Psicologia, que já passa de 400 mil profissionais ativos, assim como o sistema de eleições e, futuramente, a emissão das novas carteiras de identidade profissional. Os serviços prestados pelo SDS possuem, ainda, interface com a categoria, cidadãos, outros órgãos públicos e empresas privadas.

Contratações mais relevantes de recursos de TI: nova CIP e aplicativo

A nova carteira de identidade profissional da Psicologia proporcionará à categoria um documento mais seguro, prático e durável, que será confeccionado em material plástico, havendo também a sua versão digital. O aplicativo, e-CIP, além da identificação do profissional, disponibilizará outros serviços prestados pelo Sistema Conselhos de Psicologia. A categoria ainda terá acesso a certificado digital a custos mais acessíveis. Essa contratação está em andamento e será concluída em 2022.

A confecção e emissão da nova carteira, associada ao novo Sistema de Gestão Cadastral Financeiro, Processos e Fiscalização, representará um avanço para o Sistema Conselhos de Psicologia. Essas contratações ampliarão o acesso da categoria aos serviços prestados pelos Conselhos de Psicologia, de forma simples e ágil.

Principais iniciativas e resultados por cadeia de valor

GT DA NOVA CIP

A Assembleia das Políticas, Administração e das Finanças (APAF) de maio de 2017 criou o Grupo de Trabalho da Nova Carteira de Identidade Profissional (GT da Nova CIP), com o objetivo

de elaborar a nova proposta das carteiras profissionais a ser aplicada a todo o Sistema Conselhos de Psicologia. É um modelo mais moderno, prático e seguro, que agrega novos elementos.

O GT é composto pelo CFP, o CRP-05, o CRP-07, o CRP-18, o CRP-19 e o CRP-20. Em virtude das recentes mudanças na emissão de certificados digitais para conselhos de profissão, o GT decidiu realizar adequações no projeto e propor uma nova resolução na próxima APAF, permitindo que a categoria tenha acesso aos certificados digitais a custos acessíveis.

A Resolução CFP nº 2 de 2021 sobre a nova carteira foi aprovada em dezembro de 2020 e publicada em abril do ano seguinte. Posteriormente, essa resolução sofreu ajustes nos itens referentes à forma de emissão e cobrança dos certificados digitais. O novo texto foi publicado na Resolução CFP Nº 10/2021.

Em novembro, o GT apresentou a minuta de resolução sobre o porta-cartão em sistema Braille. O Porta-CIP para a carteira de identidade profissional da psicologia é um porta-documentos gravado com escrita em sistema Braille, constituindo aparato acessório das CIPs, regulamentadas pela Resolução CFP nº 2 de 1º de abril de 2021.

A minuta de resolução foi aprovada na APAF realizada em novembro de 2021 e será publicada em breve. Os trabalhos do grupo continuam. O GT possui, ainda, a tarefa de elaborar a minuta de resolução para a inscrição secundária.

GT DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Grupo de Trabalho de Tecnologia da Informação (GT de TI) foi criado pela APAF de dezembro de 2017, com o objetivo de propor soluções que sejam aplicadas a todo o Sistema Conselhos de Psicologia, respeitando a realidade de cada entidade.

O grupo está atuando:

- ▶ Nas especificações das tecnologias para a nova Carteira de Identidade Profissional, em conjunto com o GT da Nova CIP;
- ▶ Na implantação do SEI nos Regionais;
- ▶ Na implantação do novo Sistema Cadastral, Financeiro e outros módulos;
- ▶ No compartilhamento de ferramentas;
- ▶ Na elaboração do Plano Nacional de Tecnologia da Informação (PNTI);
- ▶ No Projeto Ouvidorias nos CRs;
- ▶ Na análise de impacto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 2018.

O grupo é composto pelo CFP e os CRPs 1, 4, 5, 6, 7, 8 e 15.

Ações executadas:

- ▶ O grupo realizou três reuniões em 2021. Os técnicos realizaram cerca de 30 reuniões;
- ▶ Acompanhamento da implantação do Sistema de Gestão Cadastral Financeiro e outros módulos, o BRC;

- ▶ Auxílio nas implantações do BRC nas regiões RO/AC, SC e SP;
- ▶ Avaliação dos itens de melhoria de software proposta para o BRC, elencando prioridades;
- ▶ Auxílio na construção do modelo padrão para as próximas implantações do BRC;
- ▶ Apoio na elaboração do Termo de Referência da nova CIP;
- ▶ Participação em reuniões com empresas especializadas na confecção de documentos e certificadoras.

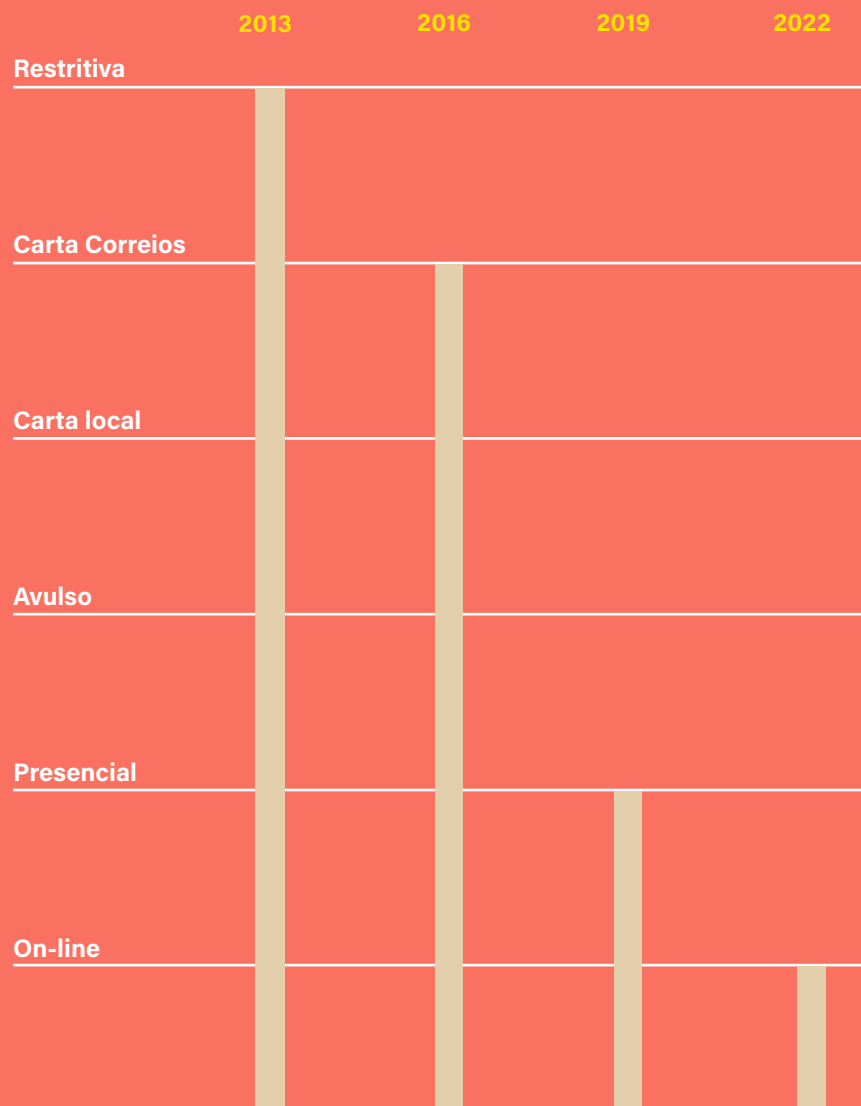
ELEIÇÕES 2022

O regimento das eleições da Psicologia de 2022 trouxe muitas inovações que facilitarão o acesso aos mecanismos de votação, bem como conferirão agilidade ao processo eleitoral.

O Sistema Conselhos de Psicologia realizou a primeira eleição on-line em 2013 e, além dessa modalidade de votação, havia outras quatro: presencial; avulsa; carta local; carta Correios restritiva.

À época, foram encaminhados kits de votação por correspondência para às(aos) profissionais que moravam há mais de 50 km de distância das sedes, subsedes ou seções dos conselhos. A votação por carta poderia ser exercida de duas maneiras – enviada via Correios ou entregue diretamente nos Conselhos Regionais de Psicologia.

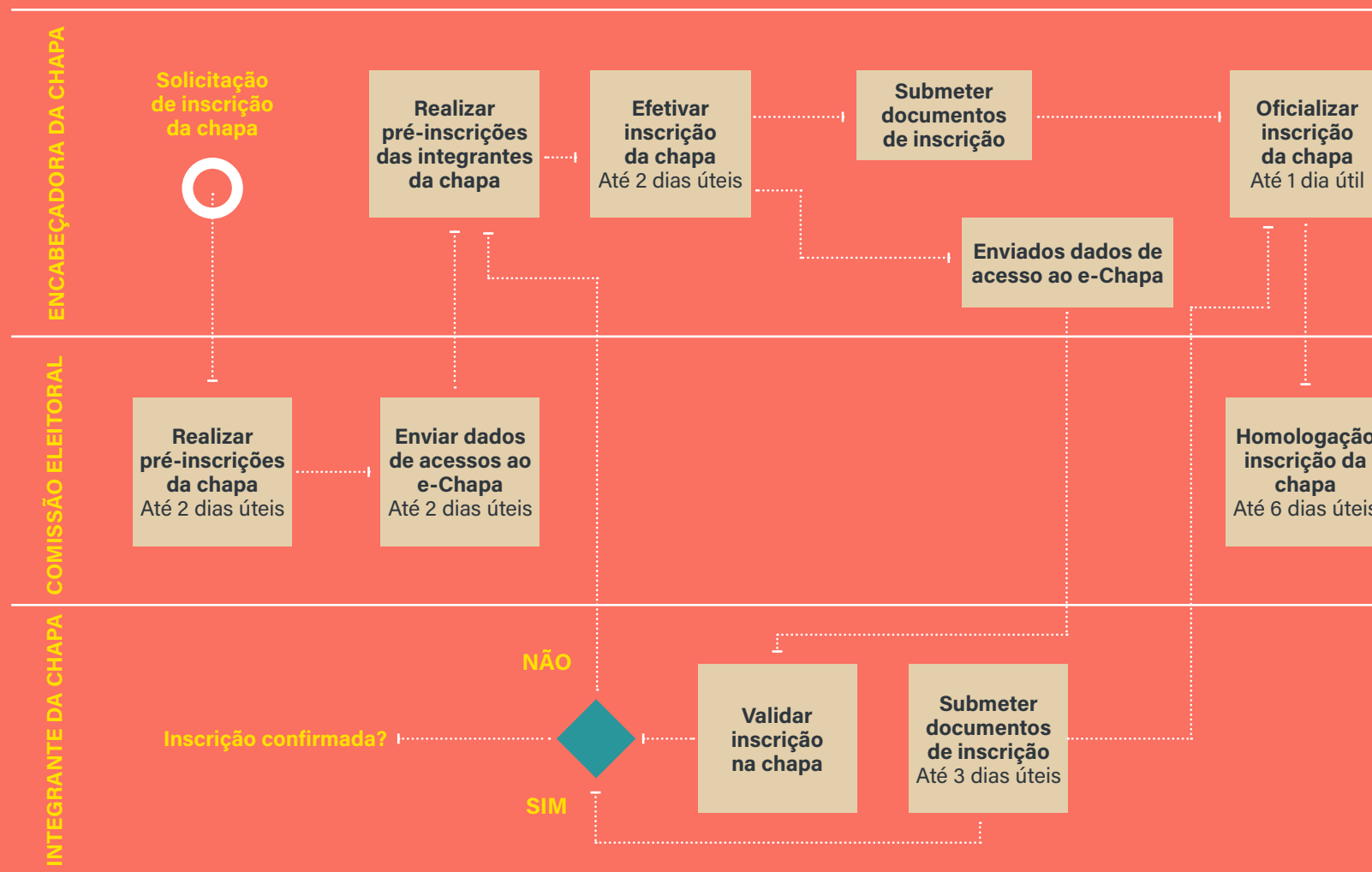
GRÁFICO | HISTÓRICO DAS MODALIDADES DE VOTAÇÃO



Naquele ano, as(os) profissionais que receberam o kit de votação eram obrigadas(os) a votar por correspondência. Já em 2016 não houve essa restrição: as(os) psicólogas(os) puderam escolher se votariam por outras modalidades. O formato de votação avulsa se destinava às(aos) profissionais que não haviam recebido o kit de votação por correspondência e não podiam votar de forma presencial ou on-line.

Em 2022 haverá apenas a modalidade on-line de votação. Assim, os Regionais não terão que montar uma estrutura complexa para realização do voto presencial, a qual costumava envolver uma grande quantidade de profissionais e equipamentos. Nas eleições anteriores, as(os) psicólogas(os) tinham apenas o dia 27 de agosto para realizar algum ajuste financeiro; já em 2022, a categoria poderá ajustar as pendências cadastrais entre os dias 23 e 27 de agosto, e não será obrigada a votar no Regional, podendo exercer seu **voto a partir de qualquer dispositivo de sua preferência**.

GRÁFICO | FLUXO DE INSCRIÇÃO DE CHAPAS – CADASTRO DE CHAPA



Outra inovação está no cadastro das chapas. Nas eleições anteriores, a inscrição das chapas era realizada por intermédio de e-mails, planilhas e formulários físicos. Para o pleito de 2022, o Conselho Federal de Psicologia iniciou o desenvolvimento do **Sistema de Cadastro de Chapas (e-Chapas)**. Essa ferramenta fará a integração com os sistemas de gestão cadastral financeira e agilizará as verificações e o processo de cadastro e homologação das chapas que concorrerão, além de trazer mais transparência ao processo.

O CFP desenvolverá também um **site específico para as eleições**. Nos pleitos passados eram utilizados sites desenvolvidos pelas empresas que forneciam o sistema eleitoral e, após o pleito de cada ano, ele permanecia disponível por um curto período de tempo – sendo as informações sobre o processo eleitoral pulverizadas nos sites institucionais dos conselhos e também nos portais de transparência.

O site que será desenvolvido pelo Conselho Federal será composto por 25 sites, um para o CFP e os demais para os Regionais, centralizando-se todas as informações sobre as eleições do Sistema Conselhos de Psicologia, mesmo após o término do pleito.

CONGRESSO NACIONAL DA PSICOLOGIA (CNP)

O Sistema Conselhos de Psicologia realizará, em 2022, o 11º Conselho Nacional da Psicologia (CNP), cujo tema será **“Impacto Psicossocial da Pandemia: Desafios e Compromissos para a Psicologia Brasileira Frente às Desigualdades Sociais”**. O CNP é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia, que agrega o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e os 24 Conselhos Regionais de Psicologia (CRP).

GRÁFICO | FASES DO CNP

Eventos preparatórios e propostas avulsas on-line



Fomentar debate e produzir propostas para os PRÉ-COREPS

PRÉ-COREPS



Apreciar propostas avulsas e dos eventos preparatórios, produzir novas propostas para os COREPS e eleger delegadas para os COREPS

COREPS



Apreciar propostas dos PRÉ-COREPS e eleger delegadas para o CNP

CNP



Apreciar propostas dos COREPS e produzir o Caderno de Deliberações

As(os) psicólogas(os) podem enviar propostas com diretrizes gerais sobre um tema ou uma área da Psicologia que deverá nortear a atuação da próxima gestão dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. As propostas devem ser encaminhadas por intermédio do sistema de propostas, o e-CNP.

A tecnologia terá função importante nessa edição do evento. Além da elaboração do site, será necessário acrescentar **novas funcionalidades ao e-CNP**. A primeira versão desse sistema foi utilizada em 2019 e contemplava apenas as fases de Coreps e CNP. Para o pleito de 2022, a ferramenta receberá três novos módulos para contemplar os eventos preparatórios e o envio de propostas avulsas, bem como os pré-Coreps.

A nova versão do e-CNP permitirá que todas as propostas sejam criadas digitalmente, de acordo com o regulamento do 11º CNP, permitindo mais agilidade na recepção e sistematização das propostas durante todas as etapas do congresso.

SISTEMA DE GESTÃO CADASTRAL, FINANCEIRA, DE PROCESSOS E DE FISCALIZAÇÃO

O sistema de gestão cadastral, financeira, de processos e de fiscalização é a principal ferramenta de trabalho nos Conselhos Regionais, sendo responsável pela gestão da base de dados da categoria, emissão de boletos e fiscalização do exercício profissional.

O sistema utilizado atualmente foi desenvolvido há mais 15 anos, e já não atende às necessidades do Sistema Conselhos de Psicologia. O novo sistema proporcionará às psicólogas e aos psicólogos mais acessos aos serviços prestados pelos Conselhos Regionais, e com mais agilidade. Esta **nova ferramenta é totalmente web**, e poderá ser acessada a partir de smartphones, tablets e computadores em geral – além de possuir recursos de acessibilidade.

O projeto-piloto foi realizado no Conselho Regional da 6ª Região – SP. Nesse Regional foi produzido o levantamento de requisitos e o mapeamento de fluxos e processos. A primeira migração ocorreu em maio de 2020, no CRP-PR, e a segunda em novembro de 2020, no CRP-RS. A migração do CRP-SP foi concluída em dezembro de 2020. No entanto, o regional iniciou a utilização do sistema em setembro de 2021, após o ajuste em algumas funcionalidades. Em junho de 2021 o CRP-SC concluiu a implantação do BRC.

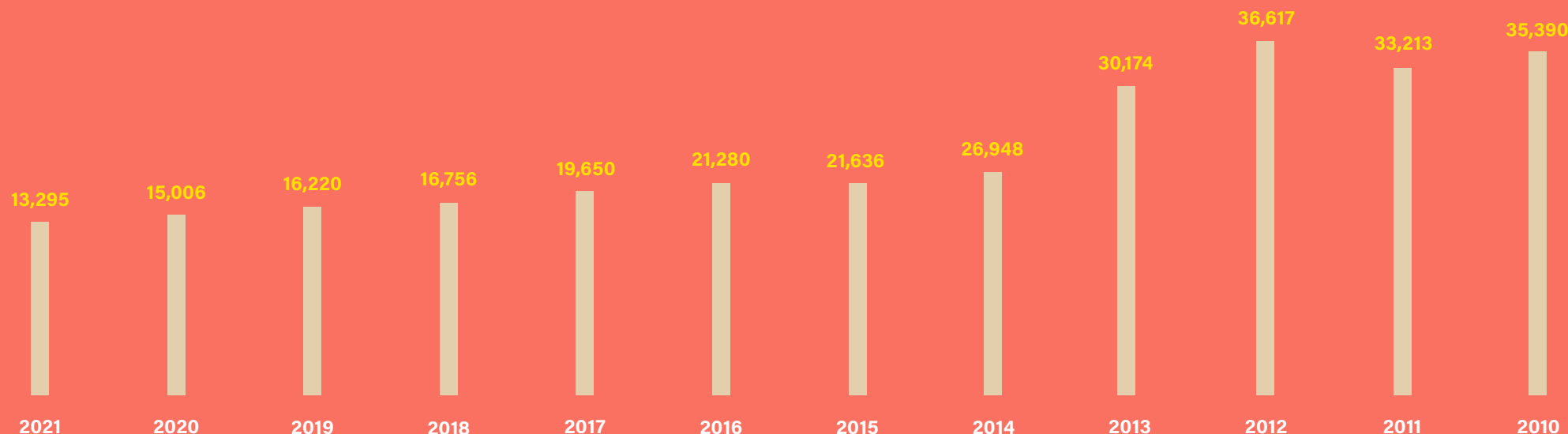
CADASTRO NACIONAL

O Cadastro Nacional de Psicólogas e Psicólogos ultrapassou a marca de 410 mil profissionais ativos, distribuídos nos 24 Conselhos Regionais de Psicologia.

A base do Cadastro Nacional não é integrada às bases regionais e, periodicamente, os CRs devem encaminhar backups para sincronização pelo CFP à base nacional. A sincronização é um procedimento manual e demorado. O sistema utilizado atualmente não possui tecnologias que possibilitem a integração automática dessas informações, dificultando a integração com outros sistemas, como o e-Psi.

Quando o profissional atualiza seus dados no Regional, essa atualização só chega ao Federal quando o CR encaminha o backup e o CFP efetua a sincronização. Esse processo pode levar dias, tendo em vista que os arquivos são grandes e que ocorrem erros durante o seu envio ou a sua geração. Por outro lado, a **nova ferramenta licitada, que está na fase de implantação**, permite a atualização das informações de forma mais rápida e automatizada, não sendo necessária a sincronização de bases.

GRÁFICO | NOVAS(OS) PSICÓLOGAS(OS) INSCRITAS(OS) EM 2021



SISTEMA DE INSCRIÇÕES EM EVENTOS

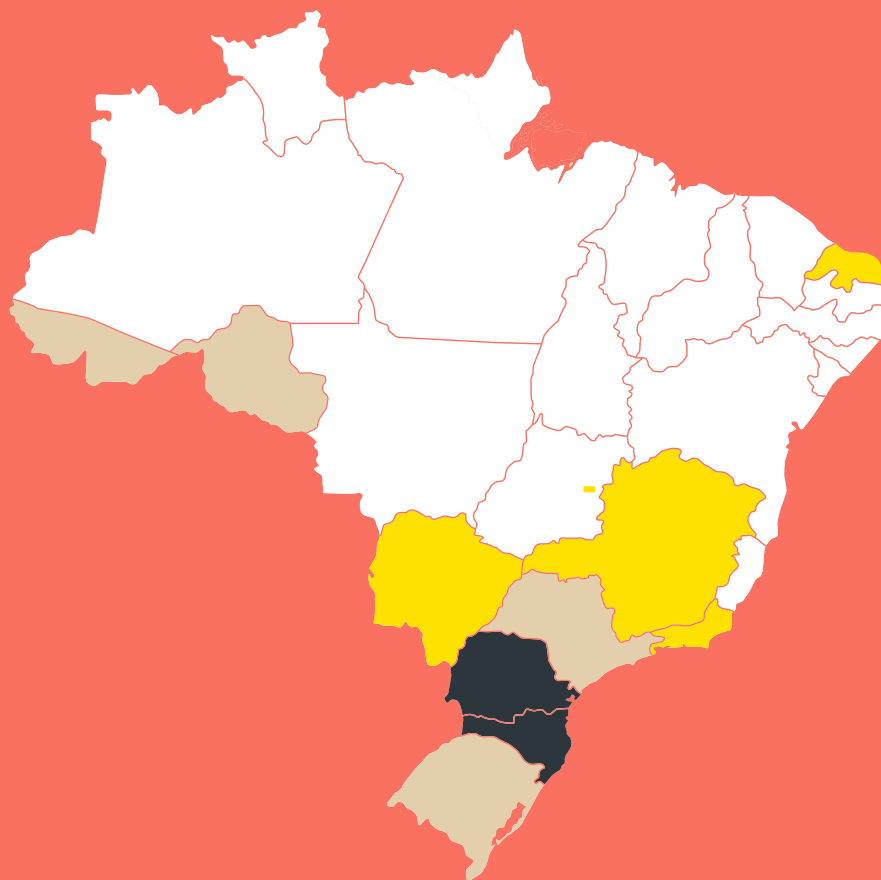
O sistema de inscrição em eventos foi desenvolvido pelo CFP em 2006 e já foi utilizado em 127 atividades, organizadas ou apoiadas pelo CFP. A cada evento é necessário desenvolver uma nova versão do sistema de inscrição para atender às necessidades de seus organizadores e participantes. A base de dados desse sistema conta com quase 180 mil participantes inscritos, e já recebeu a inscrição de quase 50 mil trabalhos.

Criado há 14 anos, hoje o sistema de inscrições em eventos já se mostra obsoleto. Nesse sentido, a equipe de desenvolvimento está reformulando a ferramenta, com base em outra tecnologia, que proporcionará mais agilidade para configuração e menos dependência do time de desenvolvedores.

Em 2021, a plataforma atual do Sistema de Inscrição em Eventos foi configurada ou atualizada para as seguintes atividades:

- ▶ Webinar Nacional Psicologia e Execução Penal;
- ▶ Seminário do CREPOP 15 Anos;
- ▶ III Seminário Catarinense de Avaliação Psicológica;
- ▶ I Seminário Nacional de Psicologia e Enfrentamento ao Racismo;
- ▶ VIII Congresso Latino-Americano de Psicologia.

GRÁFICO | COMPARATIVO DE IMPLANTAÇÃO SEI X BRC



SISCAF



BRC



SISCAF E SEI



BRC E SEI

CADASTRO E-PSI

A plataforma utilizada para habilitar as(os) psicólogas(os) que desejam prestar atendimento on-line, de acordo com a Resolução CFP nº 11 de 2018, recebeu um grande volume de acessos em 2020. A procura pelo e-Psi no início de daquele ano representou um aumento de 1.058,82%. A equipe de TI teve que organizar uma estrutura especial para atender às demandas desse sistema. Foi realizada uma força-tarefa para atender à categoria e aos regionais, além de criar novos mecanismos para facilitar e agilizar o acesso à plataforma.

Em 2021, um total de 14.502 novos cadastros foi recebido pela plataforma. O número de novos cadastros por ano difere do somatório das avaliações realizadas anualmente. Isso ocorre porque alguns processos são avaliados no ano seguinte.

IMPLANTAÇÃO DO SEI NOS CONSELHOS REGIONAIS

Ao longo do último ano, o Comitê Gestor do SEI (CGSEI) continuou os trabalhos de implantações do sistema nos Conselhos Regionais de Psicologia. Até o ano de 2020 havia dois Regionais na plataforma SEI, e, em 2021, esse número aumentou para sete. O ritmo das implantações não é necessariamente célere, pois há concorrência com a implantação do novo sistema de gestão cadastral, financeiro, processos e fiscalização, o BRC. Ambos os sistemas são complexos e requerem muitos esforços do Conselho Federal, em concerto com os Conselhos Regionais.

GRÁFICO | AVALIAÇÕES DO E-PSI POR ANO

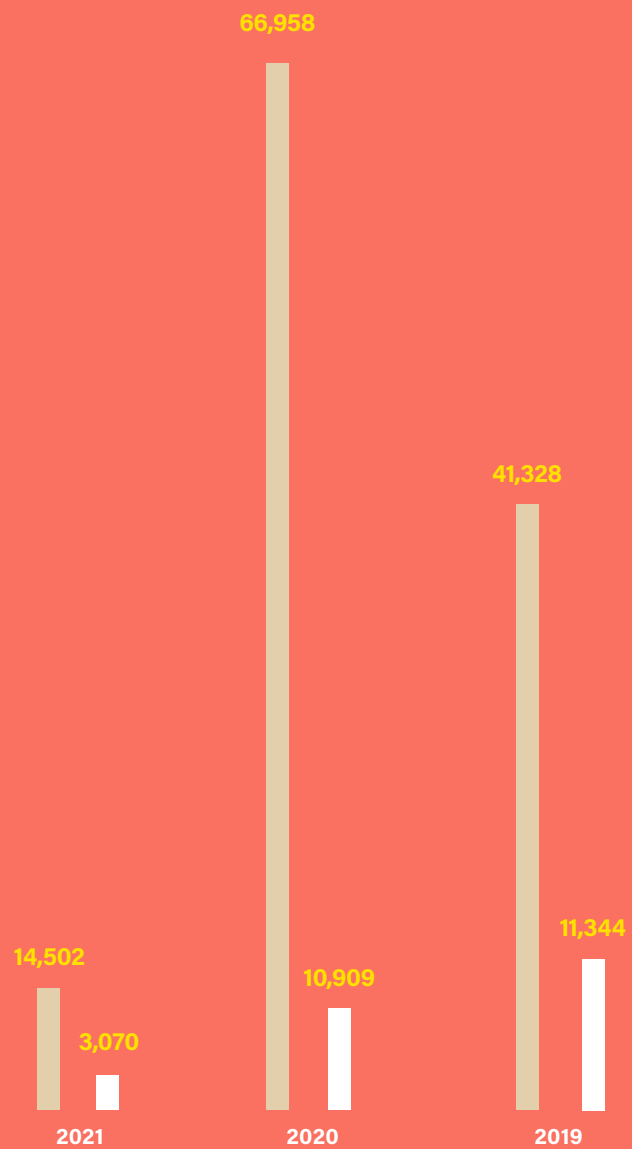
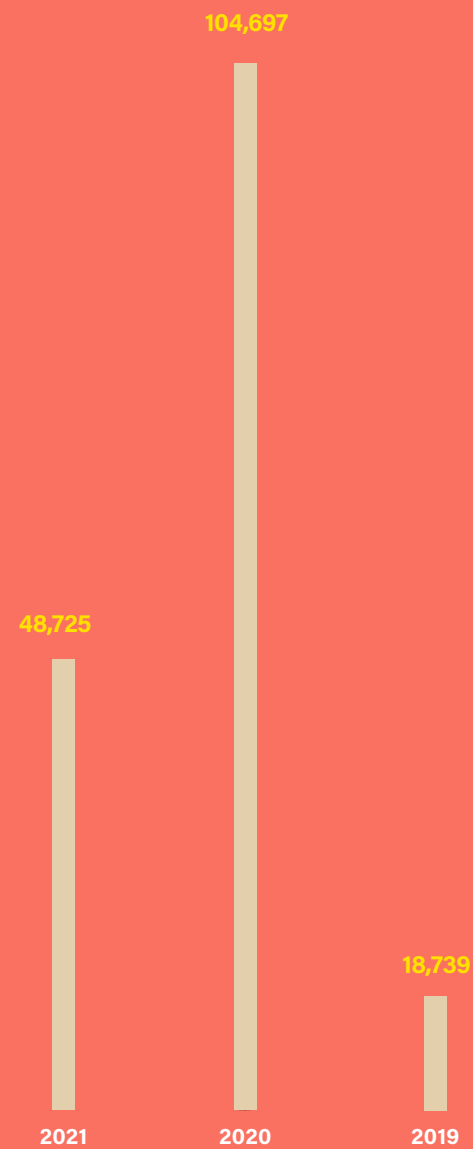


GRÁFICO | NOVOS CADASTROS E-PSI POR ANO



LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A área de Gestão de Tecnologia da Informação do CFP e o Grupo de Trabalho de TI têm intensificado os esforços para oferecer serviços on-line seguindo as melhores práticas de segurança. Além disso, estão realizando estudos de impacto sobre a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A LGPD foi pautada na APAF de dezembro de 2018, que, por sua vez, designou o Grupo de Trabalho em Tecnologia da Informação para analisar os impactos e propor soluções para que o Sistema Conselhos de Psicologia se adequasse aos seus preceitos.

O primeiro passo do GT de TI foi debater o tema no 1º Seminário Nacional de Tecnologia da Informação, realizado nos dias 5 e 6 de novembro de 2019. O colegiado destaca que a proteção de dados não é um tema exclusivo da área de segurança da informação, tampouco da área jurídica do órgão. A responsabilidade pelo cumprimento da lei é de todo o órgão público, desde sua autoridade máxima, passando pelas áreas meio e fim.

O cumprimento da lei se dá no dia a dia: na execução dos processos de trabalho da instituição, na concepção e execução de projetos, serviços ou produtos, no cumprimento de suas competências legais, na elaboração do seu modelo de negócio e na sua cadeia de valor. Nesse sentido, o Grupo de Trabalho recomendou que os regionais convidassem as(os) funcionárias(os) a realizarem os cursos gratuitos disponibilizados pela Enap: **Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais e Proteção de Dados Pessoais no Setor Público.**

O GT ainda não concluiu a elaboração do Termo de Referência, cujo objetivo é estabelecer parâmetros e diretrizes que nortearão a contratação de uma pessoa

jurídica especializada para a prestação de serviços para o fornecimento de diagnóstico, sob a ótica da privacidade e proteção de dados pessoais, que identifique as demandas para atendimento à LGPD nos negócios, processos e sistemas existentes no Conselho Federal de Psicologia.

Em 2021 o CFP ofertou ao Sistema Conselhos de Psicologia o curso de implementação da LGPD. O treinamento foi realizado de forma híbrida entre os dias 17 e 19 de novembro.

LANDING PAGES DESENVOLVIDAS

- ▶ #RevogaDecretosDasArmas #NaoSomosAlvo
- ▶ #DigaNãoPEC186 #AuxilioSimDesmonteNão
- ▶ #DefesaDaLei13935 #Lei13935noFundeb #Lei13935noFundebÉLegal
- ▶ #DerrubaPEC32
- ▶ #30hPsicologia #Psicologia30horasJá

QUESTIONÁRIO E CONSULTAS ON-LINE

Ao logo do ano de 2021, a área de Gestão da Tecnologia do CFP desenvolveu formulários personalizados para a realização de questionários e consultas públicas, com o objetivo de coletar informações sobre a categoria no exercício profissional: **Consulta Pública sobre a Exclusividade da Psicoterapia para Psicólogos (os); e Atuação das Psicólogas(os) na Política de Prevenção da Autolesão e do Suicídio e Posvenção.**

OUTROS SISTEMAS E SITES DESENVOLVIDOS/ATUALIZADOS

SISTEMA	DESCRIÇÃO
Cadastro Geral	Gerencia os cadastros de pessoas físicas e jurídicas do CFP/CRPs, exceto os das(os) psicólogas(os).
Cadastro Geral – API	Módulo de integração do Cadastro Geral para exibir a composição do plenário/diretoria do(s) CFP/CRPs nos sites institucionais e também no Portal da Transparência. Utilizado pelo CFP e também pelos CRs.
Cadastro Geral – MIPS	Mapa de incidência política e social do Sistema Conselhos de Psicologia.
Cadastro Site	Cadastro de sites para atendimento on-line conforme a Resolução nº 11/2012 – Ativo apenas para consultas.
Certificado On-line	Gerencia a emissão de certificados aos participantes dos eventos organizados ou apoiados pelo CFP.
Eleições 2016	Plataforma destinada aos funcionários dos Conselhos, hospeda os materiais relacionados às eleições do Sistema Conselhos de Psicologia.
Eleições 2019	Plataforma destinado aos funcionários dos Conselhos, hospeda os materiais relacionados às eleições do Sistema Conselhos de Psicologia.

SISTEMA	DESCRIÇÃO
Infográfico Quantos Somos	Integrado à base de dados do Cadastro Nacional, exibe alguns indicadores quantitativos das(os) profissionais inscritas(os).
Pesquisa/Consulta – Tabela de Honorários	Consulta sobre tabela de honorários.
Pesquisa/Consulta – Temas do 9º CNP	Consulta sobre temas do 9º CNP.
Pesquisa/Consulta – Direitos Sexuais e Reprodutivos 2015	Consulta sobre direitos sexuais e reprodutivos.
Pesquisa/Consulta – Direitos Sexuais e Reprodutivos 2016	Políticas e ações em Psicologia no campo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos.
Pesquisa/Consulta – Eleições On-line	Sistema que realizou enquete sobre eleições on-line para o Sistema Conselhos de Psicologia.
Pesquisa/Consulta – Populações Tradicionais, Indígenas e Quilombolas	Atuação de psicólogas e psicólogos na temática das Populações Tradicionais, Indígenas e Quilombolas.
Pesquisa/Consulta – Psicologia e Esporte	Censo sobre a atuação no campo de interface entre Psicologia e Esporte.
Pesquisa/Consulta – Psicologia na Educação	Psicologia na Educação.
Prêmio Avaliação Psicológica	Prêmio Avaliação Psicológica.
Sistema de Gerenciamento de Informações Financeiras	Realiza a conferência dos arquivos de retorno do BB referente aos valores repassados pelos CRs ao CFP.

SISTEMA	DESCRIÇÃO
Sistema de Gestão de Atividades (SIGA)	Gerencia as atividades realizadas pelo CFP, eventos internos e externos, emissão de hospedagem e passagens.
Sistema de Gestão de Contratos (SGC)	Gerencia convênios, licitações, contratos e aditivos utilizados pelo(s) CPF/CRPs.
Sistema de Gestão de Eventos	Gerencia os eventos realizadas pelo CFP, substituído pelo SIGA.
Sistema de Ligação (CLig)	Sistema utilizado pela equipe de telefonia para gerenciar as ligações realizadas/recebidas.
Sistema de Recuperação de Senha do AD	Possibilita que os servidores do CFP possam recuperar e alterar a senha da rede de computadores.
Sistema de Suporte à Atualização Cadastral	Auxilia os profissionais que não conseguem acessar o Sistema Cadastro Nacional.
Sistema de Tramitação de Documentos (DOCSWEB)	Sistema antecessor do SEI que gerenciava a tramitação de documentos no CFP. Ainda ativo para realização de consultas de processos antigos.
Sistema Teste de Arquivos de Anuidade para CRPs (STARC)	Verifica se os arquivos de anuidade gerados pelos CRs estão de acordo com o layout bancário.
Transparência	Sistema que gerencia os dados do Portal da Transparência do CFP.
Transparência – Importa Dados do SISCONT	Possibilita a importação dos dados contábeis para o Portal da Transparência.

SITE	URL
Site do Congresso Nacional da Psicologia	10cnp.cfp.org.br
Mobilização pela derrubada do Veto nº 37/2019	site.cfp.org.br/derrubaveto37
Oficina Nacional de Conciliação	onc.cfp.org.br
VIII Seminário Nacional Psicologia e Direitos Humanos	direitoshumanos.cfp.org.br
Cadastro Nacional de Profissionais de Psicologia para Prestação de Serviços Psicológicos por meio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)	e-psi.cfp.org.br
Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira	fenpb.org
IX Seminário de Políticas Públicas	politicaspUBLICAS.cfp.org.br
Jornal do Federal	jornaldofederal.cfp.org.br/
Congresso Nacional da Psicologia	9cnp.cfp.org.br
Portal da Transparência CFP	transparencia.cfp.org.br
Portal da Transparência CRP01	transparencia.cfp.org.br/crp01
Portal da Transparência CRP02	transparencia.cfp.org.br/crp02
Portal da Transparência CRP03	transparencia.cfp.org.br/crp03
Portal da Transparência CRP04	transparencia.cfp.org.br/crp04
Portal da Transparência CRP05	transparencia.cfp.org.br/crp05
Portal da Transparência CRP06	transparencia.cfp.org.br/crp06

SITE	URL
Portal da Transparência CRP07	transparencia.cfp.org.br/crp07
Portal da Transparência CRP08	transparencia.cfp.org.br/crp08
Portal da Transparência CRP09	transparencia.cfp.org.br/crp09
Portal da Transparência CRP10	transparencia.cfp.org.br/crp10
Portal da Transparência CRP11	transparencia.cfp.org.br/crp11
Portal da Transparência CRP12	transparencia.cfp.org.br/crp12
Portal da Transparência CRP13	transparencia.cfp.org.br/crp13
Portal da Transparência CRP14	transparencia.cfp.org.br/crp14
Portal da Transparência CRP15	transparencia.cfp.org.br/crp15
Portal da Transparência CRP16	transparencia.cfp.org.br/crp16
Portal da Transparência CRP17	transparencia.cfp.org.br/crp17
Portal da Transparência CRP18	transparencia.cfp.org.br/crp18
Portal da Transparência CRP19	transparencia.cfp.org.br/crp19
Portal da Transparência CRP20	transparencia.cfp.org.br/crp20
Portal da Transparência CRP21	transparencia.cfp.org.br/crp21
Portal da Transparência CRP22	transparencia.cfp.org.br/crp22
Portal da Transparência CRP23	transparencia.cfp.org.br/crp23
Conheça a quantidade de psicólogos(os) no Brasil	www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos
Site da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social	conpas.cfp.org.br

SITE	URL
Sistema de criação de boletins	boletim.cfp.org.br
CFP no IV Congresso Brasileiro de Psicologia	cbp.cfp.org.br
Psicologia e povos indígenas	psicologiaepovosindigenas.cfp.org.br
Prêmio de Psicologia e Direitos Humanos	premiোধ.cfp.org.br
Congresso Norte-Nordeste de Psicologia	conpsi.org.br
Movimento Estratégico Estado Laico	meel.org.br
Portal da Psicologia nos Países de Língua Portuguesa (Psi-PLP)	psi-plp.org
Portal da Associação Brasileira de Psicologia nas Emergências e Desastres	abrapede.org.br
2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia	mostra.cfp.org.br
Portal da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades	anpsinep.cfp.org.br
Ano Temático 2011	anotematico.cfp.org.br
Informações sobre o Seminário de Serviços Psicológicos On-line de 2011	psion-line.cfp.org.br
Portal do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas	crepop.pol.org.br
Portal do Conselho Federal de Psicologia	site.cfp.org.br

Segurança da informação

O Conselho Federal de Psicologia tem realizado investimentos significativos no âmbito da segurança da informação. Foram adquiridos hardwares e softwares que auxiliaram no aumento da segurança dos dados armazenados pela Instituição, no controle de acessos à rede de computadores e também na política de backup.

A Assembleia de Políticas, das Finanças e da Administração (APFA), em dezembro de 2017, criou o Grupo de Trabalho de Tecnologia da Informação, que, entre outras tarefas, tem como objetivo desenvolver o Modelo de Governança da Segurança da Informação e o Plano Nacional de Tecnologia da Informação para todo o Sistema Conselhos de Psicologia. Esse grupo organizou, em 2019, o 1º Seminário Nacional de Tecnologia da Informação e entre os temas abordados estava a Lei Geral de Proteção de Dados.

Principais desafios e ações futuras

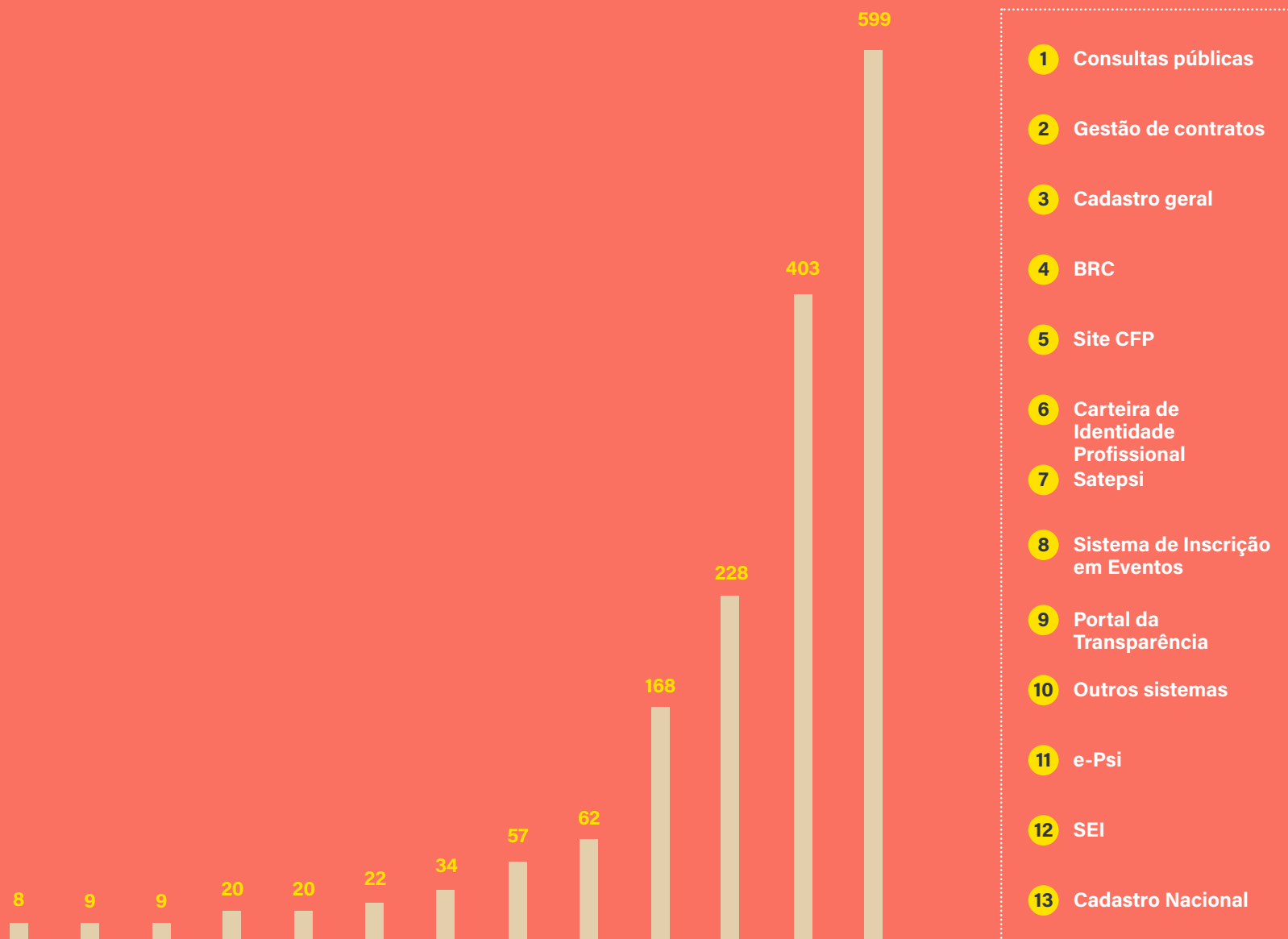
O CFP possui várias iniciativas para uma Governança de Tecnologia da Informação efetiva. Uma delas foi a criação do Grupo de Trabalhos de Tecnologia da Informação. Esse grupo tem auxiliado na definição de políticas e estratégias e na especificação de requisitos e normas. No entanto, ainda há muito o que fazer, não apenas no CFP, mas no Sistema Conselhos de Psicologia como um todo, haja vista que a maioria dos Conselhos Regionais não possui profissionais de TI.

A maioria dos sistemas desenvolvidos no CFP foi implementada em ColdFusion, uma tecnologia de desenvolvimento web em declínio, que possui pouca documentação, mão-de-obra especializada escassa no mercado e ausência de bons *frameworks* que possam agilizar o processo de desenvolvimento de sistemas.

A administração do Sistema Eletrônico de Informações é realizada pelo Comitê Gestor do SEI (CGSEI) do CFP, formado por quatro servidores: dois do Setor de Desenvolvimento de Sistemas (SDS) e dois da Gerência de Relações Institucionais, que, para além das tarefas dos seus setores, possuem a incumbência de gerir o SEI. Tendo em vista a implantação dessa ferramenta nos Conselhos Regionais de Psicologia, será necessário ampliar número de servidores que compõem o CGSEI.

O Setor de Desenvolvimento de Sistemas está sobrecarregado, mantendo mais de 50 (cinquenta) sistemas e mais de 40 (quarenta) sites, que geram uma grande quantidade de demandas de atendimentos para esses serviços. Além disso, o setor continua gerindo muitos contratos.

GRÁFICO | ATENDIMENTOS REALIZADOS EM 2021



O cenário descrito acima expõe o CFP a uma série de riscos, tais como:

- ▶ Aumento da possibilidade de falhas na fiscalização dos contratos;
- ▶ Alongamento do prazo na execução de projetos;
- ▶ Sobrecarga da chefia da área de TI, prejudicando as funções de planejamento, direção, coordenação e avaliação dos respectivos trabalhos, bem como a atuação como liderança administrativa de forma eficaz e eficiente perante suas equipes. Além disso, compromete a gestão e a governança de TI;
- ▶ Atraso na fase de elaboração de termos de referência e cotação;
- ▶ Falta de fluxos de atendimento: muitas demandas dos CRPs são encaminhadas indevidamente para a TI, sobrecarregando a equipe;
- ▶ A utilização de tecnologias obsoletas no desenvolvimento de sistemas aumenta o prazo de entrega dos projetos;
- ▶ Prejuízo financeiro para o erário, em decorrência de informações e dados extraídos de sistemas ineficientes e obsoletos.

AÇÕES NECESSÁRIAS

- ▶ **Ambiente em nuvens para o SEI** – A infraestrutura de Tecnologia da Informação do CFP está perto da saturação – os servidores estão com cinco anos de uso e o volume de dados armazenado tem aumentado progressivamente. A equipe de Infraestrutura em TI está elaborando um projeto básico para a contratação de ambiente em nuvens, que inicialmente receberá o Sistema Eletrônico de Informação e, futuramente, poderá incluir outros serviços.
- ▶ **Fábrica de software** – A equipe de desenvolvimento de sistemas mantém quase 50 sistemas, muitos dos quais são utilizados não apenas pelo CFP, mas também pelos CRPs. A maioria desses sistemas foi desenvolvida utilizando tecnologia obsoleta, o ColdFusion, e possui muitas limitações que impedem a evolução dos softwares existentes. O CFP deverá migrar esses sistemas para uma nova tecnologia e, tendo em vista que a equipe de desenvolvimento é pequena, será necessária a contratação de uma empresa especializada em fábrica de software.
- ▶ **Sistema de atendimento automatizado** – A SDS e o GT de TI estão analisando a viabilidade de implantação de uma solução de atendimento centralizado, automatizado, que ofereça à categoria agilidade nos serviços prestados pelo Sistema Conselhos de Psicologia e que funcione de forma integrada aos sites e redes sociais dos Conselhos. A ferramenta permitiria o gerenciamento das demandas oriundas de e-mails, telefones, aplicativos como o CIP e, até mesmo, de WhastApp.
- ▶ **LGPD** – A Lei Geral de Proteção de Dados afetará a forma de trabalhar do CFP e CRPs, sendo necessário ajustar os sistemas existentes e capacitar funcionárias(os) para se adequarem aos preceitos da lei.
- ▶ **Implantação do BRC** – Implantação do novo sistema de gestão cadastral, financeira, de processos e de fiscalização é um processo complexo. O sistema utilizado atualmente, principal ferramenta dos CRs, é o SISCAF desktop, e alguns regionais já o utilizam há mais de 15 anos – sendo, portanto, um software obsoleto e que não atende mais às necessidades dos Regionais e também do Federal. O desafio de migrar para a nova plataforma é grande, porém necessária, e o GT de TI e o SDS estão acompanhando de perto essa implantação.
- ▶ **Documentar** – Apesar dos esforços para documentarem os sistemas e processos, é necessária a elaboração de documentos de alto nível, como Plano Diretor de Tecnologia da Informação, entre outros.
- ▶ **Reestruturação do setor** – O setor necessita de reestruturação organizacional para poder acompanhar o aumento das demandas, contratar equipe para realizar os atendimentos iniciais, em vez da equipe de desenvolvimento, e contratar também um assessor para auxiliar na execução de demandas específicas que não podem ser executadas pelos desenvolvedores.

CAPÍTULO

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Gestão orçamentária

O orçamento do Conselho Federal de Psicologia para o ano de 2021 foi aprovado pela Assembleia de Delegados Regionais, em dezembro de 2020, e tornado público por meio da Resolução CFP no 35, de 15 de dezembro de 2020.

RECEITAS

As receitas da Autarquia são disciplinadas pela Lei Federal no 5.766/1971 e pela Resolução CFP no 03/2007, que estabelecem regras de arrecadação e compartilhamento das receitas entre Conselhos Regionais de Psicologia e Conselho Federal.

A proposta orçamentária para o ano de 2021 estimou a arrecadação em R\$ 42.780.111,10, e a utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores no valor de R\$ 7.018.255,29. A arrecadação do ano foi de R\$ 47.505.918,58, o que representa 111,05% da receita estimada.

RECEITA PREVISTA	R\$ 42.780.111,10
RECEITA REALIZADA	R\$ 47.505.918,58
% REALIZADO	111,05%

Da receita total do exercício, 92,87% foram oriundas da cota-parte, os outros 7,13% tiveram outras origens.

ORIGEM	VALOR	%
Cota-Parte	R\$ 44.120.914,90	92,87%
Rend. Aplicações Financeiras	R\$ 2.121.576,45	4,47%
Amort. Empréstimos a CRs	R\$ 927.843,16	1,95%
Outras Receitas	R\$ 335.584,07	0,71%
TOTAL	R\$ 47.505.918,58	100,00%

Em relação ao ano anterior, as receitas apresentaram crescimento de 18,79%.

ANO	RECEITAS	VAR. %
2017	R\$ 31.754.157,97	-
2018	R\$ 34.946.001,15	10,05%
2019	R\$ 38.665.827,77	10,64%
2020	R\$ 39.992.935,77	3,43%
2021	R\$ 47.505.918,58	18,79%

DESPESAS

O orçamento do CFP para 2021 fixou a despesa em R\$ 49.798.366,39. Desse montante, foi executado (empenhado) R\$ 24.356.623,02, o que representa 48,91% do fixado, resultando em uma economia orçamentária de 51,09%.

Do montante empenhado no exercício, R\$ 22.386.720,89 foram pagos no próprio ano de 2021 e R\$ 1.969.902,13 foram inscritos em restos a pagar.

DESPESA ORÇAMENTÁRIA – EMPENHADA	R\$ 24.356.623,02
DESPESA ORÇAMENTÁRIA – LIQUIDADADA	R\$ 23.880.765,73
DESPESA ORÇAMENTÁRIA – PAGA	R\$ 22.386.720,89

Organizando as despesas por natureza, cada grupo apresentou os seguintes gastos no ano de 2021:

GRUPO	VALOR
Pessoal e Encargos	R\$ 17.840.875,20
Outras Despesas Correntes	R\$ 6.507.990,02
Investimentos	R\$ 7.757,80
TOTAL	R\$ 24.356.623,02

Pessoal e encargos: no montante dos dispêndios com pessoal e encargos, estão contemplados os gastos com benefícios (vale-transporte, vale-alimentação, plano de saúde e plano odontológico) e auxílios (educação e creche).

Outras despesas correntes: este grupo contempla as despesas com manutenção da máquina, realização de atividades voltadas à atuação finalística do Conselho e transferências correntes a Conselhos Regionais de Psicologia para realização de atividades comuns do Sistema Conselhos de Psicologia.

Investimentos: aquisições de bens de capital para integração ao patrimônio permanente do Conselho.

O detalhamento dos gastos por elemento de despesa pode ser consultado no portal da transparência do CFP, no item "comparativo da despesa" – transparencia.cfp.org.br/financas/despesas/.

O montante da despesa do ano de 2021 diminuiu 0,88% em relação ao ano de 2020.

ANO	DESPESA	VAR. %
2017	R\$ 27.052.499,57	-
2018	R\$ 34.069.187,77	25,94%
2019	R\$ 36.717.951,64	7,77%
2020	R\$ 24.573.201,95	-33,08%
2021	R\$ 24.356.623,02	-0,88%

RECEITAS X DESPESAS

Confrontando as receitas com as despesas do exercício, o Conselho Federal de Psicologia apresentou superávit orçamentário de R\$ 23.149.295,56.

POR NATUREZA ECONÔMICA	CORRENTE	CAPITAL (INVESTIMENTOS)	TOTAIS
Receita	R\$ 46.578.075,42	R\$ 927.843,16	R\$ 47.505.918,58
Despesa	R\$ 24.348.865,22	R\$ 7.757,80	R\$ 24.356.623,02
Resultado	R\$ 22.229.210,20	R\$ 920.085,36	R\$ 23.149.295,56

Gestão de custos

A apuração dos custos das atividades e dos programas do Conselho Federal de Psicologia é realizada por meio de mapas gerenciais, divididos em projetos do próprio CFP, projetos do sistema Conselhos de Psicologia e Fundos com destinações específicas.

Os mapas gerenciais demonstram a execução financeira e orçamentária de cada projeto e ação.

TABELA | MAPA GERENCIAL DA COTA-PARTE EXERCÍCIO 2021

GRUPO	AÇÕES/PROGRAMAS	VALOR EM R\$	%
Organização Adm. e Funcional	Recursos Humanos	17.884.979,82	83,14%
	Ações Trabalhistas	-	0,00%
	Material de Consumo	19.083,22	0,09%
	Serviços de Terceiros e Outros (PJ)	2.408.714,33	11,20%
	Investimentos/Inversões	7.656,80	0,04%
	Total (Organização Adm. e Funcional)	20.320.434,17	94,46%
Gestão	Reuniões Plenárias	249.328,41	1,16%
	Reuniões e Ações da Diretoria	56.660,05	0,26%
	Assistência Técnica aos Regionais	32.317,58	0,15%
	Total (Gestão)	338.306,04	1,57%
Ações Políticas	Ações Finalísticas (PEP 2020/2022)	853.153,24	3,97%
	Total (Ações Políticas)	853.153,24	3,97%
Comunicação	Jornal do Federal	0,00	0,00%
	Convênio Plataforma Participação Digital	0,00	0,00%
	Total (Comunicação)	0,00	0,00%
Fundo de Reserva	Reservas de Contingência	0,00	0,00%
	Total (Reserva de Contingência)	0,00	0,00%
TOTAL GERAL		21.511.893,45	100,00%

Cota-Parte: orçamento financiado com 20% das receitas arrecadadas da categoria e outras receitas do Conselho, destinado a ações da Autarquia não financiadas pelos orçamentos “cota-revista” e “fundos”.

TABELA | MAPA GERENCIAL DA COTA-REVISTA EXERCÍCIO 2021

GRUPO	AÇÕES/PROGRAMAS	VALOR EM R\$	%
Revista Psicologia: Ciência e Profissão	Revista Ciência e Profissão	54.410,00	3,96%
	Total (Revista Ciência e Profissão)	54.410,00	3,96%
Revista Diálogos	Revista Diálogos	52.151,44	3,80%
	Total (Revista Diálogos)	52.151,44	3,80%
Projetos do Sistema	Crepop	317.677,45	23,15%
	Implantação Sist. Financeiro de Cobrança	275.853,63	20,10%
	Publicações dos CRPs	188.892,20	13,76%
	Reuniões APAF/Tesoureiros/Presidentes	415.931,61	30,31%
	Grupos de Trabalho – APAF	21.150,16	1,54%
	Serviço de Cobrança Compartilhada	224,97	0,02%
	Total (Projetos do Sistema)	1.219.730,02	88,88%
Cnp/Eleições	CNP/Eleições	46.088,06	3,36%
	Total (CNP/Eleições)	46.088,06	3,36%
TOTAL GERAL		1.372.379,52	100,00%

Cota-Revista: orçamento destinado ao financiamento da comunicação e a projetos comuns do Sistema Conselhos de Psicologia.

TABELA | MAPA GERENCIAL DOS FUNDOS DE SEÇÕES/DEVOLUÇÕES DE ANUIDADE E SUSTENTABILIDADE - EXERCÍCIO 2021

PROGRAMA/AÇÃO	VALOR EM R\$	%
Fundo de Seções	1.432.350,05	97,28%
Fundo de Sustentabilidade	40.000,00	2,72%
Fundo de Devolução de Anuidades	0,00	0,00%
TOTAL GERAL	1.472.350,05	100,00%

Fundo de Seções: orçamento destinado ao desenvolvimento de seções de base estadual e de e ajuda a essas.

Fundo de Devolução de Anuidades: orçamento destinado a cobrir despesas do sistema com devolução de anuidades ajuizadas em exercícios anteriores.

Fundo de Sustentabilidade: orçamento destinado a promover a sustentabilidade econômica, financeira e técnico-administrativa do Sistema CFP/CRPs.

Os mapas gerenciais foram elaborados a partir de informações extraídas de relatórios orçamentários nos quais as despesas estão reconhecidas na fase do empenho.

CONSOLIDAÇÃO DOS MAPAS GERENCIAIS - COTA-PARTE, COTA-REVISTA E FUNDOS

Consolidando a apuração das despesas dos três orçamentos - cota-parte, cota-revista e fundos -, apuraram-se os seguintes custos.

PROGRAMAS/AÇÕES	R\$	%
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	20.596.400,77	84,56%
Pessoal (Adm./Apoio)	17.884.979,82	73,43%
Recursos Humanos (Cota-Parte)	17.884.979,82	73,43%
Ações Trabalhistas (Cota-Parte)	0,00	0,00%
Material de Consumo	19.083,22	0,08%
Material de Consumo (Cota-Parte)	19.083,22	0,08%
Nova CIP (Cota-Divulgação)	0,00	0,00%
Serv. de Manut. e Apoio Adm.	2.684.680,93	11,02%
Serviços de Terceiros (Cota-Parte)	2.408.714,33	9,89%
Despesa com Cobrança (Cota-Divulgação)	112,97	0,00%
Sistema Cadastral Financeiro (Cota-Divulgação)	275.853,63	1,13%
Investimentos	7.656,80	0,03%
Investimentos/Inversões (Cota-Parte)	7.656,80	0,03%
TRANSFERÊNCIAS ENTRE CONSELHOS	1.657.883,42	6,81%
Crepop	185.533,37	0,76%
Crepop (Cota-Divulgação)	185.533,37	0,76%
Ressarcimentos	0,00	0,00%
Fundo de Seções	1.432.350,05	5,88%
Fundo de Seções (Cota-Fundo de Seções)	1.432.350,05	5,88%
Fundo Dev. de Anuidades	0,00	0,00%
Ressarcimentos Dev. Anuidades Jud. (Cota-Fundo Dev. de Anuid.)	0,00	0,00%
Fundo de Sustentabilidade	40.000,00	0,16%
Encontros e Eventos Voltados para a Capacitação (Fundo Sust.)	40.000,00	0,16%
GESTÃO	821.475,87	3,37%
Plenário	249.328,41	1,02%
Reuniões Plenárias (Cota-Parte)	249.328,41	1,02%

PROGRAMAS/AÇÕES	R\$	%
Ações da Diretoria	88.977,63	0,37%
Reuniões e Ações da Diretoria (Cota-Parte)	56.660,05	0,23%
Assistência Técnica aos Regionais (Cota-Parte)	32.317,58	0,13%
CNP/COREPS	46.005,16	0,19%
11º CNP (Cota-Divulgação)	46.005,16	0,19%
Eleições	82,90	0,00%
Eleições (Cota-Divulgação)	82,90	0,00%
APAF/GT APAF	437.081,77	1,79%
APAFs (Cota-Divulgação)	415.931,61	1,71%
Grupos de Trabalho – APAF (Cota-Divulgação)	21.150,16	0,09%
ATENDIMENTO (REGISTRO PROFISSIONAL)	0,00	0,00%
Pessoal (Atendimento)	0,00	0,00%
Outros Custos com Atendimento	0,00	0,00%
ORIENTAÇÃO E ÉTICA	1.280.862,96	5,26%
Pessoal da Coe (orientação)	0,00	0,00%
Outros Custos com Orientação e Ética	1.280.862,96	5,26%
Revista Psicologia: Ciência e Profissão (Cota-Divulgação)	54.410,00	0,22%
Revista Diálogos (Cota-Divulgação)	52.151,44	0,21%
Biblioteca Virtual – BV-PSI (Cota-Divulgação)	112,00	0,00%
Publicações (Cota-Divulgação)	188.892,20	0,78%
“CREPOP (Cota-Divulgação)”	132.144,08	0,54%
PEP 2020/2022 (Cota-Parte)	853.153,24	3,50%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00%
Reserva de Contingência (Cota-Parte)	0,00	0,00%
TOTAL	24.356.623,02	100,00%

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC-TSP), alinhadas ao que regulamenta a Lei no 4.320/1964 e aos procedimentos contábeis constantes do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 8ª edição).

As demonstrações contábeis exigidas por lei e elaboradas pelo Conselho Federal de Psicologia são as seguintes:

- ▶ **Balço Patrimonial:** evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido do Conselho;
- ▶ **Balço Orçamentário:** demonstra as informações do orçamento aprovado em comparação com sua execução, evidenciando as receitas previstas x receitas realizadas e despesas fixadas x despesas realizadas;
- ▶ **Balço Financeiro:** evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, bem como os saldos das disponibilidades de caixa do início do exercício e os que serão repassados para o ano seguinte;
- ▶ **Demonstração de Fluxo de Caixa:** visa demonstrar as entradas e as saídas de caixa, separando os fluxos em atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento;
- ▶ **Demonstração das Variações Patrimoniais:** demonstra as variações aumentativas (receitas) e diminutivas (despesas) que modificam o patrimônio líquido da entidade.

- ▶ A seguir, apresentamos um resumo das demonstrações financeiras do exercício 2021. Para consultá-las no formato completo, conforme exigido pela legislação vigente, basta acessar o link de cada demonstrativo, inserido abaixo.

TABELA | BALANÇO PATRIMONIAL 2021¹

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	58.561.734,62	34.418.922,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	57.225.063,57	33.450.559,90
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.035.089,67	658.863,92
Estoques	159.507,59	216.503,65
Variações Pat. Diminutivas Pagas Antecipadamente	142.073,79	92.995,12
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	16.437.685,72	17.226.847,68
Ativo Realizável a Longo Prazo	586.324,62	1.519.184,53
Imobilizado	15.851.361,10	14.958.038,13
Intangível	0,00	749.625,02
TOTAL DO ATIVO	74.999.420,34	51.645.770,27

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE	8.649.474,23	7.044.644,43
Obrigações Trabalhistas, Prev. e Assist.	2.895.356,88	1.516.904,68
Fornecedores a Pagar	206.900,14	262.337,05
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	251.861,51	594.430,18
Provisões a Curto Prazo	5.145.048,63	4.503.237,39
Demais Obrigações a Curto Prazo	150.307,07	167.735,13
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.969.232,91	2.579.368,93
Provisões a Longo Prazo	2.969.232,91	2.579.368,93
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.380.713,20	42.021.756,91
Resultados Acumulados	63.380.713,20	42.021.756,91
TOTAL DO PASSIVO + PL	74.999.420,34	51.645.770,27

Ao final de 2021, o Balanço Patrimonial do CFP apresenta:

- ▶ Patrimônio líquido (ativos – passivos) no valor de R\$ 63.380.713,20;
- ▶ Capital circulante líquido (ativo circulante – passivo circulante) no valor de R\$ 49.912.260,39;
- ▶ Índice de liquidez corrente de 6,77. Ou seja, para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o CFP tem em caixa, ou em ativos realizáveis no curto prazo, R\$ 6,77 para fazer frente à obrigação.

1 Link Balanço Patrimonial Completo: <https://transparencia.cfp.org.br/financa/balanco-patrimonial-2021/>

TABELA | BALANÇO ORÇAMENTÁRIO²

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	42.448.911,10	42.448.911,10	46.578.075,42	4.129.164,32
Cota-Parte, Revista e Fundo de Seções	41.448.374,53	41.448.374,53	44.120.914,90	2.672.540,37
Patrimonial	777.900,00	777.900,00	2.122.425,24	1.344.525,24
Serviços	122.636,57	122.636,57	62.166,35	-60.470,22
Outras Receitas Correntes	100.000,00	100.000,00	272.568,93	172.568,93
RECEITA DE CAPITAL	331.200,00	331.200,00	927.843,16	596.643,16
Amortização de Empréstimo	331.200,00	331.200,00	927.843,16	596.643,16
SUBTOTAL DAS RECEITAS	42.780.111,10	42.780.111,10	47.505.918,58	4.725.807,48
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores	7.018.255,29	-	-	-
TOTAL GERAL	49.798.366,39			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA CORRENTE	41.812.611,10	48.830.866,39	24.348.865,22	23.873.007,93	22.378.963,09	24.482.001,17
Pessoal e Encargos Sociais	16.664.962,69	19.054.645,66	15.529.691,05	15.529.691,05	14.390.834,83	3.524.954,61
Juros e Encargos da Dívida	8.000,00	38.000,00	7.313,40	7.313,40	7.291,45	30.686,60
Outras Despesas Correntes	25.139.648,41	29.738.220,73	8.811.860,77	8.336.003,48	7.980.836,81	20.926.359,96
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	967.500,00	967.500,00	7.757,80	7.757,80	7.757,80	959.742,20
Investimentos	467.500,00	467.500,00	7.757,80	7.757,80	7.757,80	459.742,20
Outras Despesas Capital	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	42.780.111,10	49.798.366,39	24.356.623,02	23.880.765,73	22.386.720,89	25.441.743,37
SUPERÁVIT			23.149.295,56			23.149.295,56
TOTAL GERAL	42.780.111,10	49.798.366,39	47.505.918,58	23.880.765,73	22.386.720,89	2.292.447,81

2 Link Balanço Orçamentário Completo: <https://transparencia.cfp.org.br/financa/balanco-orcamentario-2021>

Principais resultados orçamentários do exercício:

- ▶ A receita total do exercício foi de R\$ 47.505.918,58, o que representa 111,05% do valor estimado para 2021;
- ▶ A despesa total do exercício foi de R\$ 24.356.623,02, o que representa 48,91% do valor autorizado para 2021;
- ▶ O resultado orçamentário do exercício (receitas – despesas) foi superavitário em R\$ 23.149.295,56.

TABELA | BALANÇO FINANCEIRO³

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	47.505.918,58	39.992.935,77
Receita Corrente	46.578.075,42	39.646.079,89
Cota Parte, Revista e Fundo de Seções	44.120.914,90	38.749.371,04
Receita de Serviços	62.166,35	42.864,57
Patrimonial	2.122.425,24	653.601,29
Outras Receitas Correntes	272.568,93	200.242,99
Receita de Capital	927.843,16	346.855,88
Amortização de Empréstimo	927.843,16	346.855,88
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	5.237.299,35	4.975.666,90
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	475.857,29	667.501,10
Inscrição de Restos a Pagar Processados	1.494.044,84	701.057,56

INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.267.397,22	3.607.108,24
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	33.450.559,90	18.784.247,32
Caixa e Equivalente de Caixa	33.450.559,90	18.784.247,32
TOTAL	86.193.777,83	63.752.849,99

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	24.356.623,02	24.573.201,95
Crédito Empenhado a Liquidar	475.857,29	667.501,10
Crédito Empenhado Liquidado	1.494.044,84	701.057,56
Crédito Empenhado - Pago	22.386.720,89	23.204.643,29
Despesa Corrente	22.378.963,09	23.195.872,29
Pessoal e Encargos Sociais	11.000.652,29	11.558.954,57
Encargos Patronais	3.390.182,54	2.813.590,69
Juros e Encargos da Dívida	7.291,45	397,38
Outras Despesas Correntes	7.980.836,81	8.822.929,65
Despesa de Capital	7.757,80	8.771,00
Investimentos	7.757,80	8.771,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	4.612.091,24	5.729.088,14
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	391.472,71	246.132,44

3 Link Balanço Financeiro Completo: <https://transparencia.cfp.org.br/financa/balanco-financeiro-2021/>

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	701.057,56	2.060.618,52
Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.519.560,97	3.422.337,18
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	57.225.063,57	33.450.559,90
Caixa e Equivalente de Caixa	57.225.063,57	33.450.559,90
TOTAL	86.193.777,83	63.752.849,99

No início de 2021, o Balanço Financeiro apresentava o valor de R\$ 33.450.559,90, enquanto, no final do ano, o valor era de R\$ 57.225.063,57. Isso significa que os ingressos (orçamentários e extraorçamentários) superaram os dispêndios em R\$ 23.774.503,67.

TABELA | DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS⁴

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA		
Contribuições (Cota-Parte, Cota-Revista e Fundo de Seções)	44.120.914,90	38.749.371,04
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	73.903,55	43.425,69
Juros e Encargos de Empréstimos Concedidos	0,00	0,00
Rendimentos Sobre Aplicações Financeiras	2.122.425,24	653.601,29

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Valorização e Ganhos com Ativos	1.882.730,40	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	246.134,60	407.271,61
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	48.446.108,69	39.853.669,63
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA		
Pessoal e Encargos	18.163.239,86	15.567.181,37
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	100.022,02	92.413,05
Uso de Material de Consumo	134.554,34	76.904,63
Serviços	4.301.397,05	3.951.168,59
Depreciação, Amortização e Exaustão	988.373,96	1.280.576,16
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	17.100,26	9.616,53
Transferências Cedidas	1.521.143,51	1.639.349,80
Desvalorização e Perda de Ativos	6.990,27	0,00
Tributárias	4.257,20	4.460,37
Constituição de Provisões	1.094.240,12	2.106.667,51
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.214,90	8.257,98
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	26.332.533,49	24.736.595,99
RESULTADO PATRIMONIAL	2021	2020
SUPERÁVIT/DÉFICIT	22.113.575,20	15.117.073,64

O resultado patrimonial do exercício, apurado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs), foi de R\$ 22.113.575,20.

4 Link Demonstração das Variações Patrimoniais Completa: <https://transparencia.cfp.org.br/financa/variacoes-patrimoniais-2021/>

TABELA | DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA⁵

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
Ingressos	49.845.472,64	43.253.188,13
Receita Corrente	46.578.075,42	39.646.079,89
Cota-Parte, Revista e Fundo de Seções	44.120.914,90	38.749.371,04
Receita de Serviços	62.166,35	42.864,57
Patrimoniais	2.122.425,24	653.601,29
Outras Receitas Correntes	272.568,93	200.242,99
Outros Ingressos	3.267.397,22	3.607.108,24
Desembolsos	26.991.054,33	28.924.960,43
Despesa Corrente	22.378.963,09	23.195.872,29
Pessoal e Encargos Sociais	11.000.652,29	11.558.954,57
Encargos Patronais	3.390.182,54	2.813.590,69
Juros e Encargos da Dívida	7.291,45	397,38
Outras Despesas Correntes	7.980.836,81	8.822.929,65
Outros Desembolsos	4.612.091,24	5.729.088,14
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	22.854.418,31	14.328.227,70
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	927.843,16	346.855,88
Amortização de Empréstimo	927.843,16	346.855,88

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Desembolsos	7.757,80	8.771,00
Investimentos	7.757,80	8.771,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	920.085,36	338.084,88
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Desembolso	0,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	23.774.503,67	14.666.312,58
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	33.450.559,90	18.784.247,32
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	57.225.063,57	33.450.559,90

Um total de 96% do fluxo de caixa líquido do exercício resultou das atividades das operações.

As atividades de investimento tiveram saídas de R\$ 7.757,80, valor referente à aquisição de bens que foram incorporados ao patrimônio do Conselho e à entrada de R\$ 927.843,16, referente a recebimentos de empréstimos concedidos a Conselhos Regionais em outros exercícios.

5 Link Demonstração dos Fluxos de Caixa Completa: <https://transparencia.cfp.org.br/financa/fluxo-de-caixa-2021/>

Principais critérios e políticas contábeis

A seguir, estão relacionados os principais critérios e políticas contábeis adotados pelo Conselho Federal de Psicologia, tendo como base as normas de contabilidade aplicada ao setor público.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os recursos disponíveis em caixa e os equivalentes de caixa são administrados em consonância ao que dispõe o art. 164 da Constituição Federal em seu § 3º. Esses valores são depositados no Banco do Brasil S/A em contas-correntes e vinculados às Aplicações Financeiras Diferenciadas do Setor Público, em observância aos limites e às condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que preceitua o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 2000. E as receitas patrimoniais resultantes dessas aplicações são reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Constituem créditos de antecipação de despesas a Conselhos Regionais e a terceiros, convênios e créditos tributários a recuperar em instituições públicas.

ESTOQUES

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo Conselho Federal de Psicologia, com o objetivo de

aplicação no desenvolvimento de suas atividades e seus projetos operacionais e administrativos.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem operações de crédito entre Conselhos, em que o Conselho Federal de Psicologia efetuou empréstimos aos Conselhos Regionais de Psicologia para compra, construção, ampliação e/ou modernização de sedes, bem como despesas de custeio e depósitos judiciais recuperáveis.

IMOBILIZADO

Compreendem os bens móveis e imóveis que compõem o ativo permanente da entidade. Na depreciação do único bem imóvel do Conselho Federal de Psicologia, se utiliza o método das quotas constantes, com os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

O valor residual foi estabelecido pela administração em 10%, com prazo de vida útil de 25 anos e taxa de depreciação de 4% ao ano, estabelecida conforme tabela da Secretaria do Tesouro Nacional.

A depreciação dos bens móveis utiliza o método das quotas constantes, com os critérios definidos de acordo com o MCASP. O valor residual foi estabelecido pela administração em 10%, com prazo de vida útil e taxa de depreciação estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, constantes da Resolução Siafi.

PASSIVO CIRCULANTE

Constituído por valores a pagar decorrentes de despesa de pessoal, fornecedores, encargos sociais, consignações tributárias, provisões trabalhistas e demais obrigações com vencimento até o final do exercício de 2022.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Constituído de provisões baseadas na expectativa de desfecho de processos cíveis e trabalhistas impetrados contra o CFP com expectativa de fechamento superior a 12 meses.

As notas explicativas às demonstrações contábeis, assim como as demonstrações financeiras do Conselho Federal de Psicologia referente ao ano de 2021, estão disponíveis para consulta no portal da transparência do Conselho.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2021

As notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2021 podem ser consultadas no seguinte link: transparencia.cfp.org.br/financa/notas-explicativas-as-demonstracoes-contabeis-2021/

Declaração do Contador José Eli de Vasconcelos Filho

Declaro que as informações constantes nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320, de 1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2021, refletem, em seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Psicologia.

Brasília, 31 de dezembro de 2021

José Eli de Vasconcelos Filho – CRC-DF 019638/O-4

XVIII Plenário do CFP Gestão 2019/2021

DIRETORIA

**Ana Sandra Fernandes
Arcoverde Nóbrega**

Presidente

**Anna Carolina Lo Bianco
Clementino**

Vice-Presidente

Izabel Augusta Hazin Pires
*Secretária – a partir de 5 de
fevereiro de 2021*

Norma Celiane Cosmo
Tesoureira

CONSELHEIRAS(OS)

Robenilson Moura Barreto

Alessandra Santos de Almeida

Marisa Helena Alves

Dalcira Pereira Ferrão

(até 11 de setembro de 2021)

Neuza Maria de Fátima

Guareschi

Antonio Virgílio Bittencourt

Bastos

Maria Juracy Filgueiras Toneli

(até 11 de setembro de 2021)

Fabián Javier Marin Rueda

(até 5 de fevereiro de 2021)

CONSELHEIRAS(OS) SUPLENTE(S)

Katya Luciane de Oliveira

Losiley Alves Pinheiro

Rodrigo Acioli Mour

Adinete Souza da Costa

Mezzalira

Maria de Jesus Moura

Tahina Khan Lima Vianey

Célia Zenaide da Silva

Marina de Pol Poniwas

Ana Paula Soares da Silva

Isabela Saraiva de Queiroz

(até 11 de setembro de 2021)

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

Emanuelle Silva

Coordenação-Geral

Rafael Taniguchi

Coordenação Adjunta

Aline Cristina Romanini

Cruvinel

Secretaria Executiva

Rogério Reis

Supervisão de Auditoria

Ed Wanger Generoso Junior

*Supervisão de Secretaria de
Orientação e Ética*

Fabiola Corrêa

Gerência de Ouvidoria

Antônio José

Gerência Administrativa e

Financeira

Marília Mundim

Gerência de Comunicação

João Diego Rocha Firmiano

Gerência Jurídica

Daniel Arruda Martins

Gerência de Relações

Institucionais

Camila Dias de Lima Alves

Gerência Técnica

André Luis Soares e Silva Pereira

Gerência de Pessoas

Rosângela Duarte de Almeida

Supervisão de Setor de

Planejamento e Execução

Orçamentária

Jucyara Moura dos Santos

Supervisão de Setor de

Pagamentos

Sara Marília Oliveira Lopes

Supervisão de Setor de

Compras

Roger Cael de Magalhães Mello

Supervisão de Setor Logística

Verônica Duarte Rodrigues de

Araújo

Supervisão de Setor de Folha

de Pagamento

Antônio Carlos Everton Muniz

Supervisor – Setor de Suporte

Físico

José Eli de Vasconcelos Filho

Supervisão de Setor de Contábil

Leomar Santana

Supervisão de Setor de

Desenvolvimento de Sistemas

Elton Ramos da Silva

Supervisão de Setor de

Infraestrutura e Suporte de

Tecnologia da Informação

Mateus de Castro Castelluccio

Supervisão de Setor CREPOP

Supervisão de Setor CREPOP

INFORMAÇÕES DO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021

iComunicação

Projeto gráfico e diagramação

Emanuelle Silva

Coordenação/CFP

Márcio L V Cruz

Planejamento Estratégico

Usina Ideias e Projetos Ltda –

Consultor

Marília Mundim

Rafael Taniguchi

Raphael Gomes

José Eli de Vasconcelos Filho

Márcio Cruz

Revisão

